

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A IMAGEM DO CAIPIRA NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Rodolfo Araújo dos Santos Junior

Brasília, 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A IMAGEM DO CAIPIRA NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Rodolfo Araújo dos Santos Junior

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília (SOL/UnB),
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Sociologia

Brasília, março de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A IMAGEM DO CAIPIRA NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Autor: Rodolfo Araújo dos Santos Junior

Orientador: Doutor Luís Augusto Sarmiento Cavalcante de Gusmão (UnB)

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Sergio Barreira de Faria Tavolaro (UnB)

Prof. Doutor Eduardo Dimitrov (UnB)

Prof. Doutor Caetano Ernesto Pereira de Araujo (ILB)

"Quando conhece-se por experiência quantas fadigas, privações e perigos perseguem ainda hoje o viajante que percorre esses longínquos países, e se tem lido em detalhes as excursões intermináveis dos antigos paulistas, sente-se uma espécie de estupefação, e como se é obrigado a reconhecer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes."

Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, 1819

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rodolfo e Hozana - razão deste trabalho, do meu esforço e de minha vida - pela inestimável dedicação e suporte ao longo de minha formação, compreendendo minha ausência. Sem eles este trabalho não seria possível. Obrigado por tudo! Agradeço, também, aos meus irmãos, Fabrício e Fernanda, pelo apoio e carinho dado ao longo da vida, fonte de inspiração e profunda admiração. Ao meu cunhado, Antônio, sempre atencioso e ao meu sobrinho, Arthur, que com seu sorriso me faz enfrentar todos os obstáculos.

Aos meus avôs, Florêncio, Aparecida, Maria e João, representantes imensuráveis das populações do interior do Brasil.

À minha companheira Renata, que compartilha, da mesma forma, da situação de mestranda, acompanhando de perto a fase final da escrita, apoiando com seu inestimável cuidado e carinho. Sem seu apoio este trabalho não teria acontecido. Obrigado pela paciência e compreensão!

Aos meus antigos amigos de Goiânia: Mylena, Ana, Oscar, João Castilho, Gustavo K, Wesley, Lombriga. Em especial Vitor, Gustavo, Marcius, Paulo Afonso, Ana, Karla Regina, Jocélio e Iuri, que no momento mais difícil de minha vida estiveram presentes, tendo minha eterna gratidão.

Agradeço em especial meus amigos de graduação, Márcio, Pedrinho, Marcote e Thiago, que acompanharam minha trajetória de perto, sempre próximos nos momentos difíceis, obrigado por tudo.

Agradeço ao mestre João, que com seu exemplo influenciou decisivamente minha trajetória. E, também, à toda equipe do Cerrado MMA, Muay Thai!

Agradeço, igualmente, a todos meus amigos de longa data, Makaeh, Diogo, Raissa, Rafael pai e Ceará, grandes amigos que a distância não separa. Aos amigos esmeraldinos de Brasília, Humberto e Edu, por compartilharem o amor comum pelo Goiás Esporte Clube.

Agradeço aos amigos que fiz enquanto professor de sociologia, Humberto, Elenice, Alan, Talita, Luciana, Poliana, Carlinhos, Janaína, Amanda, Bárbara, Lud, Gustavo, Tassiana e Vanter.

Aos amigos e amigas que fiz durante o mestrado, Taís, Murilo, Cleide, Givânia, Laura, Jéssica, Elton, Cesar, Flávio, Sarah e Taís. Em especial, Carol Bertanha, Danilo e Yacine, parceiros de excelentes conversas regadas a bebida de baixa qualidade!

Agradeço a todos do bloco 1A do CSG.

Carinhosamente agradeço a Carolina Lisboa e Carmem pelo apoio e atenção durante uma parte importante de minha formação. Obrigado.

Agradeço também ao apoio da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em especial Gabi, Michelle, Ultielle e Patrícia, que, com a convivência tornaram-se grandes amigas.

Particularmente e em especial, agradeço meu orientador Gusmão, pelas instruções criteriosas e pelas merecidas broncas durante a escrita da dissertação. Acompanhando minha formação desde a graduação e, cuja seriedade e rara erudição, influenciaram decisivamente em minha formação pessoal e como pesquisador.

Aos professores Eduardo Dimitrov e Sérgio Tavolaro, dos quais as críticas e as sugestões na qualificação do projeto foram imprescindíveis para orientar a finalização da pesquisa. Agradeço, também, ao professor Edson pela paciência e amizade.

Agradeço ao PPGSOL e às professoras e professores do Departamento de Sociologia, em especial Sayonara Leal, Sergio Tavolaro, Débora Messenberg e Lourdes Bandeira, cujas disciplinas contribuíram diretamente neste processo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à CAPES por possibilitar financeiramente que essa singela pesquisa fosse realizada e à Universidade de Brasília, instituição que me acolheu desde a graduação e que fez toda diferença em minha formação.

RESUMO

Este trabalho busca analisar e compreender os motivos econômicos, sociais e culturais que permitiram que o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato tivesse tamanha receptividade no meio intelectual e urbano da Primeira República. Fixando-se, posteriormente, na memória social brasileira como um tipo social representativo e imprescindível na composição da identidade nacional. A consolidação da produção cafeeira no Oeste Paulista permitiu um desenvolvimento econômico suficiente para que o Estado de São Paulo despontasse como a região mais rica e influente do país. Tal riqueza proporcionou o desenvolvimento material e cultural da capital São Paulo, tornando-se esta, a mais moderna e desenvolvida cidade brasileira. E nesse contexto emerge uma elite intelectual urbana, que passa a refletir sobre as questões nacionais com base na experiência positiva de seu Estado. Procuramos apresentar também como o mundo rural paulista ecoava nas produções culturais da época, posto que a estrutura econômica da empresa do café produzira modos de agir, sentir e pensar característicos do homem interiorano de São Paulo, especificamente, o caipira paulista. Por fim, entendemos que acompanhar a formação intelectual de Monteiro Lobato tornou-se essencial, pois, como representante social da região do Vale do Paraíba, não deixa desse modo, de expressar os valores do mundo rural brasileiro na composição, caracterização e explicação do contexto social e econômico que seu personagem, Jeca Tatu, representa. Como também, sua experiência com a prática jornalística o municiaram com repertório cultural suficiente para ocupar uma posição privilegiada no campo literário brasileiro. Bem como a vida de fazendeiro do interior paulista, que possibilitou a ele um contato direto com a realidade do caboclo brasileiro, de modo a confrontar a realidade com as idealizações produzidas pelos intelectuais urbanos sobre o mundo rural brasileiro. Com, essa pesquisa concluímos que Lobato conseguiu condensar em seu personagem Jeca Tatu hábitos e práticas sociais que representavam as principais características do homem interiorano paulista. Refletindo particularidades profundas da realidade social brasileira Lobato sintetiza, de forma caricatural e descritiva, aspectos da realidade rural do país que, naquele tempo, eram desconhecidos da elite intelectual do Brasil.

Palavras-chave: caipira, Monteiro Lobato, Jeca Tatu, Primeira República, mundo rural.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze and understand the economic, social and cultural background of Monteiro Lobato's Jeca Tatu, especially its receptivity in the intellectual and urban environment of the First Republic. The character later became part of the Brazilian social memory as a representative and indispensable social type in the composition of national identity. The consolidation of coffee production in the West of São Paulo allowed it to emerge as the richest and most influential region in the country. Such wealth provided the material and cultural development of the capital of São Paulo, making it the most modern and developed Brazilian city. In this context emerges urban intellectual elite, which begins to reflect on national issues based on the positive experience of their state. The work also tried to present how the rural world of São Paulo echoed in the cultural productions of the time, since the economic structure of the coffee company had produced ways of acting, feeling and thinking characteristic of the interior man, specifically, the Paulista caipira. Finally, the research focused on Monteiro Lobato's intellectual formation, which was taken as representative of the Brazilian rural world, which is important specifically in the composition, characterization and explanation of his character, Jeca Tatu. Lobato's experience as a journalist provided him with the cultural repertoire to occupy a privileged position in the Brazilian literary field. In addition to that, the experience as a farmer from São Paulo's countryside enabled him to have direct contact with the reality of the Brazilian caboclo, and to confront the idealizations produced by urban intellectuals about the Brazilian rural world. The work concludes that Lobato was able to condense in his character Jeca Tatu ways and social practices that represented the main characteristics of the countryman from São Paulo. Lobato synthesizes, in a caricatured way, aspects of the rural reality of the country that, at that time, were unknown to the intellectual elite of Brazil.

Keywords: caipira, Monteiro Lobato, Jeca Tatu, First Republic, rural world.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casa de pau a pique de um caboclo do Vale do Paraíba (1913.)

Figura 2: Fotografia de tropeiros do estado de São Paulo.

Figura 3: Fotografia de um caipira paulista.

Figura 4: O Saci e o Caipira

Figura 5: Fazenda Buquira

Figura 6: Desenho da fachada da residência urbana do visconde de Tremembé, onde ficava a sua famosa biblioteca.

Figura 7: *À Tarde*, 1887, Antônio Parreiras.

Figura 8: Fotografias da esposa e filhos de Lobato.

Figura 9: Fazenda Buquira

Figura 10: Fotografia da escadaria da sede da Fazenda Buquira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - ECONOMIA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	17
1.1 - O Vale do Paraíba e os barões do café.....	24
1.2 - O Oeste Paulista e a modernização de São Paulo	42
1.3 - O caipira e seu mundo.....	49
2 - O MUNDO RURAL NO IMAGINÁRIO URBANO DA PRIMEIRA REPÚBLICA	55
2.1- O regionalismo paulista.....	60
2.2 - Representação do caipira na produção cultural urbana.....	80
2.3 - Os reflexos da decadência do Vale do Paraíba nas representações do mundo rural	83
3- A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE MONTEIRO LOBATO	92
3.1 - Nos tempos da Faculdade.....	100
3.2 – A figura do caipira em Lobato.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

José Bento Monteiro Lobato, nascido no ano de 1882, em Taubaté, província de São Paulo, foi um intelectual influente e importante para o contexto social da primeira metade do século XX, criando personagens marcantes do imaginário e do folclore brasileiro. Assim, inspiramo-nos em pesquisas que partem de um indivíduo/trajetória, e a partir de uma contextualização sócio-histórica, conseguem clarificar significados sociais, resgatar padrões de produção cultural e comportamento, recuperar o imaginário de grupos, classes, movimentos artísticos e profissionais. Posto isso, neste trabalho buscamos obter, com base na obra lobatiana, uma compreensão maior de alguns padrões e características específicas de uma época e de uma realidade social que se consolidava no país.

Estudos voltados para a análise biográfica vêm ganhando espaço nas ciências sociais contemporâneas. Exemplo disso são as obras, hoje referências sobre a abordagem, de Ronaldo Aguiar sobre o rebelde Manuel Bomfim, de Ângela Alonso acerca do liberalismo de Joaquim Nabuco, de Maria Alice de Carvalho abordando o engenheiro negro André Rebouças, e o mais recente, de Lilia Schwarcz sobre Lima Barreto. Todas essas obras guardam em comum a capacidade de tornar certas práticas sociais e contextos culturais inteligíveis ao leitor, alicerçadas na análise de aspectos particulares da vida e obra do biografado.

Da mesma forma, com a presente dissertação procuramos, com base na trajetória de Lobato, tornar mais compreensível o contexto cultural paulista da Primeira República. Para tanto, resgatamos debates importantes para o período, trazendo à luz novas significações para a controvérsia sobre a identidade nacional, o passado brasileiro e o seu futuro.

Esta pesquisa situa-se no âmbito da Sociologia do Conhecimento, área da moderna investigação sociológica que pretende elucidar os nexos existentes entre as estruturas sociais e o mundo das ideias, quer estas apareçam sistematizadas em doutrinas com donos ou donas identificáveis, ou sob a forma de crenças de senso comum de cunho coletivo, expressas na linguagem cotidiana. Nestes termos, a Sociologia do Conhecimento consiste, em larga medida, no desenvolvimento de uma tese já formulada por Marx em *A Ideologia Alemã*, a saber, o ser social determina a consciência social, e não o inverso. No século XX, essa tese será expandida e corrigida

em certos aspectos por alguns dos mais importantes sociólogos do conhecimento, como Karl Mannheim, Robert Merton e Bruno Latour, tornando-se, em virtude disso, um consagrado campo da pesquisa sociológica empiricamente orientada.

Dessa forma, acolhemos a tese central da Sociologia do Conhecimento, que consiste na ideia de um condicionamento sócio-histórico do pensamento humano. Além disso, levando em conta os estudos sociológicos citados acima e tomando-os como fontes de inspiração, buscaremos localizar em parte da obra de Monteiro Lobato uma complexa rede de elementos históricos, intelectuais e biográficos para a construção da imagem do “caipira”, mais exatamente na figura do personagem “Jeca Tatu”, citado em dois artigos de 1914, “Velha Praga” e “Urupês”, publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

É importante entender que os discursos e as imagens oriundas dos relatos produzidos por Monteiro Lobato não encontram um terreno vazio de significados. Os dois textos em que o autor discorre sobre o caipira e o mundo rural paulista, de certa maneira, refletem o contexto particular da crise do café no Vale do Paraíba, o posterior florescimento econômico do Oeste Paulista, a disseminação de ideias científicas, os projetos regionais e nacionais de identidade e a consolidação do moderno jornalismo brasileiro.

A forma como o autor abordou o caipira em seu personagem Jeca Tatu foi, indiscutivelmente, carregada de um olhar racial, caricatural e pouco crítico da real condição social do interiorano. Entretanto, apesar da carga estereotipada, os textos do autor revelam certo conhecimento empírico das práticas, hábitos e do comportamento do homem rural brasileiro, ficando evidente que Lobato possuía intimidade com a realidade dos caipiras, fazendeiros, caboclos e outros personagens que habitavam o interior do país.

Nesse sentido, tornando o personagem mais complexo, apesar de sua caracterização distorcida, também incorporava certa verdade sobre a situação do homem interiorano. O Jeca Tatu exemplifica igualmente a ambiguidade com que o tema – mundo rural – fora tratado em sua época, seja para enaltecê-lo, seja para diminuí-lo.

A partir desse percurso tornou-se possível apreender os mecanismos que teceram a memória do caipira enquanto grupo social praticamente desconhecido entre as populações urbanas, grupo esse ligado a uma estrutura econômica rural e patriarcal. Em outras palavras, pudemos compreender melhor a figura do caipira tal como ela aparece na memória nacional, contextualizando tal imagem, inserindo-a numa estrutura social

particular e analisando também a influência das transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira de seu tempo (a Primeira República).

Assim, vários intelectuais, a partir de produções culturais distintas, buscaram, a seu modo, refletir a possibilidade de se constituir a identidade nacional, levando em conta os aspectos raciais, geográficos e históricos do Brasil. A título de exemplo, cabe destacar que é desse caldo cultural que vão emergir figuras como Euclides da Cunha, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Alberto Torres e Manuel Bonfim, isso se ficarmos apenas nos consagrados como principais nomes do pensamento social brasileiro. Em suma, reforça-se, então, a argumentação que aponta para a questão nacional como o principal paradigma dos debates intelectuais no período da República Velha.

Refletir sobre os problemas nacionais significava, de certo modo, pensar qual o papel cabia às instituições políticas e sociais na construção da nacionalidade brasileira: a) seja apontando para o Estado, como o único que poderia lidar com os excluídos: assimilando-os pela simples eliminação, pela destruição de suas identidades, ou pela capacidade de reinterpretar simbolicamente os grupos sociais marginais – os indígenas, os negros, os mestiços e os interioranos. b) seja mirando-se na proeminência de novos agentes culturais, refletindo sobre o papel dos novos setores econômicos e burgueses como atores responsáveis pelo desenvolvimento social e cultural da nação, encarregados também da edificação da nacionalidade. Esta última concepção teve reflexos diretos na composição política e cultural da Primeira República, pois a elite econômica paulista, oriunda do café, com certa autonomia, financiou agendas políticas e culturais, em âmbito nacional, que atendiam, de certa maneira, a interesses regionais¹.

Com base numa leitura apressada dos seus escritos, Lobato passa a ideia de que seria preferível simplesmente assimilar o caipira ao mundo urbano e cientificista, reduzindo assim o interiorano, o habitante das remotas paisagens do Brasil, a uma comunidade de criaturas dispensáveis à consolidação do sonho republicano. Entretanto, acompanhando sua obra com mais vagar e colocando-a num contexto de produção, percebe-se que a figura do Jeca Tatu, personagem que tem o caipira paulista como referência objetiva, catalisa em si aspectos mais profundos da mentalidade de então.

Ao buscarmos entender os motivos pelos quais tal personagem teve tanta repercussão, aderência e certa capacidade explicativa, constatamos que, nos termos da

¹ Como aponta Chiarelli (1995), os principais eventos modernistas foram financiados diretamente pelos empresários e fazendeiros de São Paulo. Um exemplo foi a Exposição de Arte Francesa ocorrida em 1913.

época, a imagem do Jeca Tatu contribuiu para o debate sobre a identidade nacional, os reflexos do passado brasileiro, o futuro do país e o papel do Estado e da sociedade em relação a essas questões.

Lobato, num segundo momento, percebe que o caipira é, em certa medida, uma vítima do descaso do Estado e da sociedade brasileira, pois suas supostas limitações sociais poderiam ser superadas com um simples trabalho de saneamento básico no interior do país. A Primeira República, que se modernizava aos trancos, não conseguia assimilar de forma definitiva uma parcela significativa da população, neste caso, a interiorana. Dessa maneira, exigia-se uma reavaliação dos mecanismos políticos e sociais que pudessem inserir esse grupo, segundo a ótica do autor, na “civilização”.

Curiosamente, Lobato pede desculpas por não ter explicado os motivos pelos quais o caipira se encontrava em condições “primitivas”, todavia, mantém incólume a forma como o caracterizou e descreveu. Em outros termos, suas desculpas se referem a um aspecto de seu personagem – as causas de sua condição social –, entretanto, ainda assim, o Jeca Tatu permaneceu como símbolo potente para se desvendar o Brasil. De fato, esse personagem apresentava-se valioso em sugestões e significados, tornando-se um conceito, ainda que um tanto ambíguo, capaz de contribuir para os debates em torno da construção de nossa nacionalidade e de nossa condição rural.

É importante reforçar que o autor manteve os dois textos nas edições seguintes de seu livro *Urupês* (1918), sempre reforçando que este seria sua obra maior, inclusive visionária em termos estéticos e reflexivos da condição nacional. Posto isso, modestamente, nossa pesquisa almeja compreender os aspectos sociais e culturais que permitiram que o personagem Jeca Tatu tivesse tamanha receptividade no meio intelectual da época e, posteriormente, adesão à memória cultural da Primeira República.

Para isso, a presente pesquisa se restringiu à produção de Monteiro Lobato no intervalo de 1900 a 1914, ano em que publicará os artigos “Velha Praga” e “Urupês”, entrando definitivamente no campo intelectual brasileiro. Esse período abarca a juventude e o início da maturidade intelectual do autor, sendo ainda caracterizado pela intensa modernização do Brasil – proveniente da riqueza do café. É nessa época que a força do comércio e da indústria nascente desestrutura todo um campo intelectual, cuja mentalidade interiorana não resistiu às novas ideias e práticas culturais, tais como a racionalização, o trabalho disciplinado, a industrialização, uma cultura nacional autêntica etc.

A imensa maioria dos textos de Lobato foi publicada posteriormente em livros, mas priorizamos a leitura desses textos em ordem cronológica de escrita e de publicação. Também valorizamos a leitura dos artigos na forma como foram publicados no jornal da época, já que muitos destes não foram republicados e alguns trechos foram significativamente alterados².

Por fim, para o presente trabalho foi necessário o estudo minucioso dos escritos de autores da época, com particular atenção aos artigos publicados em jornais e periódicos de grande circulação. Focamos nas produções realizadas no período da Primeira República, entre 1889 e 1930, resgatando o conjunto de valores e práticas sociais, em especial no contexto paulista. Desse modo, pudemos alcançar, ainda que parcialmente, a complexa personalidade de Lobato, a sua socialização e formação cultural na sociedade de então, tanto na classe culta quanto na classe dirigente (agentes públicos). Buscamos entender seu esforço no sentido de articular um diálogo, embora ácido e crítico, com o campo intelectual brasileiro e paulista do período, especificamente o litorâneo e urbano. Ou seja, sua convivência na Faculdade do Largo de São Francisco, a intensa socialização em cafés e sociedades científicas da capital paulista, a vasta produção como crítico de arte, seu consumo rotineiro de jornais estrangeiros – principalmente periódicos britânicos e americanos –, sua relação direta com os editores dos principais jornais do país – sobretudo os jornais *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, a proximidade com os produtores de café, porquanto foi fazendeiro por longo tempo. Em síntese, incorporando em sua retórica valores comuns à mentalidade urbana da Primeira República.

Estruturamos o trabalho em três pontos específicos, que segundo nossos critérios, ao percorrê-los, na ordem dada, possibilitam uma melhor visualização da inter-relação das estruturas econômicas, dos aspectos sociais, das trajetórias representativas e da produção cultural: a) a produção de café e como esta se constituiu no Estado de São Paulo; b) a produção intelectual do período de 1889 a 1930; c) a trajetória do autor até o surgimento do personagem Jeca Tatu.

Primeiramente, evidencia-se a consolidação da produção de café no país em seus dois momentos: no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. Com isso, intenta-se tornar inteligível como a formação dessa complexa rede influenciou na produção dos modos

² Apesar da rica fonte de análise que essas mudanças poderiam sugerir, não focamos neste ponto em razão do restrito tempo para a produção da presente investigação.

de agir, sentir e pensar particulares ao contexto rural de São Paulo. O segundo ponto implicou o resgate do intenso debate sobre a identidade nacional, reflexão essa perpassada pelo regionalismo paulista, que emergia intensamente na época. Por fim, tem-se a fase de formação intelectual de Monteiro Lobato, que incorpora o período de acentuado fervor cultural que o estado de São Paulo vivia. Acompanhando, como já citado, seus anos de formação na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o convívio num centro urbano (São Paulo), sua experiência como fazendeiro – ao assumir tocar os negócios e a fazenda herdada do avô – e, finalmente, o período de sua consagração como homem público e intelectual influente³.

Por muitas décadas circulou a lenda, que inclusive foi propagada por Lobato, de que o artigo “Uma Velha Praga” fora produzido como mera insatisfação de um culto fazendeiro em relação à prática destrutiva de queimadas perpetuada por caboclos do Vale do Paraíba. O escrito fora endereçado para a seção “Queixas e Reclamações” do jornal *Estadão*, seção famosa desse jornal por propagar as lamúrias dos cidadãos do estado de São Paulo. Os editores do jornal teriam se impressionado com o texto, pedindo que fosse reelaborado para ser publicado em forma de artigo de opinião. Assim, este culto e indignado fazendeiro, após escrever dois artigos sobre o mundo do caipira, acabou se tornando a figura de Monteiro Lobato, um dos nossos mais consagrados “homens de letras”.

Como já apontado, alguns aspectos dessa história são lendas em volta da polêmica figura de Lobato. Nossa dissertação tem por intuito esclarecer como, a partir de dois pequenos artigos publicados em jornal – num país em que predominava o analfabetismo –, foi possível que o personagem Jeca Tatu se cristalizasse como uma figura folclórica e um tipo social brasileiro.

Deste modo, com base na trajetória de um intelectual representativo do período, sugerimos respostas para se entender como uma pequena produção cultural emerge e se cristaliza na memória social. Para isso, acompanhamos a metamorfose de Lobato – neto de visconde, depois estudante de direito, promotor de cidade pequena de interior, fazendeiro e, por fim, intelectual público.

³ Quando abre um diálogo com outros campos de produção simbólica e cultural, notadamente como intelectual público, posto este conquistado somente após o sucesso dos artigos “Velha Praga” e “Urupês”, publicados no moderno jornal *Estado de São Paulo*.

Pretendemos com essa pesquisa responder à seguinte questão: *quais foram os motivos que possibilitaram que o personagem Jeca Tatu, construído por Monteiro Lobato, tivesse tamanho impacto, ao ponto de se cristalizar na memória social do brasileiro?* Esta indagação nos leva a outras questões paralelas: 1. Quem foi Monteiro Lobato e qual a sua trajetória? 2. Quais foram os interlocutores de Lobato? 3. Qual o contexto sócio-histórico em que tal personagem surgiu? E, por fim, 4. Como foi caracterizado o personagem Jeca Tatu?

O nosso objetivo, portanto, é compreender se e como o mundo dos cafeicultores ecoou na obra de Lobato, e em que medida este pode, de fato, tornar mais inteligíveis a criação e a circulação da figura do caipira introduzida por esse autor. Não se trata, convém esclarecer, de deduzir mecanicamente essas variações do contexto social em questão, visto que os campos de produção cultural possuem relativa autonomia e leis próprias de funcionamento. Interessa apenas sublinhar a presença da sociedade brasileira, em particular das reflexões desenvolvidas pela intelectualidade urbana paulista de época, na obra de um dos nossos principais literatos.

1 - ECONOMIA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A República instaurada no Brasil a partir de um golpe militar em 1889 desencadeou, num primeiro momento, sentimentos de otimismo e esperança em relação ao futuro do país. Supunha-se deixar para trás o período imperial, marcado pela centralização política na figura do Imperador e pela centralização econômica na produção cafeeira, baseada, em larga medida, no trabalho escravo. Para uma melhor compreensão do contexto republicano, apresentamos de forma sumária a constituição e a composição econômica e política do Segundo Reinado até a consolidação da República e sua nova lógica de organização social e cultural.

A etapa de consolidação da economia cafeeira confunde-se com a adaptação da elite imperial a esta nova dinâmica econômica, que influenciou na composição social e política do país no período do Segundo Reinado e posteriormente na composição social da Primeira República. Tendo como ponto norteador a cidade do Rio, sede da Corte, a nova classe econômica emergente foi, em sua maioria, formada na região do Vale do Paraíba carioca, representando os novos agentes econômicos vinculados à expansão do café e ao *status quo* do Império.

Os barões do café, como era conhecida a elite econômica, tornaram-se uma classe dirigente e organizada, tendo como finalidade “aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica” (Furtado, 1989, p. 116). O desenvolvimento do café dependia, basicamente, da expansão territorial – a terra estava disponível em abundância – por intermédio da aquisição de mais mão de obra – escravos – e da disponibilidade de crédito na praça, situação mediada pelo Estado. As esferas regionais e familiares conseguiam fazer seus interesses chegar à Corte, produzindo uma lógica social patrimonialista.

Do ponto de vista de sua estrutura social, a ordem imperial se organizava a partir de famílias extensas de proprietários rurais. A família patriarcal, como o agrarismo, o escravismo e a monocultura, era parte do legado colonial. Ao longo de todo o Império perdurou como padrão de hierarquia. O poder social esteve concentrado na figura do pater família, simultaneamente agente econômico – senhor de terras e escravos –, agente político e figura nuclear da própria sociabilidade, agenciando casamentos e patrocinando carreiras de parentes e afilhados. Esta concentração de poderes e atributos retardou a autonomização de uma esfera pública. E fez prevalecer o particularismo e a

lógica afetiva sobre os princípios racionais e abstratos no gerenciamento do Estado. (Alonso, 2002, p. 75).

O Segundo Reinado era caracterizado pela centralidade política na figura do Imperador D. Pedro II, numa economia baseada na monocultura de exportação, pela presença da escravidão e numa elite intelectual voltada, exclusivamente, para a produção cultural europeia, configurando assim uma sociedade escravocrata. Estruturou-se com base em uma burocracia centralizada, em concomitância com interesses patrimoniais. O Estado possuía o controle pleno de cargos técnicos e uma variedade de postos importantes: da Corte até o mais longínquo distrito da província vigiam as relações promíscuas entre os interesses privados e o interesse público. Eram o patrimonialismo, o clientelismo e o nepotismo as características do Segundo Império.

A socióloga Angela Alonso (2002) resumiu esse complexo conjunto de valores nos seguintes termos:

As instituições políticas imperiais não reproduziam diretamente a lógica do mundo patriarcal. Havia sobreposições e interfaces entre interesses e agentes dos mundos público e privado no Império, mas havia uma autonomia relativa do Estado, mais bem descrita no conceito de patrimonialismo (Fernandes, 1975; 1977; Holanda, 1990). No patrimonialismo de tipo estamental⁴ há já um quadro administrativo parcialmente autônomo em relação à dominação senhorial (...). No Brasil, a própria formação do Estado nacional exigiu uma estrutura burocrático-legal nacional, impondo a burocratização e a nacionalização da dominação patrimonialista. Assim produziu uma autonomização relativa da esfera estatal e, por conseguinte, da elite política em relação ao domínio senhorial. (Alonso, 2002, p. 76).

A dinâmica econômica, oriunda da empresa do café, proporcionou o crescimento dos centros urbanos, sendo o mais relevante a capital, Rio de Janeiro. Como resultado, floresceram novos grupos, novas formas de socialização e novas ideias. A título de exemplo, citam-se a criação das primeiras escolas militares, da Escola de Belas-Artes e do Museu Nacional, a construção das primeiras redes ferroviárias, a circulação intensa de expedições científicas internacionais, o consumo de ideias importadas da França e, por fim, o romantismo literário, onde predominava o índio como símbolo nacional.

Emerge, assim, um ambiente intelectual inédito, no qual predominavam os cafés, intensificando o desenvolvimento de sociedades literárias e científicas, a

⁴ Existe um profícuo debate sobre a formação econômica brasileira e seu reflexo sobre as práticas sociais e políticas no país. Por falta de espaço, não adentraremos o debate. Para aprofundamento, ver (Holanda, 1977), (Novais, 1989), (Prado Jr.), (Furtado, 1989) e (Fragoso, 2013).

circulação de novos jornais, a composição de um novo quadro de discentes, menos dependentes da Corte, e conseqüentemente mais autônomos e críticos.

Dessa maneira, novos centros culturais, como os grupos positivistas e as escolas militares, agregaram jovens de origem geográfica e social distinta, porém compartilhando o mesmo ideário: *uma insatisfação com o status quo imperial, sendo o repertório comum entre este grupo dissidente o abolicionismo e uma postura antimonarquista, antirromântica, cientificista e republicana.*

Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais”. (Sevcenko, 1995, p. 79).

Com o despontar de novas mudanças e a memória das revoltas do período regencial, a elite do Império enfrentava um complexo dilema. Era necessária, urgentemente, uma mudança em relação ao modelo econômico escravocrata e aos valores que o representavam. Contudo, esta mesma mudança poderia levar ao fim da ordem social que possibilitava a existência dos grupos dominantes. Isso compeliu a elite a aderir a um movimento político pragmático, à cata de reformas para evitar uma suposta revolução ou uma mudança mais drástica. É preciso não esquecer o impacto da Revolução de São Domingos (1791-1804) na memória da elite imperial. São frequentes os relatos, na iminência da abolição, de fazendeiros temerosos de um massacre semelhante.

Neste contexto, a elite política se viu num dilema com seu grupo social de origem, os estamentos senhoriais: manter suas estruturas de prestígio social e seu monopólio do poder político ou expandir as condições econômicas, sociais e culturais para a racionalização da economia e a formação da sociedade nacional. A solução encontrada foi conciliatória. A elite política imperial arrogou-se hábil o bastante para ao mesmo tempo produzir e controlar a expansão da ordem social competitiva, para modernizar o país sob a tutela estamental. (Alonso, 2002, p. 78).

As mudanças na lógica econômica brasileira que ocorrem na segunda metade do século XIX não se limitam a um processo urbano centrado na capital do país. Consistem, antes, num processo que reorganiza o espaço brasileiro como um todo,

possibilitando a ascensão de novos grupos sociais, com novas demandas políticas e, conseqüentemente, com um repertório intelectual particular.

A nova estrutura de oportunidades políticas era mais permeável à manifestação pública e coletiva de insatisfações por grupos sociais marginalizados pela dominação saquarema. Deram-se assim as condições para a emergência de um fenômeno político novo, um movimento de contestação político-intelectual ao *status quo* imperial. (Alonso, 2002, p. 95).

A partir de 1870 despontaram novos paradigmas no pensamento brasileiro, sendo eles: o abolicionismo, o positivismo, o darwinismo social, o republicanismo e, por fim, o federalismo – enviesado pelas elites intelectuais dos novos polos econômicos, a saber, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Alonso, 2002). Com efeito, surge um novo ator político, econômico e cultural na dinâmica nacional, o *Estado de São Paulo*. Com o florescimento do Oeste Paulista, o Estado passa a se organizar segundo interesses próprios.

Nesse ínterim, avoluma-se uma elite econômica e política atuante, que gradativamente se torna imprescindível à política brasileira. Os grupos economicamente relevantes de São Paulo, a princípio, não se integraram ao *establishment* imperial. É que visavam uma maior autonomia em seus negócios e interesses, o que reflete na postura crítica à centralização monárquica, na difícil política de créditos e na adesão maciça ao ideário republicano.

O crescimento econômico e a cisão da elite política deram aos paulistas a estrutura de oportunidades políticas para manifestarem um dissenso antigo com o Império. A inserção dos liberais paulistas na política nacional vinha apagada desde que tinham sido soterrados pelos conservadores na rebelião de 1842. (Alonso, 2002, p. 149).

Desta maneira, a República é proclamada como resultado da soma dos seguintes fatores: a abolição da escravidão, a crise de representatividade de D. Pedro II, a crise econômica que se abateu no Vale do Paraíba e os novos grupos intelectuais que questionavam o *status quo* imperial. Com a adesão incondicional da elite paulista e da geração de 70, a República surge como possibilidade real de desenvolver o país em todas as suas dimensões.

É inegável que o Segundo Império produziu transformações relevantes ao país. Tais mudanças são representadas pelo desenvolvimento de cabos telegráficos e redes ferroviárias, com a estruturação e o aperfeiçoamento do Exército, e a crescente eficácia administrativa no manejo e gerenciamento do país a partir de um centro político. Tais avanços vinculavam-se a uma economia prioritariamente agrícola e dependente do café.

As inovações técnicas mais visíveis eram tributárias do ingresso de capital estrangeiro e da economia de expansão – de café, sobretudo, mas também de borracha e cacau –, nas construções de ferrovias, no aprimoramento da marinha mercante, nas reformas portuárias e na instalação de serviços urbanos. (Murari, 2009, p. 25).

Contudo, a intensidade da modernização não proporcionou canais de participação popular, nem uma efetiva mudança na estrutura econômica e de trabalho. Com efeito, quanto mais modernas as estruturas políticas e culturais, mais se mantinha excluída da política a nova elite, no caso a paulista, que surgia à margem dos círculos da alta sociedade imperial. Todos os benefícios gerados por este primeiro processo de modernização eram colhidos apenas por grupos tradicionais ligados aos cafeicultores do Vale do Paraíba.

Desse modo, a ideia da República reforçava a possibilidade de uma civilização brasileira, agora ancorada em noções de cidadania e no ingresso do Brasil à ordem capitalista e a seus ideários políticos democráticos. A participação política de seu povo, restrita tão somente às elites da Corte, tornou-se bandeira política do movimento republicano. O devaneio da democracia tem suas origens no Império, mas só terá adesão da alta sociedade como discurso político antimonárquico.

Com a República ocorreu uma atualização dos códigos jurídicos capaz de reconhecer e incluir os brasileiros em sua totalidade, pelo menos em termos teóricos. Uma maior autonomia dos estados/federações em face do governo central, autonomia esta que permitiria o desenvolvimento das elites locais paulistas, mineiras e gaúchas. A consolidação de uma imprensa atuante deu-se, sobretudo, a partir do movimento abolicionista⁵. Tratava-se do fortalecimento de uma produção cultural genuína, na qual se refletisse a real identidade brasileira. Uma economia voltada para uma nova dinâmica capitalista de créditos com a atuação forte da iniciativa privada. E o acúmulo de capital privado e o investimento em novas áreas da economia, com maior independência do mercado em relação ao Estado. Em suma, “civilização e controle eram as palavras de ordem do período, que vivenciou a globalização mundial e um dinamismo jamais experimentados” (Schwarcz, 2012, p. 39).

Com a ascensão de uma nova forma de governo, o país se modernizava estruturalmente e promovia reformas de todo tipo: a) no seu sistema de transportes, ao

⁵ Importante frisar o exemplo do Jornal “Estado de São Paulo”, que nas mãos de Júlio de Mesquita se modernizou e encarnou o espírito republicano da época – liberal democrático e empreendedor. O papel da modernização dos meios da imprensa para Lobato será abordado em tópico à parte.

consolidar e aumentar as redes férreas, além de construir novos portos e aperfeiçoar os já existentes, viabilizando um melhor escoamento da produção agrícola; b) nos centros urbanos, com investimento na ciência da saúde, representada pelos projetos sanitaristas; c) na industrialização desses centros⁶; e d) no reflorescimento do café na região do Oeste paulista.

O desenvolvimento do Oeste foi reforçado pela presença do imigrante, fruto de um projeto político e ideológico racial⁷. Tudo isso possibilitou a ascensão da cidade de São Paulo no cenário nacional; a capital da República continuava a ser o Rio de Janeiro, mas a nova vida econômica e cultural despontava com mais vigor na capital paulista. Essas mudanças foram sublinhadas por Alonso:

O processo de revigoramento econômico que a acompanhou a crescente produção de café no oeste – as novas lavouras entre as duas grandes ferrovias abertas, a Paulista e a Mogiana – gerou uma “refundação” da cidade de São Paulo, sintetizada por Morse (1970: 235-6) como transformação “de comunidade em metrópole”. O *boom* da economia do café fez crescer seu comércio e sua população, expandiu os contornos urbanos, deu-lhe iluminação pública, bondes, casarões e obras de saneamento. A capital finalmente ultrapassava Campinas e se tornava o centro econômico e nervoso da província. (Alonso, 2002, p. 149).

Sobre esse processo, escreve Schwarcz:

De fato, o desenvolvimento paulistano ficou condicionado a três fatores principais. Em primeiro lugar, à expansão cafeeira, que em sua marcha saía do vale do Paraíba e chegava ao Oeste Paulista, em finais dos anos de 1850. Em segundo, à entrada da estrada de ferro que viabiliza o transporte interno, então feito em lombo de burros, até porto de Santos. Por fim, não há como deixar de mencionar o papel da imigração, que mudaria as feições, os dialetos, a culinária e os serviços públicos paulistanos. (Schwarcz, 2012, p. 48).

Em contrapartida, esse cenário otimista é testado pelo contato com a dura realidade interiorana do Brasil e com os problemas surgidos nos primeiros anos da República. Tornavam-se latentes as contradições e a intensa desigualdade que imperavam no país. A República que nasceu com um sonho democrático e federalista dissolveu-se em uma política de exclusão praticada pelas oligarquias regionais, bem como com uma economia ainda vinculada ao latifúndio e à exportação agrária; e uma indústria incipiente e modesta. Logo, gerava-se uma população miserável que se

⁶Vide (Carone, 1977).

⁷Vide (Schwarcz, 1996), (Skidmore, 1976) e (Alonso, 2002).

refugiava nas cidades, fugindo do campo e gerando problemas habitacionais e urbanísticos.

O modelo preconizado pela República, que se iniciou em novembro de 1889, pautou-se pela exclusão de largos setores sociais, sempre em nome de uma política que priorizasse uma nova modernidade e racionalidade. Nesse sentido, se não há como negar que a Primeira República promoveu um processo acelerado de institucionalização. Largas faixas da população viram-se, ainda que com acesso à liberdade e à igualdade jurídica, excluídas do jogo social que então se montava. (Schwarcz, 2012, p. 37).

A modernização do país tinha um preço alto, a saber, a preservação de uma economia latifundiária e a exclusão sistemática da população que habitava o interior do país e a periferia das grandes cidades, tornando um verdadeiro pesadelo o sonho republicano.

Por outro lado, nesse mundo da modernidade conviviam muitas temporalidades: o sertão, a cidade, uma Polônia transplantada, um Japão recriado, muitas Áfricas no Brasil. Conforme ironizava Gilberto Freyre: “O tempo de Antônio Conselheiro e o do conselheiro Rodrigo Alves, por exemplo, foram contraditórios e diversos, embora ambos vivessem na mesma época e cada um fosse ao seu modo conselheiro”. (Schwarcz, 2012, p. 81).

Neste contexto social e histórico, cabe destacar um aspecto importante: o Brasil rural, que, apesar de negligenciado, ocupava a maior parte do território com uma população excluída da política e dos benefícios do café. No entanto, esses habitantes abrigavam uma figura central para a compreensão do país: **o sertanejo**.

Por outro lado, encontrava-se o sertão, espécie de “parte esquecida do país”, o qual, ao lado do passado escravocrata, afigura-se alijado da memória da época. Lá viviam indígenas, libertos, mulatos... “uns desertados, uns desterrados em sua terra”. A marginalização das populações do interior diante das transformações impostas em nome do progresso não foi ignorada. Em *Os Sertões* (1902), possivelmente o livro mais emblemático dessa geração da virada do século XX, Euclides da Cunha desabafou: “Estamos condenados ao progresso”. O progresso parecia inevitável, mas certamente não se aplicava a todos. Se ele era mesmo obrigatório e dele não se escapava, para países como o Brasil mais parecia uma danação. (Schwarcz, 2012, p. 41).

No desconhecido Brasil rural, mais especificamente no interior dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, encontrava-se a figura do **caboclo/caipira**, personagem que impactou o fazendeiro, advogado, intelectual e polemista Monteiro Lobato. Na forma como este problematizava questões sobre estética, desenvolvimento econômico, ciências, saúde pública e a intelectualidade brasileira, ecoa o modo como a oligarquia do café pensava o próprio país. Muitas fórmulas e reivindicações usadas pelo autor eram comuns ao mundo dos cafeicultores. Refletiam-se, em sua obra, os

problemas ligados ao cotidiano da vida na fazenda, sendo os mais comuns os conflitos por mão de obra e com agregados, na aquisição de empréstimos, nas dificuldades do meio físico – principalmente o solo – e no papel do Estado na produção agrícola.

Por tudo isso, acompanhar o desenvolvimento da produção de café no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, é indispensável se se busca apreender as influências da mentalidade rural nos debates culturais da Primeira República e, conseqüentemente, na obra lobatiana.

1.1 - O Vale do Paraíba e os barões do café

O historiador Stein (1969) relata um interessante caso ocorrido no turbulento ano de 1888. Um fazendeiro do Vale do Paraíba, ao redigir o inventário da esposa, três dias após a abolição, evidencia a situação econômica da região. Assevera que o motivo que os levou ao apogeu seria o mesmo que os levaria à decadência. Por ser um dos poucos cafeicultores que se mantiveram livres de dívidas com bancos, comissários e credores particulares, escreve o fazendeiro:

Achei aconselhável não proceder enquanto o problema dos escravos não estivesse definitivamente resolvido (...). Os lucros da fazenda foram poucos durante os últimos anos e gastos no custeio da fazenda, na alimentação e manutenção dos escravos e de minha família. Ao extinguir a escravatura no Brasil, a lei de 13 de maio deste ano riscou da relação dos bens da fazenda o valor dos escravos. Não resta praticamente nada a ser partilhado entre herdeiros. (Citado por Stein, 1969, p. 299).

Como atesta o inventário, até mesmo os fazendeiros em melhor situação financeira da região do Vale do Paraíba – aqueles que não possuíam dívidas – encontravam-se em circunstâncias de pouca perspectiva econômica no fim do século XIX⁸. Os cafeicultores da região estavam preocupados com o futuro da produção, saudosistas do “passado glorioso” da região e furiosos com a forma como a abolição ocorrera, bem como indignados com a voracidade dos bancos e credores. Assim, não conseguiam perceber a parcela significativa de responsabilidade que carregavam pela decadência do Vale do Paraíba. No entanto, não se eximiam de apontar e escarnecer com certo ressentimento os “verdadeiros responsáveis” pelo declínio: a abolição, a

⁸ Importante frisar o pouco valor econômico que a propriedade da terra possuía se comparada com a posse do escravo. Como será enfatizado à frente, a posse de bens e de *status* não refletia a real riqueza de um fazendeiro da região do Paraíba no fim do século XIX.

ganância dos bancos, a ineficiência do Estado e, obviamente, o caboclo, que em sua composição étnica trazia em si um grande mal à sociedade.

Em editorial do *Jornal Novidades*, do Rio de Janeiro, órgão oficial dos fazendeiros escravistas do Vale do Paraíba, percebe-se a cegueira em relação à própria realidade social. O artigo compara a forma como cada localidade produtora de café do país lidava com as questões emergentes do período: abolição e mão de obra.

Isto está nas índoles dos habitantes das duas províncias: ao passo que o paulista se entrega de olhos fechados ao primeiro cometimento que lhe apareça, o verdadeiro fluminense examina-o, estuda-o, compara-o, analisa-o e reflete (...). Mais refletida e mais prudente, a província do Rio não deseja alcançar tudo de uma vez: prefere ir por evolução lenta, moderada e proveitosa, averbando o que há a ganhar e substituindo o que infalivelmente há de perder. (Novidades, 28/2/1888).

Apesar da distinção, apontada pelo jornal ao priorizar as particularidades do comportamento dos fazendeiros do Rio de Janeiro em relação aos paulistas, podemos entender que essa distinção de mentalidade exprimia, na verdade, outra diferenciação. O periódico pontuava a distinção entre os produtores do Vale do Paraíba, tanto da região paulista quanto da carioca, em relação aos novos cafezais do Oeste de São Paulo, e sua nova dinâmica e percepção econômica. A crise do café daquele distrito confunde-se com a decadência do próprio Império, com seu modo de fazer política e com sua mentalidade – elementos que contribuíram na trajetória de nosso autor e em sua formação intelectual. Neste sentido, será necessário observar a circunstância em que esta sociedade consolidou a estrutura econômica da lavoura de café, pois esta foi a base de todo o edifício político, social e econômico do Segundo Império. E quando modernizada e transposta ao norte de São Paulo, transformou-se na base econômica e sociocultural de toda a Primeira República.

As antigas picadas abertas no Vale do Paraíba pelos primeiros bandeirantes (séculos XVII e XVIII) ofereciam rotas para as tropas⁹ que se dirigiam ao interior do país, abastecendo as regiões de mineração de Minas Gerais com pequenos produtos e transportando os minérios para o litoral. Nas primeiras décadas do século XIX, a região do rio Paraíba era inicialmente ocupada por construtores de estradas e proprietários de

⁹ Segundo o Dicionário de Vocábulo Brasileiro, do Visconde de Beaupaire-Rohan de 1889: “Trópa, s.f. espécie de caravana composta de bestas de carga. Nas províncias do Norte lhe chamam comboio. Também dão nome de tropa a uma grande porção de animais muarés que seguem para as feiras ou qualquer destino. Em todos os mais sentidos, a palavra tropa tem no Brasil a mesma significação que em Portugal”.

pousos e ranchos. Estes eram construídos ao longo do trajeto, sendo o núcleo de vida para os tropeiros.

Ao longo da estrada se situavam pequenas vendas com um rancho agregado, servindo de abrigo para as noites. Neste se obtinha o milho, fonte de alimentação para as tropas, o feijão e a cachaça, fonte de subsistência dos próprios tropeiros. Todas estas pequenas povoações eram circundadas por grandes matas virgens.

Por meio do plantio do café se inicia uma grande transformação geográfica, política e social na região.

A transformação do sertão, naquela época recortado apenas por uma ou duas veredas de tropas, esparsamente povoado por alguns lavradores e proprietários de pousos, numa municipalidade de grandes fazendas de café com mais de 35 mil residentes livres e escravos em 1850, foi forjada em duas gerações. (Stein, 1969, p. 3).

A exaustão das minas, a eliminação de pequenos grupos indígenas arredios e a gradativa expansão da cultura do café no planalto do Vale do Paraíba possibilitaram a chegada, gradativa, de pequenos e médios produtores à região a partir de 1830. A princípio, dois grupos de ocupantes apareceram ao longo das estradas: aqueles que adquiriam sesmarias da Coroa e os posseiros. Estes – a maioria – foram atraídos pelo comércio, construindo ranchos para os viajantes, oferecendo pasto para as tropas e semeando em pequena escala milho, feijão e cana-de-açúcar.

O acontecimento que demoveu os grandes proprietários de terras e os posseiros de seus esforços para se estabelecerem como produtores de mantimentos e do principal produto colonial, o açúcar, interrompendo a era da contemplação da mata virgem e lançando-as na defesa obstinada de cada palmo de terreno, de cada divisa por vaga que fosse, de cada documento manuscrito, foi a expansão irresistível do café. (Stein, 1969, p. 14).

Em sua maioria, as querelas por terras tinham sua origem na obscura questão das concessões e direitos de posse, que em tempo algum foram descritos, medidos e demarcados com limites ou pontos de referência objetivos e claros¹⁰. Quando a posse de terras se tornava imprescindível para os grandes proprietários, ligados ao Rio de Janeiro e à Corte, a solução das querelas pendia para o lado dos grandes fazendeiros. Os posseiros não conseguiam sustentar uma briga judicial com seus poderosos adversários, nem mesmo emparelhar força física, convertendo-se gradativamente em subalternos dos

¹⁰ Ruy Cirne Lima no livro “Pequena História Territorial do Brasil” analisa de forma sintética a questão da terra no Brasil após a Independência, com enfoque nas questões de ordem jurídica e política.

grandes proprietários de lavoura que, aos poucos, detinham toda a riqueza dos municípios em suas mãos.

Esses grandes proprietários preservaram as imensas posses por meio do casamento no interior do próprio clã. A imensidão dos cafezais, vinculada ao esgotamento do solo, produziu uma mentalidade cujo principal intuito seria aumentar permanentemente sua propriedade e a mão de obra. Como resultado, o município tornava-se dependente de poucas e poderosas famílias.

A cultura do café, além de firmar características particulares às fazendas, alinhou novas formas e fontes de crédito para o financiamento da produção.

Numa época de autossuficiência, em que fazendeiros adquiriam terras e as colonizavam com escravos que precisavam ser alimentados, vestidos e providos de ferramentas, necessitando, além disso, de certas provisões como o sal importado, era o capital necessário encontrado dentro dos limites do próprio município. (Stein, 1969, p. 20).

Empréstimos para financiamento de lavouras ocorriam entre os próprios fazendeiros, ou junto às casas comissárias do Rio de Janeiro. Tais créditos eram facilitados pelos contatos pessoais e pela influência de parentes ou aliados políticos. Os grandes fazendeiros eram fechados em si do ponto de vista social, com casamentos internos e convívios mútuos. Esses pactos familiares, muitas vezes, minavam a distinção entre empréstimos financeiros e auxílios familiares, característica que perduraria na região até a proclamação da República¹¹.

Uma inovação econômica foram os Bancos, que após a proibição do tráfico de escravos, em 1850, passaram a disponibilizar maior quantidade de capital para o investimento em lavouras. Até aquele momento os grandes capitais eram restritos ao tráfico, mas, com a proibição, foram alocados ao mercado de investimento¹². Com capital disponível na praça, possibilitou-se aos fazendeiros o acesso a crédito para investimento.

É importante frisar que mesmo sendo instituições modernas e racionais, os bancos, no Brasil, emitiram crédito com base em contatos pessoais e indicações que

¹¹ Comportamento que prossegue na política nacional até os dias atuais. Contudo, no período republicano, com a política oligárquica, os fazendeiros do Oeste passam a ter mais privilégios com o poder central.

¹² Tese amparada por Stein (1969) e Fragoso (2013).

vinham da Corte¹³. Por consequência, mesmo dinamizado, o mercado permanecia vinculado a certa ótica patrimonialista.

(...) os capitais até então empregados no comércio de escravos africanos inundaram o mercado de investimentos, vendo os fazendeiros seus recursos crediários aumentar da noite para o dia, ao tempo que dobravam de valor seus haveres constituídos de escravos. Fundados nesta nova garantia, abriam os comissários novos créditos a seus clientes, recorrendo aos novos estabelecimentos de créditos que se fundavam por toda parte para a obtenção do dinheiro necessário ao financiamento das safras futuras de seus clientes. (Stein, 1969, p. 24).

Com capital disponível para tocar adiante a lavoura, o cafeicultor mergulhava na dinâmica própria do mundo rural. Assim, ocupava seu cotidiano com a lida intensa da fazenda. Apesar de vinculado a um mercado de créditos baseado numa lógica econômica internacional, o senhor de escravos estava totalmente inserido na rotina da empresa do café.

Inteiramente absorvido pela formação de roça no meio da floresta para a produção de gêneros alimentícios, assim como pela experimentação da nova cultura cafeeira, tinha o lavrador pioneiro poucos lazeres para se preocupar com outros assuntos. Depois de feita a semeadura, precisava construir abrigos para sua família, seus escravos, seus engenhos movidos a água, e as safras que colhia. O córrego mais próximo lhe fornecia a água de que precisava para os diversos misteres. À sua margem plantava seu pequeno canal; dele tirava água para mover a moenda de cana. Concluídas essas tarefas, plantava ao redor de suas roças e à beira dos caminhos renques de árvores frutíferas, laranjeiras, bananeiras e outras mais, inclusive um pequeno pomar para seu gozo e a recreação de sua família. (Stein, 1969, p. 25).

A única forma de se ligar às novidades do litoral era por meio de esparsos viajantes que pediam pouso – prática que cessa após a instalação de ferrovias na região¹⁴. As primeiras grandes fazendas constituíram núcleos de colonização; a partir destes centros, diariamente, saíam escravos e trabalhadores livres para abrir clareiras, plantar e colher. As ferramentas indispensáveis para a derrubada da mata eram obtidas por meio da venda de café e de outros produtos ao litoral, bem como tecido, sal e escravos¹⁵.

¹³ Como notam Dean e Caldeira, esta prática de financiamento influenciará na organização dos fazendeiros paulistas do Oeste na captação de recursos para a formação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a famosa Paulista. Além de possibilitar a construção de linhas que ligavam as zonas de café ao porto de Santos, acabou por unir a elite paulista que, de logo, passou a almejar interesses políticos. Veja-se a criação do PRP (Partido Republicano Paulista). Caldeira, no primeiro volume de sua biografia sobre o jornalista Júlio de Mesquita, narra com pormenores a relação entre os métodos patrimoniais da Corte, a ascensão econômica de São Paulo e o avanço do movimento republicano no país.

¹⁴ Fenômeno que ocorre a partir de 1869.

¹⁵ Sobre a aquisição de escravos, Fragoso (2013) afirma que uma forma alternativa de se adquirir escravos era comprando-os de cafeicultores menores que já enfrentavam problemas financeiros a partir de 1860.

A sede da fazenda era composta por um núcleo de construções projetadas em quadriláteros funcionais. A casa principal, onde viviam as pessoas livres, costumava ser construída aos pés de um morro, e os cômodos eram erigidos sobre um andar térreo. Ao redor deste quadrilátero se incorporaram as senzalas, os paióis, os armazéns, as tulhas, os ranchos de tropas, as estrebarias e os chiqueiros¹⁶. No centro encontrava-se um grande terreiro de terra batida, poeirento na estiagem, charcoso sob a chuva. A sede, costumeiramente, se situava ao lado de uma queda d'água, aproveitando a depressão para a construção de monjolos¹⁷. Estes, além de úteis na lida diária, ecoavam ruídos como cachoeiras. Os nomes mais comuns para as fazendas vinculavam-se aos santos padroeiros, um reflexo do “supersticioso” catolicismo rural, ou de alguma característica topográfica da região¹⁸.

A estrutura dessas construções era simples: paredes com postes, ripas de palmeiras trançadas e posteriormente rebocadas com barro. Por um tempo, com a dificuldade de se obter ferro, pois o transporte dependia dos tropeiros, no lugar de arames empregava-se cipó para amarrar ripas aos postes. Sobre esta estrutura era jogado adobe (mistura de terra bruta, areia, palha e água) para a construção de paredes de pau a pique¹⁹. Este tipo de construção, na primeira metade do século XIX, era comum não apenas aos simples caboclos, mas também aos fazendeiros. O chão da casa era de terra batida, apenas recebendo melhor tratamento os locais que acolhiam os mantimentos. Até a segunda metade do século XIX a fazenda se estabelecia como um ambiente razoavelmente autossuficiente.

Um fazendeiro cuidadoso tem todos os dias um jantar esplêndido, e só lhe custa dinheiro o vinho e o sal, ou algum acepipe; o mais tem ele de casa, e com muita profusão. Acreditamos não exagerar; alguns habitantes da Corte, que têm visitado as nossas fazendas, reconhecerão isto, e nos farão justiça. (Werneck, 1878, p. 10).

¹⁶ “Determinado que seja o local para a sede das machinas, convém que o lavrador trace ou faça traçar a planta da fazenda, com designação da casa destinada á sua residência, á do pessoal livre e escravo, e compreendendo não só as machinas que forem necessárias, á especialidade agrícola, a que se destinar, como também os paiões, armazéns, estrebarias e mais habitações dos animais domésticos.” (Werneck, 1878, p. 3).

¹⁷ “Ora, de todos os motores conhecidos, é sem dúvida a água o mais econômico e maneável. Por isso o primeiro cuidado do fazendeiro, que de novo vai fundar um estabelecimento rural, deve ser procurar aguada e, encontrando-a, tirar o nível dessa, com direção á mais vantajosa localidade.” (Werneck, 1878, p. 1).

¹⁸ Stein cita alguns nomes comuns: Fazenda São Francisco, São Fernando, Boa Vista, Lagoa, Vargem, Ribeirão, Sucupira, Pau Grande, Guaribu, Cachoeira e Ribeirão. (Stein, 1969, p. 26).

¹⁹ “Pau-a-pique, s.m. (prov. merid.) parede construída de ripas ou varas, umas verticais e outras horizontais, presas entre si por meio de cipós ou pregos, e tudo isto emboçado com barro. A parede de pau-a-pique é o que em Portugal chamam parede de sebe ou taipa de sebe.” (Beaurepaire-Rohan, 1889, p. 107).

Figura 1: Casa de pau a pique de um caboclo do Vale do Paraíba (1913.)



Fonte: Site Templo Cultural Delfos²⁰

Os métodos usados para o plantio resultavam do aprendizado obtido pelos antepassados (pais e avós) ou pela experiência de outros fazendeiros. Assim, o que dava certo e gerava boa safra numa fazenda era rigorosamente repetido pelos outros fazendeiros e seus descendentes.

A partir de 1850, as populações urbanas da Europa e dos E.U.A. incorporaram definitivamente o hábito diário do consumo de café. Conforme crescia a demanda, a grande lavoura consolidava-se, assimilando as pequenas e médias propriedades com avidez. Aumentou entre os fazendeiros da região a demanda por escravos, a carência de terras virgens e a necessidade de crédito no mercado. Por consequência, firmou-se o modelo escravista de monocultura de exportação, pilar econômico, social, político e cultural do país no século XIX.

Os cafeicultores não possuíam ascendência aristocrática, entretanto, com a cultura do café, rapidamente formaram-se fortunas. A riqueza, oriunda da posse de escravos, terras e cafezais, concedia prestígio e poder a seus possuidores. A manifestação social de riqueza se dava pela posse de objetos caros, pela excessiva hospitalidade e outros esbanjamentos – adegas, liberalidade com gastos das esposas e filhos, joias, mesa farta e abundante. Como resultado, aquelas antigas casas simples de pau a pique foram gradativamente substituídas por casas de alvenaria. Os estabelecimentos que armazenam café também foram modernizados, ficando apenas a senzala com o antigo modelo de paredes de adobe e teto de palha seca.

²⁰ Disponível em < <http://www.elfikurten.com.br/2012/03/monteiro-lobato.html>>

Não tendo os fazendeiros estirpe aristocrática em que se apoiar, seu orgulho encontrou outros meios de expressão. À medida que aumentava a prosperidade do município, a riqueza, sob qualquer forma – particularmente escravos, terras e cafezais – conferia prestígio e era assiduamente procurada. (Stein, 1969, p. 146).

O valor social do papel econômico que os senhores de escravos passaram a representar era retratado simbolicamente na forma de títulos de barão, tão cobiçados pelos fazendeiros do Vale do Paraíba. A riqueza somada às contribuições financeiras à Guerra do Paraguai, à filantropia ou o apoio regional ao Império concediam o direito à aquisição, não hereditária, de títulos de nobreza. E assim, firmava-se na memória social e historiográfica a figura dos barões do café.

Na perspectiva social e produtiva, a fazenda, tendo como mão de obra o escravo, imprimiu sua influência em todas as esferas da sociedade brasileira, seja na economia, seja na política ou na cultura. A organização escravocrata impactava na vida rotineira dos municípios, assim como na evolução do país. O tráfico de escravos foi diretamente responsável pelo progresso da região nas primeiras décadas do século XIX. No entanto, seu fim contribuiu ainda mais para que a região permanecesse próspera nas décadas seguintes.

Os traficantes, que antes aplicavam suas divisas em navios negreiros, agora alocavam capital ao mercado, financiando empresas, companhias de transporte e fazendeiros, trazendo o desenvolvimento material para a região. Com a proibição do tráfico, os contingentes de escravos dos fazendeiros tornaram-se valorizados no mercado. Estes, comprados a preço baixo, passaram a se tornar escassos no país, convertendo-se, em virtude disso, em bens supervalorizados. Os fazendeiros agora detinham um “produto” encarecido, cuja valorização possibilitava garantias para se adquirir empréstimos junto à praça. Tinham crédito bastante para superar a economia autossuficiente que predominou na primeira metade do século XIX, e assim repor seus “fatores de produção”²¹, a saber, mercadorias, alimentos e mão de obra.

Na lavoura de café a primeira colheita ocorre apenas quatro anos após o plantio, entretanto, os gastos necessários com a manutenção da fazenda ocorrem de forma cotidiana e continuada após a semeadura, fazendo do fazendeiro um refém, indireto, das casas comissionárias. Quando ciente de sua situação econômica confortável, o fazendeiro não abdica de derrubar mais matas virgens para o plantio de café e, assim,

²¹ Vide Fragoso, 2013.

hipoteca as futuras safras para obter capital e comprar escravos, que, por sua vez, abrem mais clareiras, semeando mais café.

Desse modo, os cafeicultores se fecharam neste círculo vicioso, reforçando a necessidade de empréstimo junto à praça e aos bancos. É, portanto, intrínseco à lógica do sistema de café do Vale do Paraíba o endividamento estrutural dos fazendeiros²².

Apesar desse alto grau de endividamento, todas as empresas apresentavam uma respeitável capacidade de produção (...). Em realidade, o endividamento faz parte da vida da fazenda escravista; ele permite o seu custeio e, mesmo, a sua expansão, em uma situação de mercado restrito. (Fragoso, 2013, p. 58).

A paisagem brasileira, que incluía fauna, flora e relevo, produziu no imaginário do século XIX imagens de riqueza, opulência, mistério e grandiosidade, fascinando os viajantes que passaram pela região²³. Já para os fazendeiros da região, esta paisagem representava, sobretudo, oportunidade econômica. Por outro lado, a prosperidade teria um custo em termos de destruição do cenário natural. Com técnicas pouco científicas, desinformados das modernas práticas agrícolas, escolhiam a área fértil da mata e iniciavam a derrubada. Lançando mão de escravos, agregados e caboclos, armados de machados e foices, abriam extensas clareiras, separando as madeiras úteis para confecção de tábuas, traves, postes para currais e gamelas; em seguida, as terras eram queimadas para, nos meses seguintes, dar início ao plantio do café.

O ciclo que se iniciava com a derrubada e a plantação de café e de mantimento, que procedia com carpas sucessivas ao som das monótonas toadas dos escravos, encerrava-se com a colheita, a secagem, a entulhagem e o benefício dos grãos maduros. (Stein, 1969, p. 42).

Em contrapartida, apesar do vislumbre de prosperidade proporcionado pelo acesso ao capital e do ritmo frenético de produção, os fazendeiros começavam gradativamente a entrever o esgotamento próximo das matas virgens. Suas técnicas agrícolas desleixadas colocavam em xeque os fundamentos de sua própria riqueza. O envelhecimento da população escrava forçava o fazendeiro a ocupar toda a mão de obra exclusivamente na produção de café. Ademais, a redução das áreas de mata virgem pressionava o aproveitamento de todo o solo apenas com a lavoura, minando a autossuficiência das fazendas, pois toda a mão de obra era drenada para a plantação e toda a terra era usada para plantar café. Consequentemente, diminuíram a produção de

²² Esta prática, somada à abolição, ao esgotamento das matas e à ausência de técnicas modernas de plantio, será responsável pela decadência da região.

²³ Sobre este aspecto, ver Sussekind (1990).

mantimentos, sendo obrigados a recorrer ao mercado local ou do litoral para a aquisição de gêneros alimentícios que antes eram produzidos na própria localidade.

Nos distritos de maior produtividade é que o preço dos mantimentos – fubá, farinha de mandioca, feijão, carne-seca e toucinho – teve maior alta. Acuado pelo rápido desaparecimento das matas e pelo alto preço das provisões, o fazendeiro passa a ver nos métodos de plantio tradicionais das grandes lavouras seu principal problema. Como resultado, um comerciante da região assim avaliava a situação na década de 1860: “já que não se faz nenhum esforço para melhorar o solo por meio de adubação, de irrigação ou de qualquer outro sistema, a terra se esgota rapidamente, pois o solo é cultivado por métodos e instrumentos de trezentos anos atrás”.²⁴

O relativo isolamento, os poucos meios de comunicação entre as fazendas e a rotina contribuíram para enraizar as práticas de cultivo adquiridas do passado. Os fazendeiros não utilizavam manuais agrícolas modernos, tecnologias ou novos modelos de lavoura. Para o senhor de escravos, a grande lavoura “é e será por muitos anos a principal fonte de riqueza pública e privada, a mais eficiente auxiliar de nosso progresso, participando da evolução que nos trouxe ao presente estado de civilização”.²⁵ O historiador Fragoso, referindo-se aos cafeicultores da região do Vale do Paraíba, sugere uma importante questão:

Um dos resultados que me surpreenderam quando terminei a pesquisa, e que ainda hoje desperta a minha curiosidade, é o fato de os barões do café terem permanecido fiéis a suas práticas empresariais rotineiras até os estertores da agricultura escravista. Apesar da escassez de matas e de homens, eles não optaram por soluções que, localmente, reverterem o esgotamento do solo e a falta de braços na lavoura. A agricultura regional em 1880 continuava extensiva como meio século atrás. (Fragoso, 2013, p. 17).

Podem-se mencionar duas explicações para a fidelidade dos fazendeiros do Vale do Paraíba às práticas de plantio destrutivas e com o uso apenas de mão de obra cativa: a) primeiramente, o fazendeiro se ligava ao *status* referente à hierarquia social produzida pelo sistema econômico agrário. Ao atingir *status* suficiente para pertencer ao seletivo grupo de senhores de escravos, não se via impelido a ampliar investimentos, seja na modernização das práticas agrícolas, seja no acúmulo de capital. Em consequência, movia-se por um *ethos* patriarcal que valorizava, principalmente, a posição de mando e

²⁴ Citado por Stein, 1969, p. 59.

²⁵ Miguel Antônio da Silva, *Agricultura nacional* (março de 1879), p. 3-4, citado por Stein, 1969, p. 64.

as oportunidades que esta oferecia. Este lugar, para ser alcançado, não exigia investimentos e aprimoramentos técnicos e intelectuais permanentes.

Em outras palavras, aqueles homens moviam-se num mundo onde ascensão social significava posição de mando e de prestígio, numa hierarquia ciosa de suas diferenças estamentais. Para tanto, eles afastavam-se do comércio, mesmo que isto implicasse a redução de lucratividade, e investiam suas fortunas mercantis em atividades e bens que lhes garantissem o sustento daquela posição de mando na sociedade. As fazendas escravistas ligadas à exportação permitiam tal intento. (Fragoso, 2013, p. 15).

Além disso, **b)** configura uma forma de racionalidade econômica a prática recorrente de desmatamento para o plantio. Tal prática refere-se a um modo de manipular a terra que diminui o tempo de trabalho por hectare, pois outras formas de cultivo exigiriam a aplicação do arado e a adubação de forma regular. O abandono das práticas vistas como “atrasadas” e “primitivas” acarretaria mais tempo de trabalho ou mais mão de obra. Na lógica de poder e de produção dos cafeicultores, seria racional em termos econômicos e sociais a manutenção da forma de exploração da terra e do uso de trabalho escravo. Portanto, “infere-se que, na forma de reprodução desse sistema agrário, perpassa um cálculo que objetiva a redução do tempo do trabalho e, com ele, a dos custos de produção” (Fragoso, 2013).

Na mentalidade do senhor de escravos, além da inevitável prática de queimadas, a grande produção de café dependia da provisão permanente de mão de obra escrava para a lida na lavoura. Logo, caberia desenvolver um método eficiente para usar essa mão de obra e mantê-la permanentemente obediente. Deste modo, o cafeicultor do Paraíba torna-se definitivamente prisioneiro do braço cativo, não conseguindo vislumbrar a produção de café sem a presença massiva do trabalho escravo.

Encarnando o papel de senhor de escravos, o fazendeiro deveria se fazer onipotente, onipresente e benfeitor. Se encontrasse obediência e resignação, seria um “pai” para os escravos; caso contrário, mostrava-se vingativo e implacável. Diferentemente dos centros urbanos, onde a lei tutelava os castigos infligidos aos escravos, no interior a vontade dos fazendeiros era prontamente acatada pelo capataz. Por consequência, o chicote, composto de cinco tiras de couro com pontas metálicas, materializava toda a autoridade que o fazendeiro possuía em sua propriedade.

Na visão do senhor de escravos, a rotina diária de uma fazenda de café exigia dura dedicação: caçar o escravo fugitivo, punir a desobediência de outro, dar instruções a um terceiro, supervisionar a carpa; queixar-se de algum serviço desleixado; explicar minuciosamente, toda manhã, à turma de escravos como executar tarefas simples na

lavou e, no fim do dia, averiguar se as ordens foram acatadas. Sob sua ótica, a psicologia escravocrata era indispensável para uma boa produção. Só se obtinha um trabalho intenso e eficiente caso se mantivesse a prática da vigilância permanente, sob uma disciplina espartana.

Para o cafeicultor, era da natureza do negro a preguiça, a indolência e a lei do menor esforço. Com efeito, o alimento, o abrigo e a vestimenta eram sua justa remuneração. Se os argumentos dos fazendeiros em relação à necessidade de um regime escravocrata, por si sós, não eram suficientes, amparavam-se nas teorias científicas estrangeiras. Em sua maioria, estas teses provinham da Europa, oferecendo “evidências” sobre a “infantilidade do homem africano com seu desenvolvimento mental de uma criança branca”. Taunay, autor do célebre *Manual do Agricultor Brasileiro*, obra dedicada a Bernardo Pereira de Vasconcelos, amparou-se nos fisiologistas franceses para asseverar uma suposta inferioridade física e mental da “raça negra”, se comparada a todas as outras raças. Justificava, desse modo, a sujeição dos negros à lógica impiedosa e rudimentar do regime escravocrata.

A inferioridade physica e intellectual da raça negra, classificada por todos os physiologistas como a última das raças humanas, a reduz naturalmente, huma vez que tenham contactos e relações com as outras raças, e especialmente a branca, ao lugar ínfimo, e officios elementares da sociedade. Debalde procurão-se exemplos de negros cuja intelligencia e producção admirão. O geral d’elles não procede suscetível senão do grão de desenvolvimento mental a que chegão os brancos de 15 e 16 annos. (Taunay, 1839, p.6).

O argumento usado por Taunay foi compartilhado e reproduzido, também, pelos senhores de escravos: a ideia de uma inferioridade intrínseca à “raça negra” foi assimilada tanto em âmbito mundial quanto pela maioria dos cafeicultores e moradores dos centros urbanos. O jornalista e viajante A. E. Zaluar escreveu para o jornal *O Vassourense*, a partir 19 de novembro de 1882, ano do nascimento de Monteiro Lobato, uma série de descrições ilustrativas sobre a vida do fazendeiro na região do Paraíba.

A narrativa possui dois personagens principais, um médico e um advogado, que, como viajantes, exploravam o interior do Brasil. Pela formação intelectual destes, inferia-se que eram pessoas distintas e educadas, com apurada capacidade de observação e senso crítico. Após monótona viagem pela região, através de tortuosas estradas, avistam, ao longe, uma grande fazenda. Um deles observa, no primeiro plano, um grande terreiro limpo; logo em seguida, chama a atenção o barulho da pequena cachoeira que movia os moinhos; ao largo do terreiro corriam límpidas águas de um ribeirão, onde as escravas domésticas batiam as roupas de seus senhores ao som de

tristes melodias africanas. Num lado da fazenda, o engenho de café e o moinho de fubá; ao longe avistaram escravos e animais, estes pastando, aqueles trabalhando na lavoura, “e silenciosos todos, e cumprindo o seu destino como quem aceita com fatal resignação o império absoluto de uma disciplina imutável”.

Aproximando-se da sede, são convidados a adentrar a casa, sempre acompanhados por uma escrava, que com grande e pesado molho de chaves vai abrindo e fechando portas, até chegar ao destino dos hóspedes, um quarto de visitas simples e aconchegante. Passando pela sala, deparam-se com adornos, quadros, mobílias, portas e assoalhos com ares envelhecidos, como se o ambiente estivesse ali há pelo menos 40 anos. Destacavam-se na mobília dois grandes retratos velhos, um busto rígido de um antigo capitão de milícia, devidamente fardado e com medalhas, e outro, de uma senhora trajada à moda dos tempos de Maria I, “a Rainha louca”. Candelabros, castiçais, lustres grandes, três sofás e muitas cadeiras distribuídas pela sala completavam o recinto. Após acomodarem-se nos sofás, vislumbram pela janela um radioso e belo jardim, com flores, arbustos e trepadeiras; ao fundo, bosques assombreados sob ramagens densas, dando um ar lúdico e sugerindo um forte contraste entre a decadente decoração e a estonteante natureza brasileira.

Abruptamente foram interrompidos pelo dono da casa, um homem vulgar na aparência, descuidado de si mesmo a tal nível que aparentava ser o que não era. Com fisionomia de um senhor de 80 anos, dizia ter 60; semblante duro e severo, que também denunciava um coração capaz de nobres atos. Parecia possuir uma alma tesa por uma vida sob a prática rígida do dever e da virtude. Possuía um aspecto pobre e miserável, e mesmo parecendo ser generoso nas esmolas, poderia romper deste homem um imperioso preconceito, talvez consequência da rígida tirania da rotina “e da falta completa de certos conhecimentos científicos, sem os quais é impossível realizar os preceitos da filosofia social”.

Este fazendeiro poderia ser um representante típico dos grandes agricultores brasileiros da região, cuja vida fora regular e monótona, adquirindo, assim, uma moral severa, sob a qual a pessoa que não cumprisse a palavra morreria para ele, pois nunca voltou atrás de um trato após fechado o acerto. Parecia inclinado à caridade e a ações desinteressadas, sendo naturalmente dado à compaixão, à clemência e à piedade para com seus pares. Contudo, com os escravos, tudo mudava: outro personagem, bem menos agradável, aflorava. Zalar o descreve muito bem:

(...) era áspero e muitas vezes cruel para com os escravos, em que não reconhecia, por mais evidente que lhe pudesse tornar o facto, a natureza e a dignidade dos homens. O cativo era um utensílio, um instrumento, uma máquina; um objeto animado, que apenas se diferenciava da matéria por ser acessível ao delito e ao crime, e por consequência sujeito ao castigo e à punição. Mais nada. (Zaluar, 1882).

Era homem crédulo, observador severo da lei, subserviente à autoridade política, tirano em sua própria casa, zeloso com a rotina, nunca questionando o governo estabelecido. Sem princípios políticos rígidos, operava buscando a manutenção de sua situação de poder e dominação. Em suma, o discurso racial era operado de forma distinta em diferentes camadas da sociedade. Uma ciência produzida nas grandes universidades foi adaptada por um estrangeiro (francês) à lógica regional. A partir de um manual de agricultura, em capítulo longo sobre o uso da mão de obra escrava, promove-se a manutenção de uma relação de trabalho sob a ótica da ciência. Este mesmo discurso será amplamente reproduzido no cotidiano da fazenda pelo senhor de escravos, por sua família, pelo feitor, pelo sitiante, pelo agregado, pelo caboclo e, muitas vezes, pelos próprios negros escravizados, como atesta Zaluar. A ciência fundamenta uma prática social abjeta que foi responsável pela existência do mundo de opulência usufruído pela elite e negado, sistematicamente, às camadas baixas da sociedade. A conjugação precisa entre cientificismo, o racismo científico, o imperialismo, o coronelismo e a disseminação na sociedade da prática racista.

Ao se consolidar, o movimento abolicionista acabou por gerar certo sentimento de incerteza e indecisão sobre o futuro da empresa do café. Intensificou-se a hesitação dos fazendeiros em face das frequentes flutuações do mercado após a década de 1870. Para fazer frente a estas apreensões, os cafeicultores promoveram organizações de lavradores, grupos educacionais e ordens médicas, que intentavam minorar o desespero causado pelo fim gradativo das fronteiras agrícolas e pela inevitável emancipação dos escravos.

Títulos universitários representam, desde tempos coloniais, possibilidades de ascensão na hierarquia social, consolidando-se no desdobrar do século XIX, quando postos burocráticos passam a ser cobiçados, sendo foco de disputa entre grupos políticos para a obtenção de cargos relevantes para parentes em geral. Estes profissionais liberais atendiam às necessidades médicas e legais das comunidades, ajudando também a preencher a burocracia administrativa. Compunham o quadro de professores, publicistas e pequenos editores dos passageiros, mas importantes jornais locais, que comentavam desde anedotas locais até questões de política e economia nacional e internacional.

Os descendentes dos barões do café enxergavam na posse de um diploma universitário – obtido no Brasil ou no exterior – uma maneira de garantir seus privilégios sociais. Mesmo herdeiros dos cafeicultores e de grandes terras migraram em massa para os centros urbanos, em especial para a capital, São Paulo, devido ao crescimento econômico proporcionado pelo Oeste. Dessa maneira, a elite letrada e os intelectuais da República, na capital paulista, tinham seu destino umbilicalmente ligado à tradição rural. Tradição esta a que se somavam pequenos, médios e grandes proprietários rurais, os habitantes das pequenas cidades, os comerciantes locais, os agregados, os sitiantes, os escravos, depois libertos, os caboclos, os índios, os imigrantes e as matas.

A capital paulista, apesar de, naquele momento, incorporar toda a modernidade vivida no país, era herdeira direta deste mundo. Será também deste mundo que Monteiro Lobato herdará seu *ethos* social e, seguindo os passos dos herdeiros dos barões do café, buscará manter seu privilégio social por meio da aquisição de um diploma universitário. Dessa maneira, usufruindo do patrimonialismo, chegará à carreira pública.

A riqueza gerada pelos grandes fazendeiros, no decorrer do século XIX, na região do Paraíba, trazia em si os próprios elementos de sua decadência. Mesmo nos anos prósperos, a ruína poderia ser avistada, “quando fazendas falidas se transferiram para os credores e quando empréstimos realizados para comprar escravos e produzir mais café não podiam ser amortizados” (Fragoso, 2013). O preço do café permanecia instável, os escravos tornaram-se caros e escassos, e as matas virgens, cada vez mais raras, sobrando apenas um espectro de destruição e serras cobertas de cafezais cansados e infecundos.

As grandes fazendas conseguiam certo fôlego assimilando as terras e os escravos dos fazendeiros menores, nessa época, já falidos. Porém estas aquisições só foram possíveis com um grande montante de empréstimos, obtidos nos bancos. Os senhores começavam a ter de enfrentar o mercado de capitais, cada vez menos confiante e mais distante das velhas formas patrimoniais de obtenção de capital. Os empréstimos eram hipotecados com base no contingente de escravos; com a iminência da abolição, os fazendeiros perderam sua principal garantia de crédito. Enfim, ficavam impossibilitados de pagar suas dívidas e de obter novos empréstimos com os bancos, estes já imbuídos do espírito prático dos mercados nos novos tempos.

Sem atentar nos avisos premonitórios contra a rotina dos métodos agrícolas, duas gerações de fazendeiros de Vassouras – pais e filhos – continuavam a mandar seus escravos devastar e queimar as matas virgens, plantar a esmo mudas de cafeeiros ou sementes não selecionadas, e, depois, capinar e colher, ano após ano, como se pudessem dispor eternamente de “solo virgem”, produzindo sempre safra abundante de qualquer coisa que nele se plantasse, sem necessidade de fertilizantes. (Stein, 1969, p. 257).

A escassez de novas zonas de mata virgem pedia novas práticas rurais, envolvendo novas técnicas que entravam em conflito direto com práticas de plantio que, supostamente, “desde sempre” tinham dado certo. Algumas regiões do Vale do Paraíba ainda usavam o machado, o fogo e a enxada manobrada pelo escravo como único método de plantio.

Em 1872, o médico Nicolau Moreira se queixava:

Durante 372 anos a rotina e um sistema agrícola de desperdício, que elevam ao nível de um sistema a produção baseada no machado e na enxada, derrubando a mata virgem e ateando-lhe fogo, exaure o solo fértil do Brasil dos elementos de grandeza e prosperidade das futuras gerações. (Citado por Stein, 1969, p. 258).

Num misto de tradição e inabilidade ante a modernização, os fazendeiros se viram presos ao regime escravocrata e à prática da queimada. Não conseguiam desvincular a grande produção agrícola do braço cativo e do desmatamento. Rejeitavam os ideais abolicionistas, republicanos e modernos, usando de todos os meios retóricos para refutá-los.

No *Jornal do Comércio* do Rio, Beauperaire-Rohan²⁶ escreveu: “Nossos fazendeiros, acostumados desde a infância a lidar com escravos, não compreendem a ideia de trabalhadores que não sejam descendentes de escravos. Não acreditam que a grande lavoura possa existir fora dos latifúndios em que centenas de trabalhadores cultivam o solo para um único proprietário. E, compreendendo a impossibilidade de encontrar trabalhadores livres dispostos a tolerar a condição passiva dos escravos, estão convencidos de que não há possibilidade de salvação”. (Transcrito em *O Vassourense*, 2 de julho de 1882, citado por Stein, 1969, p. 275).

Neste ínterim, terra, escravos e o café prosseguiram a se desvalorizar, e as fontes de financiamento tornavam-se mais rígidas ao conceder crédito a proprietários de fazendas. Estes, acostumados a obter capital com membros da própria família ou dos ricos do interior ou da cidade, que tinham capital para aplicar, sentiram o choque da dura transição do crédito particular, mediado por afinidades eletivas, para as relações de

²⁶ Este autor será o mesmo a publicar a inédita obra, para a época, “Dicionário de Vocábulo brasileiro”, que representa um dos primeiros movimentos de valorização da língua portuguesa falada no Brasil. O dicionário citado foi usado na presente pesquisa como meio de acessar termos e práticas da época que se perderam no tempo.

crédito pessoal do moderno sistema financeiro. As novas práticas econômicas eram familiares à mentalidade mais racional que gradativamente predominava no país.

À medida que cresciam as necessidades e aumentava a dependência, as instituições bancárias se tornavam mais cautelosas. Duas ordens de considerações precípuas motivaram aparentemente essa relutância: a legislação exageradamente ciosa de proteger o devedor contra as consequências da falta de pagamento; e a consciência da decadência econômica que se alastrava pelas zonas cafeeiras. (Stein, 1969, p. 289).

Apesar dessa legislação protetora do devedor, os fazendeiros sempre acentuaram o aspecto oneroso imposto pelos bancos, com juros exorbitantes e amortizações em curto prazo, que, segundo este raciocínio, para a empresa do café, seria prática impossível. Apontavam com rispidez os capitalistas urbanos que, na gula do lucro, não se eximiam de enganar os desavisados. O senhor de terras passava a imagem de um pobre miserável a mendigar dinheiro aos capitalistas, que usurpam ao máximo o cafeicultor do Vale do Paraíba, aproveitando de sua necessidade permanente de dinheiro para manter a lida diária da fazenda. Esta, sob sua ótica, ainda era o real pilar da economia brasileira.

Couty dividiu os fazendeiros da zona cafeeira em três categorias: pequeno número de fazendeiros completamente livres de dívidas e possuidores de apólices do governo; um grupo um pouco maior com recursos regulares e algumas dívidas; e um terceiro grupo, compreendendo a maioria dos grandes fazendeiros, sem recursos para saldar os compromissos contraídos com os comissários, os bancos e os fazendeiros mais ricos. (Stein, 1969, p. 292).

Neste ponto, voltamos à questão que abriu este tópico, pois mesmo para os fazendeiros livres de dívidas, a perspectiva se mantinha pouco promissora. Como sugere Stein (1969), as fazendas do Vale do Paraíba que conseguiam obter algum lucro tinham prioritariamente de atender os seus credores. Os maiores créditos vieram do Banco do Brasil, ligado ao Império, que duplicou o montante de empréstimos feitos aos cafeicultores da região no período de 1877 a 1883. Com isso, percebe-se que a maior parte das queixas, em torno da precariedade do crédito, não refletia completamente a realidade, desvelando o lento desmonte da empresa cafeeira do Vale do Paraíba.

Ao passo que o casco da fazenda compreendendo a sede, a maquinaria, a terra e o café se desvalorizava gradativamente, a rápida depreciação do braço escravo cobria as fazendas com sua mortalha, anos antes da abolição, reduzindo o valor das garantias que os fazendeiros podiam oferecer para os financiamentos pleiteados. (Stein, 1969, p. 294).

O elemento que garantia bônus no mercado ao fazendeiro, com a iminência da abolição, drasticamente se precarizava, tornando *o cafeicultor um homem de grandes*

posses e pouca riqueza. Gerava-se um choque cultural entre uma lógica que se perdia no tempo, vinculada à economia escravocrata, e a moderna dinâmica do mercado de financiamento, mais bem executada pelos produtores do Oeste Paulista. As novas divisas passaram a ser aplicadas em novos empreendimentos econômicos, alheios ao café da região.

Relatando a realidade do município de Vassouras, no Vale do Paraíba carioca, Stein (1969) sintetiza como foram os últimos momentos do café na região, antes da abolição e da República.

Recebendo financiamento de fontes estranhas ao município – financiamento que vinha em quantidade considerável, principalmente da única instituição disposta a fornecer crédito rural, o Banco do Brasil – os fazendeiros de Vassouras se divorciaram da era das transações financeiras pessoais. Daí em diante, era raro concederem-se moratórias, como faziam antigamente os complacentes banqueiros, amigos pessoais dos fazendeiros, quando o devedor pedia dilação de prazo para o pagamento de juros e amortizações alegando pequenas safras, doenças de família, ou imprevistos nas despesas de custeio. O banco não tinha laços familiares nem se sentia na obrigação de sustentar a fazenda de um amigo. Não obstante, nas décadas de 70 e 80 demonstrou condescendência – prorrogando frequentemente os prazos de pagamento e nomeando os fazendeiros insolventes representantes do banco na administração das fazendas. Mas com a intensificação da crise do município, nos anos que precederam a abolição, o banco passou a executar os fazendeiros atrasados. Sua responsabilidade era mais para com o governo do que para com os particulares. (Stein, 1969, p. 298).

Será à margem deste sistema econômico que o caipira/caboclo aparecerá como grupo social que compunha a pobreza da região. Constituíam um quadro muito heterogêneo de homens livres que viviam entre as pequenas famílias e a população escrava. Formavam-se, então, de descendentes de posseiros livres e sem terras, colonos despejados e empobrecidos, escravos fugidos ou libertos, mascates portugueses falidos, a marcar a sua variedade étnica. Eram agregados em pequenos povoados ou nas franjas das cidades, no entanto, não eram totalmente integrados na vida da lavoura. Restavam apenas trabalhos áspers, servis e perigosos, sendo eles o artesão, os agregados, os trabalhadores rurais e urbanos, os desabrigados e os indigentes. Incluem-se também os escravos alforriados, seja pelos seus próprios meios, seja por “caridade” do fazendeiro. Dessa maneira, os caboclos/caipiras encontravam-se na delicada posição de elementos necessários à empresa do café, porém não imprescindíveis.

Se a produção agrícola visivelmente perdera o fôlego no Vale do Paraíba, ao norte do Estado de São Paulo despontava a nova lavoura de café, com suas características particulares. Assim, passa-se para a formação e o desenvolvimento do Oeste, responsável direto pela cultura e opulência do Estado paulista.

1.2 - O Oeste Paulista e a modernização de São Paulo

Com a descoberta de ouro em Mato Grosso, em 1718, acelera-se a ocupação do norte do estado de São Paulo em virtude das paradas para pouso e alimentação das tropas de mulas que levavam suprimentos para a região mineradora. Estes arrieiros (tropeiros) logo se transformaram em negociantes, começando um processo gradual de povoamento e ligação de populações dispersas da localidade. A prática agrícola privilegiada por esses primeiros habitantes era predatória, comum à região de São Paulo.

Uma vez findado o inverno, caracterizado pela seca, os caboclos deitavam o mato abaixo com machados e foices, e esperavam secar algumas semanas. Com o domínio dos ventos, escolhiam o melhor momento para tocar fogo à mata e, assim, abrir grandes clareiras, chegando estas a mais de dois hectares. Com pedaços de pau, faziam buracos devidamente espaçados e, em seguida, muniam as fendas de sementes que logo despontavam em pequenas mudas de milho, algodão, feijão e mandioca.

A prática predatória predominante, por parte do caboclo, no Oeste Paulista teve entre seus principais fatores a impossibilidade da posse legal da terra até fins do século XIX²⁷. Era mais fácil buscar novas clareiras do que iniciar um conflito com os grandes fazendeiros. Isso minimizou, por um tempo, os atritos entre caboclos e fazendeiros por questão de terra. Para ambos, era natural que novas clareiras fossem abertas de tempos em tempos, abandonando-se a antiga posse, pois sempre havia mais um trecho de mata disponível.

Com esse movimento, a população estava continuamente se deslocando em direção ao interior do território, sob a iminência do contato com o indígena. Com efeito, os caboclos eram quem mantinha o índio longe das grandes lavouras. Eram eles também os que sofriam a represália por parte dos nativos e que descarregavam nestes suas frustrações, pois desprezavam o índio da mesma forma como os fazendeiros os desprezavam. No entanto, apesar do contato pouco amistoso, tal situação não impediu que as práticas indígenas fossem assimiladas e adaptadas à realidade do caipira²⁸.

No Oeste Paulista, a extinção da população indígena e sua substituição por colonizadores europeizados, os caboclos, ocorreu gradualmente no século XVIII. Desde o começo a irrupção dos posseiros mestiço-mulatos ligava-se à

²⁷ Lima (1991), Holanda (1994).

²⁸ Vide Holanda (1992).

economia da costa, pois esses marginais reuniam-se nos pontos ao longo da estrada que levava às minas de Mato Grosso. Os ocupantes originais tinham de abrir pequenas clareiras temporárias na mata virgem, mas conseguiam manter facilmente o regime de subsistência, e até praticar certo montante de comércio com as cidades próximas ao litoral. (Dean, 1977, p. 37).

As terras virgens tornaram-se tão imprescindíveis para os caboclos e pequenos produtores, como para os que buscavam plantar para exportação, já que todos dependiam da maior fertilidade dos solos recém-limpos, oriundos da abundância de terras existentes no país. Por conta da força física e econômica, os melhores solos ficavam sempre nas mãos dos grandes fazendeiros, restando ao caboclo tão só pequenas porções de terra, para cultivo de produtos para a subsistência ou para o pequeno comércio local.

Nestas pequenas propriedades era cultivada uma variedade de mantimentos. Um bom exemplo foi a produção de milho, usado tanto para alimentação de animais como para complemento da dieta dos moradores menos abastados. Servia, ainda, para o consumo dos guias de mulas que, embora não sendo uma população fixa do local, sua presença se fazia constante devido à intensa movimentação de tropeiros naquela região. O milho, herança indígena, constituía a principal cultura à época, sendo responsável por 80% da fonte nutritiva dos colonizadores. Quando triturado, era consumido na forma de pão e angu, gerando uma variedade de pratos que vão compor, posteriormente, a tradicional gastronomia caipira e nacional. Como bem exemplifica Werneck, em sua *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda*, de 1878, por vários motivos o milho era imprescindível para a manutenção de uma fazenda.

É este o alimento mais necessário ao lavrador da Serra-acima; com ele se nutrem os escravos, a tropa, os cavalos, os porcos, os carneiros, galinhas etc. etc. Deve-se ter o celeiro onde se guarda sua sementeira, que deve ser em terras de melhor qualidade. (Werneck, 1878, p. 63).

Outras fontes de calorias eram o feijão e o arroz, consumidos de forma generalizada pela população. A mandioca, por ser produtiva durante todo o ano e exigir pouco trato do solo, foi sistematicamente usada na alimentação²⁹.

Sobre a mandioca, afirmava Werneck:

²⁹ Mais adiante, será apontado o uso pejorativo e intrigante que Lobato faz do cultivo da mandioca no Brasil pelo caboclo. Em alguns momentos, chega a sugerir que a mandioca está entre os fatores que tornam o caboclo atrasado, preguiçoso e indolente. Todas as suas descrições do meio rural fazem referência em algum momento à mandioca (o pão pronto) em termos depreciativos. Importante lembrar as longas, instrutivas e belíssimas notas de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* sobre a mandioca. Diferentemente de Lobato, aborda os usos da mandioca e suas consequências digestivas, físicas e sociais na composição nacional. A mandioca é fonte rica de informação sobre a formação social e cultural do país.

Esta preciosa planta é uma das mais necessárias ao fazendeiro e todos em geral; sua ótima farinha serve nas nossas mesas como um acessório indispensável e necessário; nas mesas de maior luxo aparece o seu pirão, os deliciosos bolos de tapioca, com os saborosos mingaus e biscoitos de sua goma, que também lustra a cambraia de nossas camisas e dos vestidos de nossas damas. Sem dúvida, nenhum dos nossos lavradores deve deixar de fazer todos os anos larga sementeira desta planta, cujo celeiro é a terra em que semeia, dela extraindo-se a proporção das necessidades do consumo. (Werneck, 1878, p. 73).

A proteína em sua maioria era adquirida pela pesca e caça; algumas famílias criavam porcos, deixados soltos e alimentados pela natureza³⁰; já as galinhas eram mais raras, por serem vulneráveis às cobras e aos felinos. Do mato se obtinham frutas frescas, ervas medicinais, temperos e, também, materiais de construção (Dean, 1977).

Embora os primeiros ocupantes conquistassem certos direitos sobre a posse da terra, foram sumariamente expulsos com a chegada dos grandes produtores rurais, os fazendeiros de cana-de-açúcar, e posteriormente, de café. Sem a necessidade de recorrer a tribunais, os ricos fazendeiros usavam da violência e da ameaça, com o auxílio de capangas, como mecanismo eficiente de manutenção de privilégios e de grandes propriedades. Os primeiros sinais da expulsão dos pequenos proprietários começavam com a destruição de suas singelas plantações, evoluindo assim para a ameaça direta e a agressão física.

Pode-se afirmar que a violência foi inerente ao sistema de organização social da grande lavoura no interior paulista, sendo usada sobre posseiros, caboclos, escravos, agregados e até familiares. O uso da força era indiscriminadamente requisitado, em grande medida, para a manutenção dos imprecisos limites das propriedades, a expulsão dos posseiros, o controle rotineiro da força de trabalho escravizado, o domínio social sobre os que não tinham terras e, por fim, para todos que pudessem provocar qualquer distúrbio ao cotidiano da fazenda.

Os capangas, recrutados entre os agregados, serviam, do mesmo modo, como uma polícia particular que zelava pela propriedade e suas divisas, praticando todo ato de violência que o fazendeiro mandasse, incluindo ameaças e assassinatos. Na maioria das vezes, os antigos ocupantes saíam sem a necessidade de força física, dado o histórico de violência na região. No entanto, a pequena propriedade não foi totalmente eliminada com a ascensão das grandes lavouras de café; os que permaneciam na localidade eram

30 Vide Werneck, 1789, p. 95.

provisoriamente alocados para executar funções subalternas e subordinadas à economia de exportação.

A dependência dos pequenos produtores em relação aos grandes fazendeiros se dava tanto na renda e subsistência, sendo mão de obra em regime parcial, como em termos políticos. Os fazendeiros ocupavam praticamente todos os postos relevantes da administração pública na segunda metade do século XIX: juiz de paz, delegado de polícia, inspetor de escola e comandante de milícia. Em contrapartida, o fazendeiro necessitava do voto dos pequenos produtores. Esta relação de simbiose gerava uma mútua dependência, pois proporcionava uma relação cortês e respeitosa entre fazendeiros e pequenos proprietários, entretanto com um custo civil grande, visto que estes perdiam autonomia e voz para questionar as relações de dominação e de trabalho (Leal, 1997).

Os trabalhadores recebidos pelos fazendeiros eram divididos em funções que expressavam determinadas práticas sociais. Os que adquiriram relativa estabilidade foram denominados agregados, sendo, em sua maioria, parentes das famílias de pequenos proprietários da região. Apesar de certa instabilidade, cumpriam funções que os ligavam com certa estreiteza aos grandes proprietários – como exemplo, a função de capanga e feitor. Existia, ainda, uma população instável de trabalhadores em posição precária, os denominados “camaradas”, utilizados em tarefas específicas, como ajudar na colheita, limpar o mato, construir estrada e guiar carroça. Sua pobreza era facilmente percebida pela população, tornando-se um elemento inconstante no seio desta sociedade. Com frequência eram acusados de preguiçosos e imprevidentes, sujeitos a prisão por vadiagem, pois não contavam com a proteção comum que pequenos proprietários estáveis e agregados possuíam. Suas virtudes reconhecidas eram coragem, resistência e resignação em não lutar pelo direito à terra.

Essa população que se constituía de agregados, camaradas e posteriormente de negros libertos, vai se converter, gradativamente, na figura do caboclo, que tinha na miscigenação seu marcador social. E, assim, gradativamente vai se transmutando em figura relevante na formação da identidade paulista e nacional. Como já visto, as culturas negra e africana influenciaram decisivamente na composição do caboclo, mas por motivos identitários e ideológicos, como será explicado no próximo capítulo, foram excluídas e negligenciadas nas imagens dominantes do caboclo/caipira.

O açúcar foi o principal produto brasileiro por três séculos, sendo produzido inclusive no estado de São Paulo. Todavia, o café vai gradativamente substituindo a

cana como base da economia nacional. Somente após o ano de 1840 teve início o cultivo de café em larga escala no Oeste Paulista, local que oferecia melhor clima e solo para seu plantio (a famosa terra roxa, que virou sinônimo de prosperidade). No início do processo não foi necessário derrubar, de forma intensa, novas matas, pois se aproveitaram as terras limpas, oriundas das gerações anteriores da agricultura de subsistência e da produção de cana-de-açúcar.

Quando o mercado estava aquecido usavam-se sementes para antecipar a plantação, porém o processo comum era o uso de mudas cultivadas em local mais apropriado, protegidas do sol nos viveiros da floresta, deixadas por até dois anos para depois fazer o replantio. Os cafezais exigiam permanente manutenção, sendo necessário proteger as plantas de ervas daninhas e pragas; para isso, deveriam ser limpos, obrigatoriamente, três vezes ao ano.

O custo na produção de café até sua maturidade era alto. Nesta região, parte dos primeiros capitais era de reinvestimentos dos lucros advindos do açúcar. Os empréstimos foram imprescindíveis, também, para a implementação dos cafezais no Oeste Paulista. Geralmente estes capitais eram estrangeiros, sendo obtidos de forma indireta dos exportadores. O trato exigido pelo café até sua maturidade era executado pelos próprios escravos e/ou agregados do fazendeiro. Em contrapartida, existia a figura do empreiteiro, que com sua turma de escravos, similar a um processo de terceirização, oferecia seus serviços no período de intensa colheita. Com o tempo, o próprio fazendeiro tomava conta das lavouras, com seus escravos, organizados por turmas ou eitos³¹ e sob o olhar vigilante de feitores.

A adoção do café como principal produto da monocultura de exportação ocorre por uma soma de múltiplos fatores. A demanda mundial pelo produto, gradativamente, torna-se maior do que a demanda pelo açúcar. Ademais, os custos na produção eram relativamente baixos, comparados aos da cana, pois exigiam menos mão de obra. A colheita e o beneficiamento requeriam o mesmo trabalho. O açúcar era plantado a cada três anos, enquanto o café permanecia produtivo por até 30 anos. Por fim, a produção de café resultava em maior margem de lucro, visto que seu valor por quilo era superior ao do açúcar, além de ser menos vulnerável à deterioração nos processos de transporte.

³¹ Expressão utilizada para designar, de uma maneira geral, a forma na qual os escravos se organizavam na lida nas lavouras.

A princípio, o café era transportado por mulas sob a tutela dos tropeiros³², sendo estes responsáveis por – além de levar a produção das lavouras para o litoral – suprir as demandas do interior do país por produtos urbanos e importados. Para os fazendeiros, as cidades do litoral eram fonte de gêneros manufaturados, como carroças, arreios e trabalhos de carpintaria e ferragem. E, igualmente, de mercadorias importadas, como as ferragens para construção, o arame farpado, a enxada, o machado, o material de cozinha, os remédios e o querosene.

Figura 2: Fotografia de tropeiros do estado de São Paulo.



Fonte: Gerodetti, 2003.

Por esta dependência em relação aos tropeiros, as condições precárias das estradas eram motivo frequente de queixas junto ao governo, que, reiteradamente, fazia vista grossa, sempre priorizando o Vale do Paraíba. Para minimizar o problema do transporte no Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX os fazendeiros da região, de forma singular na história do país, se organizaram e levantaram capital suficiente para a construção e a expansão de linhas ferroviárias que ligassem o interior do Estado ao porto de Santos. Este projeto foi executado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a famosa Paulista.

Infere-se, assim, que a relação de proximidade da Corte com os barões do café estimulou a composição de uma elite econômica, no Oeste Paulista, com características

32 Como exemplifica Caldeira em *Júlio de Mesquita e seu tempo*, a elite econômica da capital paulista fora composta por um número significativo de tropeiros e/ou descendentes desta profissão vital na formação econômica de São Paulo. Isso reforça a ligação que a metrópole guardava com o mundo rural.

mais autônomas no tocante ao Estado brasileiro. Esta, por sua vez, influenciou e reconfigurou a política nacional, pois, como já mostrado, os cafeicultores do Vale do Paraíba, após 1870, encontravam-se em decadência.

Para dinamizar mais sua produção e riqueza, os modernos cafeicultores se viram forçados a se organizar e resolver seus dilemas por conta própria. A ascensão do Oeste Paulista, ligado totalmente ao estado de São Paulo, deu-se concomitantemente com a derrocada do Vale do Paraíba e do Segundo Império, intensificando, mais uma vez, a consciência de seu valor proeminente, agora não só na economia, mas na política e na cultura, em âmbito nacional.

A presença das ferrovias, a princípio, marca uma profunda transformação na dinâmica das fazendas, pois, com a velocidade do transporte, os cafeicultores do Oeste poderiam morar e frequentar a capital e, ao mesmo tempo, coordenar as plantações de café. Como resultado, passaram a privilegiar a capital, São Paulo, fazendo com que as pequenas cidades do interior, que antes eram referência de modernidade, ficassem em segundo plano. Além do que, o uso de administradores, que enviavam diariamente os registros das atividades da fazenda, possibilitou aos grandes produtores privilegiar a capital e sua vida dinâmica.

Como já indicado, esse movimento de organização para potencializar a produção de café gera uma novidade no país: a emergência de uma elite econômica organizada e autônoma politicamente, que para alcançar maior sucesso financeiro, aprende a lidar com pequenos atritos internos. Esta tinha como finalidade aprimorar a produção e os ganhos com o café, seja com a construção de estradas de ferro, seja na captação de capital ou na relação com o Estado. Forma-se então um grupo social cioso de sua força econômica e desejoso em entrar, permanentemente, no jogo político brasileiro. Nestes termos, os poderosos de São Paulo, através do movimento republicano, exigem seu lugar na política do país, no entanto, não mais como coadjuvantes.

Desse contexto econômico despontará a Primeira República, anunciando um novo jogo político, já de cartas marcadas. Esse novo discurso, com viés democrático, apontava para o futuro, porém a realidade evidenciava a manutenção de antigas práticas políticas, só que agora sob uma nova roupagem e com novos atores. Nesses termos é que se consolidará a República Oligárquica ou a República Café com Leite.

Como é sabido, a hegemonia econômica e política costuma ser acompanhada de uma hegemonia cultural. Assim, a partir da apoteose do café, no Oeste, surge um novo mito nacional: a locomotiva São Paulo e o paulista como uma raça de gigantes. Como

toda construção ideológica, não possui um início fixado no tempo, mas, a partir das marcas deixadas na produção cultural nacional e regional, pode-se rastrear a genealogia do regionalismo paulista, oriundo da necessidade de se construir um passado glorioso para a região. Dessa maneira, o Estado de São Paulo passa a ser descrito, apresentado e percebido como uma realidade à parte do tão sofrido contexto brasileiro, pois neste território as coisas deram certo e, portanto, o progresso do país deveria passar por ali.

A realidade econômica apresentada anteriormente será apreendida e avaliada por uma nova elite intelectual, agora em São Paulo, que, embora mais cosmopolita e urbana que os intelectuais do Império, guardava sua origem no mundo rural dos cafezais. No entanto, os dois grupos intelectuais tinham uma afinidade em comum: interpretar e dar respostas ao inegável caráter rural do Brasil.

É neste complexo contexto que Monteiro Lobato vai se constituir, refletindo e escrevendo, sob a ótica paulista, sobre a condição de atraso da sociedade brasileira. Dessa maneira, o autor e grande parte de sua obra – incluindo seu principal personagem, o Jeca Tatu – são fruto da conjuntura econômica e rural de São Paulo, reproduzindo todas as suas camadas. Torna-se, assim, útil a apresentação do tipo social que deu origem ao Jeca Tatu: o caboclo ou o caipira paulista e sua realidade social.

1.3 - O caipira e seu mundo

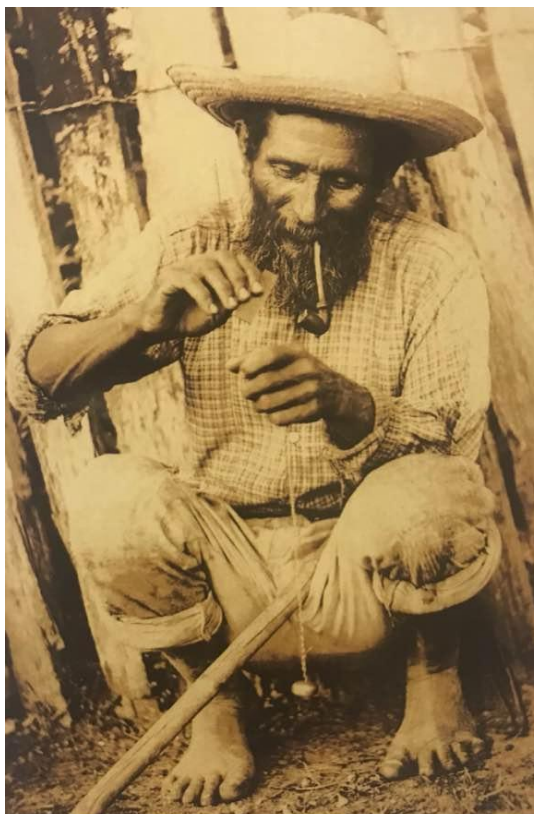
O tipo social caipira³³ é frequentemente classificado como o trabalhador livre na ordem escravocrata, sendo parcialmente isolado dos centros urbanos e vinculado a uma economia de subsistência, numa relação simbiótica com o meio natural – cujo conhecimento fora adquirido pela proximidade e ascendência indígena³⁴. Possui como célula base a família, e como núcleo social o conjunto de habitantes dispersos em torno de um centro semiurbano (centro comercial, político e religioso) e/ou de uma grande fazenda. Logo, estes pontos fixos tornam-se o elemento agregador e norteador da população parcialmente dispersa.

33 É importante frisar que o tipo social que o termo “caipira” reflete também fora denominado por caboclo, sendo notório que existem nuances significativas nos dois termos, a depender de quem os usa e em quais circunstâncias. No entanto, as fontes usadas por nós aplicam de forma despreocupada os dois termos, ao se referirem ao tipo social citado. Preferimos, assim, adotar as duas nomenclaturas, no decorrer do texto, como sinônimos, já que nossa investigação não se debruça, especificamente, sobre o termo usado, mas sim sobre a influência, decisiva, do tipo social referido na composição do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

34 No impecável livro *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda apresenta, de forma exemplar e minuciosa, a relação entre os saberes indígenas e dos bandeirantes que vão compor o saber do caipira.

Apesar de isolados entre si, isso não inviabilizava a construção de laços de solidariedade comunitária, a exemplo dos mutirões, laços estes que permitem enfrentar eventuais distúrbios, constituindo o auxílio vicinal coletivo. Entretanto, é intensa a presença da violência no cotidiano do camponês, como forma frequente de resolução de tensões internas ao grupo (Cândido, 1979; Franco 1997 e Martins, 1996).

Figura 3: Fotografia de um caipira paulista.



Fonte: Gerodetti, 2003.

O naturalista francês August de Saint-Hilaire, ao passar pela região de Minas Gerais, relata ter encontrado “uma mulata vestida de saia e camisa de algodão muito sujas”, que mesmo receosa com sua presença o acolhera³⁵. Sobre a conversa que tiveram, registra o viajante:

Disse-me que ali estava, havia apenas um ano, e nunca sentira um único momento de tédio. Os trabalhos caseiros, as galinhas e os animais domésticos tomam-lhe todo o tempo. Havia, além disto, sempre algo novo em seu pequeno lar. Era preciso ora plantar, ora colher; nasciam-lhe criações; o marido e o filho mais velho saíam para caçar e assim traziam ora um porco-do-mato, cuja carne, assada, comíamos todos, ora um gato selvagem. E, com efeito, mostrou muitas peles já curtidas da vários destes animais. A esta altura

³⁵ Temos aqui mais um exemplo da presença negra na composição étnica do caipira, aspecto este que no decorrer do século XX será minimizado, ou completamente excluído.

chegou o marido, que consentiu muito prazerosamente em servir-me de guia. (Saint-Hilaire, 2002, p. 38).³⁶

Com base nesse relato do grande viajante francês, percebem-se as consequências ecológicas dos hábitos alimentares da família rural: uma alimentação ligada à exploração dos recursos naturais, seja pela caça, pesca ou a coleta. Em virtude disso, eram dependentes do clima da região para a produção de pequenas roças, de onde tiram sua subsistência – o milho, a mandioca, o feijão e as frutas. Na maioria dos casos, a família é composta por um grande número de filhos; os mais velhos são recrutados para auxiliar os pais em suas obrigações, como bem mostra o relato ao indicar o auxílio do filho mais velho na caça. As habilidades demonstradas com a caça, a pesca e a coleta sugerem uma fusão entre a herança portuguesa, a herança africana e a herança do nativo, um ajuste histórico entre grupos sociais culturalmente distintos. Como salienta Candido (1979, p. 44), “condições de vida determinadas por uma economia fechada, com base no trabalho isolado ou na cooperação ocasional”.

O isolamento costumava ser interrompido pela necessidade de três fatores básicos para a vida coletiva de então: sal, religião e justiça. Os centros semiurbanos e as fazendas aglomeravam, em certa medida, os três elementos citados, cuja moeda de troca era o escambo, ou o dinheiro adquirido pela venda de produtos elaborados na roça e a prestação de pequenos serviços.

Em seu clássico trabalho, *Os parceiros do rio Bonito*, Cândido afirma que as unidades fundamentais de povoamento na sociedade caipira são os bairros, definidos como grupos rurais de vizinhança, ou a ”porção do território subordinado a uma povoação, onde se encontram grupos de casa afastados do núcleo do povoado”. Neste caso, reforçam o sentimento de localidade e pertencimento, mesmo que provisório, que os caipiras possuem em relação à sua região. Ele demonstra que as formas de solidariedade são constituídas, basicamente, pelo mutirão – que consiste no encontro de vizinhos para a realização de determinado trabalho em prol de um morador que se encontra em algum tipo de dificuldade. Não se trata de uma obrigação legal, sendo fruto de uma ação espontânea, não remunerada, e que gera um laço de solidariedade vicinal. Ademais, há ainda a capela (igreja), as festas tradicionais para os padroeiros e as missas

³⁶ Interessante notar a curiosidade do viajante em relação à dinâmica do camponês brasileiro, aspecto que Lobato tratará de forma superficial, pois avaliava a vida do caipira como monótona, vazia e entediante.

regulares regidas pelo vigário ou capelão – leigo versado no essencial da liturgia católica –, como formas marginais de solidariedade social.

A vida seminômade, como aponta o relato citado, expressa a condição dependente do trabalhador livre à lógica latifundiária brasileira. Nesta, o grande fazendeiro, por via legal – a posse da carta de sesmaria ou a posse de terras devolutas –, ou comprava a terra ou o integrava como agregado ou simplesmente o expulsava – este último, o caso mais frequente. Essa camada menor de cultivadores, o caipira, fechada em sua vida cultural e vinculada aos latifundiários, produzia modelos de sobrevivência e de sociabilidade que se ancoravam em resultados mínimos para a manutenção da vida dos indivíduos e para a coesão dos bairros.

Alicerçada num enfoque distinto, porém, complementar, Franco (1997) demonstra como os aspectos conflitivos e violentos, do mesmo modo, estavam presentes na vida social do caipira. Na resolução de pequenos conflitos – relativos ao cotidiano da roça e da criação de animais –, fazia-se o uso frequente de meios drásticos: “(...) ao passo que a pesquisa ia progredindo, a violência aparecia por toda parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que visava conhecer.” A autora pontua a violência como um elemento típico e característico da organização coletiva do caipira.³⁷ Uma cultura pouco rica³⁸ com um sistema social simples torna necessárias as relações de reciprocidade; aumenta, contudo, na mesma proporção, a frequência das oportunidades de conflito, sendo a violência usada como forma rotineira de ajustamento nas relações de vizinhança.

É dessa forma que devem ser interpretados os desenlaces drásticos de pequenos incidentes relativos à preservação de roçados, à utilização de animais ou de benfeitores de uso coletivo, ao aproveitamento de recursos naturais ou de coleta. (Franco, 1997, p. 28).

O mundo social do caipira apresenta dois aspectos constitutivos básicos: de um lado, a ajuda vicinal e a receptividade – como aponta o relato de Saint-Hilaire; de outro, a violência drástica como meio de resolução de pequenos e médios conflitos entre os vizinhos, devido à ausência de um mediador imparcial, no caso o Estado. Desse modo,

³⁷ O trabalho citado foi criticado pelo fato de a pesquisadora ter se amparado, em larga medida, nos inquéritos policiais das cidades interioranas, sugerindo que suas conclusões foram viciadas pela fonte de pesquisa. No entanto, mesmo com as críticas, seu livro permanece como obra de referência nos estudos sobre o homem interiorano brasileiro.

³⁸ Sobre a insistente caracterização da vida social do caipira como “pobre”, “pouco rica” ou “simples”, vide Holanda (1992), que com destreza apresenta a complexidade cultural deste mundo. Por não ser foco da presente pesquisa, optamos pela descrição sumária do caipira, amparado nos trabalhos referenciais sobre o tema, que caem, muitas vezes, também, nas mesmas simplificações.

fixam-se os fatores que compõem o complexo código do sertão, a saber, o modo receptivo, prestativo e caloroso do caipira, somado aos seus rígidos princípios em termos de conduta moral, ou seja, a honra, o trabalho, a família, a piedade católica e a retidão.

Como sugere Martins (1996), os trabalhadores livres já eram habituais na realidade brasileira no início do século XIX, sendo formados por mestiços, “bastardos” de índios e negros cativos, denominados socialmente de caboclos e caipiras. Em sua maioria, viviam agregados aos grandes fazendeiros. Esse autor sugere que essa população está relacionada diretamente ao modelo escravocrata; assim, com a abolição, findava sua existência, tornando-se o colono uma nova e inédita modalidade de trabalhador livre.

Para Martins (1996), o “genuíno” caipira, aquele que ficou na memória nacional, seria o descendente do imigrante europeu, o colono, que se estabeleceu na região de produção de café e desenvolveu uma agricultura familiar de subsistência. Neste aspecto, discordamos do referido autor, pois os valores culturais construídos pelos homens livres, mesmo que vinculados à ordem escravocrata, contribuíram decisivamente para firmar, no imaginário brasileiro, certas características e imagens, contribuindo para tecer a representação do homem do campo, com seus valores e seus problemas, e influenciando em longo prazo para a materialização do tipo social caipira.

Cabe registrar que existiram múltiplos grupos e práticas culturais oriundos das distintas formas de se apropriar da terra. Assim, há latifundiários, vaqueiros, posseiros, caipiras, sertanejos, escravos fugidos, caboclos, criadores de gado, mineradores, tropeiros etc. Dessa variedade de tipos sociais, alguns grupos foram particularmente interpretados e apontados como mais relevantes para a memória nacional, destacando-se no imaginário social urbano em relação ao interior do Brasil.

Cabe agora rastrear os fatores que explicam o florescimento do caipira como grupo relevante ao imaginário social urbano paulista, sendo usado, com grande frequência, como recurso retórico para justificar posturas políticas e culturais distintas. No contexto regional de São Paulo, os caboclos e caipiras foram sistematicamente acionados – tanto em termos orgulhosos, de homens simples, sabidos e trabalhadores, como em termos pejorativos, como um tipo social representante do atraso nacional.

O próximo capítulo abordará como a imagem do mundo rural brasileiro foi representada nas produções culturais no contexto regional paulista e suas implicações na formação da identidade nacional. Neste complexo mundo, as personificações do caipira,

do caboclo, do fazendeiro e do bandeirante ganharam proporções políticas e ideológicas, sendo amplamente mobilizadas pela elite intelectual. Como resultado, resgataremos, parcialmente, este intrincado debate, tendo como finalidade melhor compreender a particular interpretação que Lobato produzirá sobre o mundo rural paulista e brasileiro.

Seu famoso caipira, o Jeca Tatu, emerge num contexto em que há uma intensa disputa por narrativas, interpretações e soluções para o Brasil – seja para garantir um futuro próspero para o país, seja para dar um sentido grandioso ao seu passado. Desse modo, o citado personagem, apresenta-se, em seu tempo, como uma forma objetiva de se conhecer o país, e como meio de se compreender as características fundamentais da nação. Assim, modestamente, pretendemos clarificar o mundo social do qual emerge o personagem Jeca Tatu e apreender os aspectos culturais e políticos que lhe possibilitaram ser tão marcante e perene na memória social brasileira.

2 - O MUNDO RURAL NO IMAGINÁRIO URBANO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

As concepções sobre o interior do Brasil foram sendo elaboradas a partir das imagens da seca de 1877, dos relatos oriundos da Guerra do Paraguai e, por fim, do singular fenômeno de Canudos, debate este que se estendeu do Império à República³⁹. As problematizações referentes à situação em que se encontravam as populações afastadas dos grandes centros urbanos, paulatinamente, tornaram-se proposições comuns aos literatos, aos historiadores, aos pintores e aos poetas.

O termo **sertão** passa a agregar todas as questões concernentes ao interior do país. E, assim, tanto o sertão quanto o sertanejo vão deixando de ser exceção na pauta política brasileira, para se transformar em tópico indispensável a fim de se compreender e interpretar o Brasil. Ademais, temáticas referentes ao desconhecido território nacional se acentuam na imprensa, à medida que se intensifica o contato direto com a dura realidade do interior brasileiro. Esta proximidade foi proporcionada pela modernização do país e, portanto, pela necessidade de entender, assimilar e integrar o território e a população do interior à civilização.

Afloram, nos meios intelectuais e artísticos da *Belle Époque* brasileira, reflexões voltadas para a temática nacional, agregando análises sob a ótica do “real” povo brasileiro ao pensamento social. Todas estas considerações foram apresentadas numa prosa bem articulada, em linguagem moderna e literária, como demonstra Passiani em seu estudo sobre Lobato:

Intelectuais como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Lima Barreto, João Simões Lopes Neto e Monteiro Lobato, antes da geração de 22, se debruçam sobre alguns dos problemas nacionais – a pobreza e as dificuldades do homem do sertão principalmente, mas também as mazelas do meio urbano, duramente tratadas por Lima Barreto – e alçam os primeiros vãos estilísticos, incorporando expressões regionais típicas, a oralidade, lançando mão de uma série de neologismos (destacadamente Monteiro Lobato). (Passiani, 2003, p. 50).

³⁹ Importante salientar que os aspectos territoriais que marcam a grandeza nacional eram vinculados à deslumbrante flora e fauna que aqui existia. Esta forma de assimilar o interior do país foi amplamente refletida pela elite letrada. Isso é constatado nos abundantes relatos de viagem sobre o país e em sua marca indelével no imaginário nacional, como confirmam as obras *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda e *O Brasil não é longe daqui* de Flora Sussekind. As avaliações que buscam alcançar o país em sua dura realidade, com seus personagens sombrios, foram gradativamente assimiladas pelos intelectuais urbanos. De certa forma o movimento abolicionista, e depois o republicanismo, canalizaram para si a maior parte das reflexões em relação ao futuro do país e à identidade nacional.

Inúmeros autores que investigaram a vida intelectual do país⁴⁰ no período da Primeira República, particularmente o contexto paulista, afirmam que a imprensa dominava quase toda a atividade cultural, sendo os jornais o principal polo de consagração pública ao escritor. Esses periódicos tornaram-se os agentes responsáveis pela formação de um novo público, que comungava com uma mentalidade cosmopolita, urbana e moderna, o que foi viabilizado pela riqueza proporcionada pelo café.

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial; consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. Ela era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição. (Luca, 1999, p. 37).

No entanto, este mesmo movimento caminhou ao lado de uma reação nacionalista e provinciana – particularmente o regionalismo paulista – que almejava angariar este público urbano para a valorização das coisas do país, do seu passado, da sua força política, cultural e econômica. As contradições latentes do processo de modernização ecoavam, também, nas publicações da época, fazendo conviver uma imprensa cosmopolita e urbana junto a uma produção voltada ao passado, à memória e à identidade regional.

O que os dois movimentos compartilhavam era a assimilação, pela prática jornalística, de um novo parâmetro de relação entre os intelectuais e o público letrado. A necessidade, consciente ou não, de conquistar novos leitores e adeptos, com sua demanda diversificada de interesses, os tornara mais dinâmicos e predispostos a ceder à demanda do consumidor. Tornaram-se verdadeiros polígrafos⁴¹; escreviam contos, poemas e tratados históricos, abordando temas dos mais diversos matizes: colunas sociais, esportes, costumes, política, economia e cultura. Tal característica foi mais acentuada nos colaboradores assíduos dos jornais, que progressivamente desenvolveram a capacidade de articular, por meio de distintas maneiras, a maior variedade de temas,

⁴⁰ Podemos destacar Nicolau Sevcenko, Jorge Caldeira, Luciana Murari, Lilia Moritz, Angela Alonso, Thiago Valente e Tânia Luca.

⁴¹ Termo usado por Miceli para caracterizar os intelectuais herdeiros da geração de 1870 e anteriores à geração de 22, aos quais denominava de anatolianos: “(...) polígrafos que se esforçavam por satisfazer a todo tipo de demandas que lhes faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia, sob a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais etc.” (citado por Luca, 1999, p. 28).

seja da ciência e da história, seja da cultura ou da política⁴², ao gosto dos jornais e do público.

Após a virada do século, a imprensa exacerba, mais ainda, o processo de modernização, podendo se avistar nas ruas revistas ilustradas, agora voltadas ao público feminino, usando a fotografia e a promoção de novos gêneros literários, como a reportagem, as crônicas policiais, esportivas, mundanas e o colonismo social.

Sem perder o caráter opinativo, os jornais passaram a incorporar outros gêneros, como reportagens, entrevistas, crônicas e inquéritos literários. Surgiram seções especializadas dedicadas ao público feminino, esportes, assuntos policiais, lazer, crítica literária. Ao lado das tradicionais caricaturas, ilustrações e charges, generalizou-se a utilização da fotografia, que substituiu a lito e a xilogravura. (Luca, 1999, p. 36).

Essas transformações por que passaram as produções culturais compeliram os intelectuais a redefinir sua posição e postura estética e política em relação à nova composição cultural brasileira, seja aderindo plenamente às novas práticas, seja mantendo uma postura distante e crítica ao *status quo*. Uma parte da elite letrada adotou as práticas do *establishment*, escrevendo na grande imprensa, fazendo carreira política e pública e tornando-se sucesso de consumo; eram aplaudidos pelo público burguês dos centros urbanos e transformaram-se em unanimidade no meio intelectual. Entretanto, foram acusados de reproduzir, de forma subserviente, a cultura francesa, tão requisitada pela nova elite urbana, e, desse modo, classificados como autores “sorriso da sociedade”. Como exemplos: Coelho Neto, João do Rio e Afrânio Peixoto.

Do outro lado, se formaria um grupo de escritores antagônicos e marginais no tocante ao *status quo*. Foram denominados, pelo historiador Sevcenko (1989), de “escritores cidadãos”, pois sustentaram uma postura crítica ante a sociedade da época. Usavam as letras como instrumento de combate e de denúncia social, não se limitando, apenas, a escrever ao gosto do público, mas produzindo com a finalidade de impactar e transformar a mentalidade da elite intelectual urbana. Foram apontados como herdeiros da geração de 1870 – a mesma que pôs abaixo a monarquia e a escravidão. Compunham o pelotão: Euclides da Cunha, Lima Barreto e o próprio Monteiro Lobato (Sevcenko, 1989).

⁴² Característica que acompanha Lobato por toda vida, desde seu tempo de estudante até os últimos escritos. Abordou temas díspares como futebol, dança, juventude, socialismo, ciências naturais, plantação de trigo, plantação de laranja, criação de porcos, pintura, teatro, música, saúde pública, petróleo, mineração, fordismo e literatura infantil.

No entanto, aproximando a lente, percebe-se que, da mesma forma que a imprensa se modernizava e assimilava práticas comerciais, tais como a publicidade, a linguagem acessível e os temas populares⁴³, bem ao gosto do público, será também nesse momento que se consolidarão as produções culturais voltadas para a reflexão da memória, da história regional e do passado brasileiro. Instituições culturais, periódicos e artigos – estampados nas páginas dos mesmos jornais modernizados – abordavam uma série de temas que atendiam à demanda política e cultural dos “escritores-cidadãos”.

Nesse ínterim, evidencia-se a característica ambígua e complexa da produção cultural da Primeira República, na qual circulou, de forma indiscriminada, um rico debate em torno da identidade e do passado nacional. Temos como exemplo dessas instituições e publicações, em âmbito paulista: o *Almanach Litterario de São Paulo* (1876-885), o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo – fundado em 1894 – com sua revista anual, a Academia Paulista de Letras (1909), a *Revista do Brasil* (1916-1925) e a Sociedade de Cultura Artística (1912). Em suma, estava em jogo a construção de uma nacionalidade brasileira genuína, que na esfera paulista se confundia com a própria formação e o desenvolvimento do Estado.

A história, a geografia, a língua, a produção literária, o sistema político, as características antropológicas da população passaram a ser esmiuçadas num esforço que, segundo seus mentores, permitiriam aos brasileiros assenhorearem-se efetivamente do país. Longe de se limitar a uma atitude contemplativa, os intelectuais ansiavam por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação. (Luca, 1999, p. 41).

Lobato encarnou para si o papel de autor marginal, criticando e acusando os jornais de criar uma linguagem superficial e pouco crítica⁴⁴. Porém, é por meio da imprensa de grande circulação e aderindo às suas práticas, que consegue acessar o grande público, tornando-se uma celebridade local e sendo aplaudido pela mesma elite intelectual que tanto dizia desprezar. A partir de sua correspondência, percebemos um intelectual apurado e cômico dos meios e das gratificações que o aplauso público pode oferecer ao literato que alcança estabilidade nos grandes periódicos.

⁴³ Caldeira, em biografia sobre Júlio Mesquita, descreve com pormenores como a modernização dos meios de comunicação influenciou no crescimento do jornal *Estado de São Paulo*, impactando em sua diagramação, no número de folhas, nos temas abordados, nos espaços para anúncio e na relação entre governo e jornal.

⁴⁴ “Andei metendo o nariz na questão das candidaturas presidenciais, como verás do artigo incluso, da Tribuna. Repugna-me esse militarismo que certos jornais do Rio defendem... Mas não falemos nisto”. Carta de 23/10/1909. “Convidei-te para o passeio através de Camilo como remédio contra o estilo redondo dos jornais que somos forçados a ingerir todos os dias”. Carta de 23/1/1915.

Em carta ao amigo Rangel, Lobato o censura por se distanciar dos jornais, constatando que recebeu nobre tratamento após ser reconhecido como articulista do célebre jornal *O Estado de São Paulo*. Repreende o amigo nos seguintes termos:

O primeiro, frio, indiferente, o modo de receber aos que na vida não passam de números – mas depois que dei meu nome, a cara do homem clareou.

– Aquele que escreve uns belos artigos no Estado? Ao ter a confirmação, tratou-me como alguém.

Veja você como para o mundo tem peso um nome que assina artigos no jornal. A gente passa de servo da gleba à classe de senhores. A grande desgraça da vida é ser inofensivo, Rangel. Veja as minhocas. Por essas e outras, não concordo com teu afastamento do Jornal. Para quem pretende vir com livro, a exposição periódica do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio – e em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, ele nos pagam – ou prometem pagar. (Lobato, 1942, vol. 12, p. 20).

Nessa passagem, fica acentuado o papel que a imprensa exercia como agente de legitimação social do artista⁴⁵, demonstrando, também, a consciência que Lobato possuía dos jogos sociais de poder, da disputa pelo capital simbólico e econômico. Apesar de manter posição crítica ante a suposta superficialidade dos jornais, preservou essa faceta nos bastidores. À medida que obtinha poder, ganhava liberdade para acentuar sua característica polemista.

Passiani (2003) documenta bem como Lobato se posicionou no campo cultural brasileiro. Durante um longo período, o autor foi o legitimador cultural da capital paulista⁴⁶.

Tanto os modernistas quanto Monteiro Lobato pretendiam, conscientemente ou não, a hegemonia no campo literário. É essa luta, segundo Bourdieu, que faz a história do campo. Podemos observar, a partir desse embate, um momento privilegiado na história da formação do campo literário brasileiro, uma vez que as disputas por bens cujo valor (simbólico) é determinado no interior do próprio campo, pelos agentes que fazem parte dele, e as regras – que os agentes internalizam sem ao menos perceber – que organizam essas lutas também são fruto do processo de estruturação e autonomização do campo. (Passiani, 2003, p. 36).

Passiani foca sua pesquisa no final da década de 10 do século passado até início da década de 30. Já nossa investigação está situada nos anos anteriores às décadas

⁴⁵ Em outro exemplo, Lobato narra a Rangel como sua glória se assenta após o sucesso de *Velha Praga* e *Urupês*, “Recebi ontem uma carta de J. Carlos a propósito do meu artigo sobre caricaturas. Carta cheia de adjetivos. Decididamente estou a caminho da glória nacional, coisa que a gente sabe pelo número de adjetivos que chove sobre nossa cabeça. Uma revista feminina (até elas, Rangel!) transcreve-me qualquer coisa e em linda nota chamariz me trata por ‘flamante colorista’. Quatro séculos atrás chamar-me-iam ‘flamívomo’” (Lobato, 1942, vol. 12, p. 18).

⁴⁶ Principalmente no momento em que fica à frente da *Revista do Brasil*, acumulando também a função de editor.

pesquisadas pelo autor, pois buscamos compreender as razões que levaram Lobato a conquistar legitimidade no debate cultural paulista. E, como será aprofundado, demonstrar a existência de um campo literário e intelectual anterior ao próprio modernismo. O intelectual, naquele momento, não se restringia à produção literária, mas também se dedicava à escrita de artigos, pesquisas históricas, interpretação social e à atuação no debate político. Usava, assim, como meio, a grande imprensa, que naquele momento se atualizava em referência aos padrões do jornal moderno, podendo, por fim, os homens de letras, alcançar um público mais vasto, visto que, ao assimilar os novos códigos da comunicação e amparados nas novas teorias científicas, faziam circular, com amplitude, um quantidade inédita de ideias e temas.

Nesse hiato, temos um campo intelectual no qual o que estava em disputa era a hegemonia sobre os discursos e as narrativas que definiriam com maior precisão a identidade brasileira. No contexto geopolítico brasileiro, a disputa pela hegemonia cultural e política era liderada, em âmbito nacional, por São Paulo, que se encontrava em confronto direto com os intelectuais do Rio de Janeiro, vinculados ainda à atrasada mentalidade do Império. Dessa maneira, pela correspondência, percebe-se que Lobato tinha certa consciência dessa situação, demonstrando conhecer e dominar suas regras e, posteriormente, rearranjá-las e subvertê-las. Nestes termos, interessa acompanhar com mais vagar o que foi esse movimento regionalista no Estado de São Paulo, no qual está inserido o autor.

2.1- O regionalismo paulista

No conjunto de habilidades exigidas dos homens de letras, o domínio do conhecimento histórico ocupava lugar de privilégio, como mostram Ferreira (2003) e Luca (1999). O primeiro, a partir do levantamento criterioso da porcentagem de temas que ocupavam as principais instituições e periódicos da época, seguido de profunda análise, tendo como fonte de estudos o Almanach Litterario de São Paulo, a Revista do IHGSP⁴⁷ e os romances históricos paulistas. Já Luca (1999), com base na avaliação e no

⁴⁷ Ferreira, em livro seminal, *A epopéia bandeirante*, estuda a formação, a partir de 1870, de uma produção intelectual focada em elaborar uma identidade paulista. Produção essa que teve ampla circulação no meio intelectual, sendo imprescindível para se compreender como a figura do Jeca Tatu foi germinada e os motivos que o fizeram cristalizar-se na memória social brasileira. Parte da documentação usada no capítulo foi retirada do livro, mas grande

diagnóstico dos artigos publicados entre 1916 e 1925 na *Revista do Brasil*, à época o mais importante periódico cultural de São Paulo e do país.

Em grande parte dos casos, este conhecimento histórico básico era adquirido nos cursos primários e médios, onde coabitavam, com certa tensão, as noções sagradas e laicas da história⁴⁸. Ou se obtinha esse conhecimento na cadeira de História Universal, oferecida, de forma anexa e complementar, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ou, por fim, o conhecimento historiográfico se dava por meio informal e autodidata, sendo este último o mais comum.

O que se procura evidenciar em nossa pesquisa é que a produção historiográfica da época não foi restrita ao círculo de especialistas – mesmo que ainda não existisse enquanto área especializada do saber. Pelo contrário, a produção histórica só fazia sentido se obtivesse grande circulação e contribuísse, diretamente, com o debate sobre a identidade nacional e a situação social do país. Em outros termos, a produção historiográfica tinha como propósito compreender o Brasil em profundidade e apontar alternativas ou caminhos viáveis ao progresso da nação.

Esse impulso interpretativo, somado à ascensão da imprensa – que, da mesma forma, funcionava como fonte de renda, além de espaço legitimador –, criou as condições sociais e culturais ideais para a existência de um campo intelectual comprometido com as questões nacionais.

Os intelectuais em geral, aí incluídos os historiadores, de origem aristocrática ou não, são homens ligados ao jornalismo num duplo sentido. De um lado, porque os jornais e também as revistas constituem os “novos e amplos” salões, exibindo os homens de letra a um público inusitado, e permitindo uma nada desprezível fonte de renda. Os jornais representavam uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores. (Gomes, 1986, p. 45, citado por Ferreira).

Além da história, outro paradigma científico, a geografia, tornava-se comum naquele contexto intelectual, pois “o Brasil, com suas fronteiras quase continentais, ostentava um patrimônio geográfico invejável, que o distinguia dos demais países”

parte desta documentação foi acessada no original, possibilitando extrair novas percepções dos documentos usados por Ferreira. Esta obra será amplamente usada neste capítulo, sendo fundamental para nossa argumentação.

⁴⁸ Interessante notar que Lobato teve amplo convívio com seu professor Germano Mostardeiro, descrito por Cavalheiro (1962, p.41) como “professor positivista, espírito liberal, aberto a novas ideias, considerado na cidade como ateu, homem perigoso, que a Igreja combatia, e as carolas evitavam”. A proximidade dos dois pode ser atestada por carta enviada por Lobato anunciando a morte do pai: “Comunico-lhe o falecimento do meu pai, hoje 7:30 da noite, vítima de uma congestão pulmonar, apanhada no dia 3 do corrente. Mais tarde lhe escreveremos com mais vagar” (Citado por Cavalheiro, 1962, p. 41.)

(Luca, 1999, p. 86). Ao lado da valorização da história encontra-se, também, o reconhecimento do valor científico e político da geografia, que, com sua avaliação do espaço, confirmava a vastidão do território e a soberania da natureza brasileira, aspectos que tornavam ufanista a elite nacional. “O brasileiro precisa saber de Geografia para poder agir. Somos um povo novo, com grandes zonas ainda não povoadas, com imensas regiões inaproveitadas (...). Precisamos desenvolver, completar, criar, por assim dizer, a Geografia”.⁴⁹

Se a geografia confirmava a grandiosidade da natureza, era forçoso que a história produzisse um conjunto coeso de narrativas e, assim, firmasse tradições que fizessem jus à magnificência de nossa natureza. Para isso, as produções históricas tendiam a favorecer episódios e indivíduos que buscassem resgatar o orgulho do brasileiro em relação ao passado da nação e o domínio deste áspero espaço. Se possuíamos uma vasta e suntuosa paisagem, era preciso frisar que foi o homem brasileiro que a dominou e a civilizou. Desse modo, a história e a geografia davam sustentação científica para que, a partir de uma agenda política nacionalista, alguns personagens brilhassem mais que outros na história brasileira.

Assim, tornam-se compreensíveis as razões e os motivos que permitiram a emergência do bandeirante como herói nacional, pois foi ele o desbravador e conquistador dos tortuosos sertões brasileiros. A história e a geografia não figuravam, apenas, como produções voltadas ao resgate do passado e à descrição do meio físico, mas, também, fundamentavam e apontavam soluções aos dilemas do presente, indicando um caminho seguro que levasse ao futuro. Tais ideias foram divulgadas em revistas, jornais, nos livros didáticos de história, geografia, civismo e moral, e, também, nos ensaios interpretativos sobre o Brasil, sendo repetidas por intelectuais, políticos, letrados e fazendeiros (Luca, 1999).

Toma-se como exemplo um artigo publicado na *Revista do Brasil*:

Para amar a pátria é preciso, antes de tudo, que a conheçamos. É pela sua geografia e sua história, é pelo cultivo cuidadoso da língua que chegaremos a esse fim... Sem história que nos incuta a magnificência do nosso passado e a geografia que nos mostre os fulgores do nosso país, a grandeza do nosso território (...) o nosso civismo terá a consistência das declarações retumbantes e vazias. Somos um povo de infância, somos nós os fazedores do nosso passado, não há dúvida, mas não poderemos levar adiante a nossa missão se desprezarmos o que nos constitui passado da pátria. A perspectiva

⁴⁹ Vianna, V. *A geografia do Brasil*. RBR, v. 8, n. 29, p. 82, maio de 1918, citado por Luca, 1999, p. 117.

das origens é um elemento primordial dos povos em formação; é pela memória que deve começar a obra de construção nacional.⁵⁰

A historiografia nacional produzida no período republicano seguia os ensinamentos do positivismo ou de uma historiografia que se queria sóbria, amparada sempre nos documentos, e que usasse uma prosa limpa e supostamente sem idealizações.

Afirma Machado de Oliveira⁵¹ no *Almanaque Paulista*:

O historiador deve ter sempre ante si a imagem augusta da cândida verdade; Só a ella sacrificar para que o auxilie constantemente, e o subtraia a paixão ignóbeis, a injustos preconceitos... Sobranceiro deve ser elle a todas as considerações humanas, para que se possa planar sobre as aspirações mesquinhas dos que com a offensa da verdade procuram inverter os factos e formula-los à guiza dos seus desejos, ou à satisfação malignas suggestões (ALSP, v. IV, p. 117, citado por Ferreira, 2002, p. 47).

Nestes termos, uma retórica vazia, por si só, não era suficiente para justificar a glória de um povo, pois era necessário demonstrar com objetividade, coerência e clareza fatos históricos que fizessem o cidadão comum se orgulhar de pertencer a uma tradição digna de honra e orgulho. Essa tradição fora criada⁵²; contudo, tornou-se imprescindível levar em conta o primor objetivo da história científica, esta, sempre amparada em farta documentação. Se a história monárquica, representada pelo historiador Varnhagen⁵³, pintava com pessimismo o passado do país, era por não zelar pela imparcialidade e objetividade. Ao passo que, segundo a lógica desses intelectuais, uma história objetiva do Brasil, cuja cientificidade era garantida pela documentação, levaria naturalmente à verdade e, por consequência, à grandeza do passado brasileiro.

⁵⁰ Leão, A.C. *Educação cívica*. RBR, v. 3, n. 16, p. 2, set.1916, citado por Luca, 1999, p. 89.

⁵¹ “Paulista, foi político do Império, tendo sido nomeado Inspetor Geral dos Índios e ocupado ainda outros cargos importantes. Foi autor de ‘Notícia histórica sobre os índios de São Paulo’, premiado pelo IHGB” (Ferreira, 2002, p. 47).

⁵² Nos termos que Hobsbawm (2012) apresenta em seu livro *A invenção das tradições*.

⁵³ O diplomata e historiador Francisco Adolfo Varnhagen possui como base argumentativa de sua posição histórica a relação entre integridade territorial e integração nacional. A primeira seria responsável pela uma unidade política e moral do país. A segunda levaria a uma transformação profunda do território, povoando e articulando suas partes. A manutenção do território e sua integração caberiam ao Estado, único em condições de construir uma nação. Como saquarema, era contrário a qualquer movimento que ameaçasse a integridade territorial. Esta ideia refletiu em seu posicionamento e em sua avaliação histórica, pintando negativamente qualquer fato histórico que fosse contrário ao Estado Imperial. Varnhagen era antifederalista, unitário, monárquico e constitucional (Wehling in Lima, org., Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico, Brasília: FUNAG, 2016). Sua obra foi resumida e divulgada por Joaquim Manuel de Macedo no livro *Lições de História do Brasil*, adotado até início do século XX no Colégio D. Pedro II. Em relação à postura histórica de Varnhagen, defendeu-se o próprio historiador: “Acabemos pois com as adulações, que elas, longe de fomentar o patriotismo, ocasionam a incúria e o desleixo. Se acaso censurais ou lamentais este ou aquele vício na administração, este ou aquele cancro consumidor do país, nunca faltará uma voz que vos diga: ‘Ora! O país é grande: temos muitos recursos: no futuro seremos e aconteceremos etc.’ Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? [...] Porventura a natureza portentosa do Brasil já não era a mesma na época do descobrimento?”.

Certos episódios da história do país, assim como seus protagonistas, ganharam especial relevo. Observa-se um esforço de reordenação que visava propiciar uma leitura do passado que infundisse confiança nos destinos da nação e colaborasse para afirmar a excelência de um povo aguerrido que soube defender seu patrimônio cultural. (Luca, 1999, p. 98).

Os dogmas que vinham do Rio de Janeiro – o positivismo e o liberalismo – poderiam ou não ser seguidos pelos intelectuais, contudo a maioria julgava crucial o papel desse revisionismo histórico para a progressão da identidade nacional. Alicerçados nessa perspectiva, passam a ganhar destaque eventos como a expulsão dos holandeses, os movimentos separatistas e nativistas, a inconfidência mineira, a Guerra do Paraguai e, com especial atenção, a “epopeia bandeirante⁵⁴”. Os homens de letras de São Paulo, como já mostrado, em sua maioria descendiam de famílias ligadas à agricultura, aos tropeiros e ao comércio de gado. Como resultado, aumentou significativamente a frequência em jornais e periódicos de afirmações que apontavam uma drástica dicotomia entre dois mundos: urbano e rural, moderno e atrasado, o homem civilizado e o caipira⁵⁵.

Nesses termos, a intelectualidade paulista incorporava, com certa tensão, estes dois universos. Os jovens nascidos e criados nesses latifúndios, seja no Oeste Paulista, seja no Paraíba, eram levados à capital para estudos, e assim firmava-se a complexa rede que compunha o Estado de São Paulo. A classe de intelectuais era herdeira explícita desse universo, tanto que buscava primeiramente, com certa ambiguidade, definir o que era ser paulista, para depois avaliar as implicações dessa identidade na política e na cultural nacional. Ressalta-se, no entanto, que, em sua maioria, esses intelectuais não almejavam anular uma identidade nacional em nome de uma identidade estritamente paulista; pelo contrário, o que tinham em mente era para pensar a nacionalidade brasileira e resgatar o papel proeminente do Estado de São Paulo na história do país. Por esses motivos, entende-se melhor por que certos temas paulistas tornaram-se tão presentes na intelectualidade brasileira, tornando-se questões de interesse nacional.

Tal configuração geográfica hoje determina: o Brasil é a obra brasileira dos filhos de São Paulo... Minas, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e

⁵⁴ Termo usado por Euclides da Cunha para se referir às bandeiras. Aplicado de forma idealizada, já que para o autor os bandeirantes, raça superior pela soma de fatores étnicos e geográficos, foram os responsáveis pela efetiva dominação dos sertões brasileiros, tema que será mais bem debatido em tópico à parte.

⁵⁵ Afirmação que foi intensamente defendida por Lobato, mas também encontrada em Graça Aranha, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana e Alberto Torres, entre outros.

Rio Grande aí estão para atestar com a sua existência e a sua nacionalidade a grandeza de um sacrifício que, se chegou a extremos de despovoamento e miséria em São Paulo, floresceu por toda parte em rebentos do generoso tronco comum. A obra bandeirante, que se estendeu do sertão central de Bahia, Pernambuco, Paraíba ao longínquo Piauí, custou à capitania de São Vicente longos anos, um século mesmo, de arrostada penúria de populações e meios. E o paulista não se queixou. Ele nunca viu diante de si fronteiras senão para afastá-las mais e mais, deu de si o melhor com as mãos largas e pródigas de quem semeia e caminha e se adianta à aventura... São Paulo, sem dúvida, faz o Brasil do futuro como já fez o Brasil histórico.⁵⁶

Se era evidente que no presente, São Paulo era o exemplo a ser seguido – uma vez que representava a modernidade, o progresso, o empreendimento, o urbanismo e o desenvolvimento econômico –, faltava resgatar das cinzas da história monárquica a verdadeira história brasileira, e por desdobramento, dar o verdadeiro valor ao passado do Estado. Em vista disso, poderia até existir um sentimento difuso sobre o real valor histórico do paulista, mas a mensagem estava clara: a experiência de São Paulo dera certo e, como um bom exemplo, deveria ser seguida pelo país.

Se em âmbito nacional existia um movimento de reflexão sobre a identidade brasileira, o futuro do Brasil e a consolidação de uma nação, similarmente, na esfera regional, a resposta parecia estar dada: mirar-se no exemplo paulista e, quem sabe, deixar o Estado de São Paulo conduzir o país ao futuro. Em outros termos: a história paulista era um modelo a ser compreendido, mirado e transposto à experiência nacional. Assim, as qualidades básicas para uma nacionalidade – território delimitado, autonomia política, traços étnicos, língua e cultura próprias – eram sempre referidas especificamente aos paulistas (Luca, 1999).

Como exemplo desse sentimento, vale citar a experiência que Lamberg, naturalista e viajante, tivera com o famoso fazendeiro José Vergueiro⁵⁷, este, já no alto dos seus 70 anos. Descrito, assim, como um homenzinho de estatura pequena, magro e com uma moléstia que só lhe permitia manter um olho aberto, no entanto, deste único olho, lançava olhares fulminantes, que nem cego suportaria. Sentado à mesa, ao lado de vários hóspedes, ninguém ousava dizer uma única palavra em voz alta; mesmo sua esposa não se atrevia a tanto – “enquanto ele falava sem interrupções em um tom, como se fôssemos surdos, quando ele era o único que realmente o era”.

⁵⁶ Ferras, B. *São Paulo e o despovoamento de Minas*. RBR, v. 26, n. 107, p. 262-3, nov. 1924, citado por Luca, 1999, p. 105.

⁵⁷ O mesmo que originou os relatos narrados por Davatz.

Vergueiro possuía uma grande fazenda, que fora herdada, mas ampliada no decorrer de sua vida. Não era apenas rei em sua propriedade, mas também se fez papa, transferindo o descanso do domingo para a sexta-feira. Para espanto do viajante, dizia-se orgulhoso de ser republicano e liberal. Surpreso com tal afirmação, Lamberg questionou se o brasileiro estaria já maduro para a República, a que o velho, que não costumava ser contrariado, deu um pulo e rosou: “Que me importa o Brasil? Sou paulista, e nós, paulistas, estamos maduros para nos governarmos a nós mesmos”.

O polêmico fazendeiro exprimia, com precisão, o orgulho típico do paulista naquele tempo, uma autopercepção exaltada de homens democráticos, produtivos e disciplinados trabalhadores, que não precisavam do país; pelo contrário, o Brasil é que necessitava de São Paulo. Dessa maneira, nas produções historiográficas, na pintura, na política e até no homem do campo, apresentava-se certo sentimento de superioridade regional. Mais curiosa ainda foi a reflexão de Lamberg após a resposta do fazendeiro: “É preciso confessar que eles têm alguma razão para falarem por esse modo, pois todo o seu desenvolvimento, todo o seu progresso, eles o devem não ao governo central, mas à própria energia”.

Coloca-se, a essa altura, a seguinte questão: o que se entendia por “própria energia”? Tudo indica que parecia ser alguma força que atingia os habitantes da região do vasto Estado de São Paulo, criando disposições mentais, físicas e comportamentais dadas ao trabalho, à impetuosidade, ao espírito livre, à bravura e à coragem. Esse furor teria sua origem, para alguns, na geografia paulista, que exigia uma postura proativa de seus habitantes. Para outros, sua origem estava na raça: mistura de índio e português, o mameluco seria uma raça forte de desbravadores. Outros sintetizam as duas vertentes, explicando assim, pela soma de uma geografia propensa ao povoamento, uma população mestiça e cabocla, forte o suficiente para conquistar o Estado e o país.

No entanto, para a grande maioria, a figura que exemplifica esta “energia” em sua origem e que representa o verdadeiro caráter paulista teria sido *o bandeirante*. Estes seriam os forjadores da nação, transpondo os limites territoriais do Estado e se firmando como a principal figura a assumir a direção e a formação da nação brasileira. Em outros termos, os bandeirantes foram os responsáveis diretos pela colonização do interior do país, pois não havia uma única região que não houvesse sofrido sua influência. Ademais, produções históricas e geográficas pautadas pela primazia do passado bandeirante encontravam eco em autores que não eram paulistas, mas que em suas

obras, além de apontar novos paradigmas teóricos, consolidaram a antecedência da região Sul – com foco na ação bandeirante – na formação nacional.

O historiador Capistrano de Abreu, em artigo publicado no periódico carioca *Gazeta de Notícias*⁵⁸, chamava a atenção para a ausência de zelo em relação à documentação no Brasil, uma vez que as sesmarias eram documentos centrais e se encontravam em situação de deterioração. Capistrano lembrava, também, que o acesso a esses documentos “levaria ao conhecimento do emprazamento lento do território, o avanço da civilização e o refluxo da barbárie”. Afirmava o valor histórico para a nacionalidade brasileira da luta pelo território, segundo ele, “a grande, a importante, a fundamental questão, sem a qual nenhuma outra pode ser completamente resolvida”. Por fim, sugerindo que o movimento de conquista do interior do território brasileiro ainda não cessara, pois se o litoral já se achava explorado, o sertão ainda era desconhecido. Essa interpretação dava margem para a associação entre o bandeirante e os modernos cafeicultores, reservando-se, mais uma vez, ao paulista o protagonismo na história nacional.

A exploração do interior do país e o conhecimento de como se deu esta conquista, e que ainda não havia terminado, remetem a um argumento caro ao debate da época sobre a identidade nacional: a ideia de que o Brasil só constituirá, plenamente, uma nação pelo domínio e absorção deste interior ainda não desbravado⁵⁹. Segundo Capistrano, no mesmo artigo, a exploração do Brasil começou com os donatários, “que iniciaram a conquista do sertão, e assim concorreram para a formação de um país e de um povo novos e que desde o começo tenderam a diferenciar-se dos moldes europeus”. Ou seja, é a partir do processo de colonização do sertão que se configura um povo com traços particulares e nacionais. Continua o autor: “nenhum movimento de nossos anaes é tão importante; nenhum tão cheio de episódios pujantes e romanescos; nenhum reclama atenção mais detida e mais profunda” que a exploração do interior do Brasil. Cabe salientar que até as primeiras décadas do século XX, sertão era denominação genérica para tudo que não se vinculasse à vida urbana das grandes cidades do litoral, sendo o interior de São Paulo, Rio e Minas também sertão.

⁵⁸ Publicado em 9/12/1881.

⁵⁹ Cabe lembrar que grande parte do pensamento social brasileiro orbitou em torno desse dilema. Nabuco, com a questão da escravidão; Bonifácio, com a questão da reforma agrária; Vianna, com sua análise das populações meridionais; Paulo Prado, refletindo sobre o caráter soturno brasileiro; Manuel Bonfim, que buscava assimilar esse interior pela educação; Euclides da Cunha, responsável por colocar em questão o tema do sertão; e Sérgio Buarque, com seus estudos de entradas e monções.

A história da conquista do interior do país passa irremediavelmente pela figura do bandeirante, que cada vez mais se fixava como o antecessor genuíno do paulista moderno. Por conseguinte, para os autores paulistas, a história nacional era avaliada a partir de uma ótica regional, que tinha São Paulo como centro propagador de civilização. Desse modo, marcados pela imaginação romântica, buscavam no passado regional os ideais de liberdade, coragem e trabalho que julgavam ainda possuir.

Assim, relembavam em textos as reações dos paulistas contra as forças tirânicas do Império, libertando a história regional da tutela da historiografia da Corte.

A trama da história paulista ia se constituindo, desse modo, como parte dessa textura maior, de imagens de efeitos refletidos no mesmo espelho, de sinais pontuados no mesmo mapa como ressignificação do enredo textual da nacionalidade, construído pela primeira geração romântica. (Ferreira, 2002, p. 63).

Os vários periódicos de São Paulo, de 1870 até 1919, compartilhavam um tipo de investigação que valorizava a pesquisa em fontes locais, o acúmulo de dados sobre a história do paulista e a publicação ampla desses documentos. Um exemplo dessas fontes eram as atas das câmaras de São Paulo e cidades estratégicas do interior (com atenção especial ao Vale do Paraíba), testamentos dos primeiros colonizadores, cartas de sesmária, documentos referentes à fundação de igrejas e conventos, textos das revoluções liberais e de figuras relevantes como José Bonifácio e Padre Feijó. Praticamente todos estes documentos históricos citados foram disponibilizados em periódicos acessíveis ao grande público⁶⁰.

Neste aspecto, mais que relatar grandes eventos ou a vida de homens ilustres, ela abrange a coletividade, democratizando-se, prendendo o leitor médio com fatos banais e formas casuais de relato, inscritos na sua tradição e na sua experiência cultural. (Ferreira, 2002, p. 66).

Tudo o que dizia respeito ao passado do Estado tornava-se material de análise histórica, até mesmo os relatos de homens anônimos; porém os representantes da Pauliceia mereciam maior atenção. Um exemplo sugestivo foi o do soldado morto na guerra do Paraguai, que também era poeta e caipira, apresentado, pelo *Almanaque Paulista* envolto por valores caros à sociedade, como a coragem, a honra, a fidelidade e o amor:

⁶⁰ Caldeira, Luca e Ferreira fizeram semelhante levantamento em seus trabalhos. Periódicos como *O Estado de São Paulo*, *Almanaque Paulista*, a Revista do IHGSP e a Revista do Brasil publicaram documentos referentes à história nacional, com maior ênfase para a história paulista.

Um caipira, que fazia parte do sétimo batalhão de voluntários da Pátria – Paulista – enviou do Paraguai, a uma rapariga com quem tencionava casar-se – o seguinte:

Adeus, mulata, qu'eu morro
sem tornar a te ver,
A Guerra do Paraguay
Está custosa de vencer.
Muita gente tem morrido
muito mais tem que morrer;
Adeus, querida, qu'eu morro
sem tornar a te ver.

E o pressentimento do pobre caipira realizou-se; morreu na guerra, sem tornar a ver a sua querida, que dentro em poucos dias nem mais d'elle se lembrava!”⁶¹

Juntando-se a estes pequenos estudos históricos, há, igualmente, esboços etnográficos e linguísticos, documentos folclóricos atribuídos à memória de São Paulo. Seguindo na esteira da tradição romântica do indianismo, intelectuais paulistas investiam sua atenção à pesquisa da continuidade da cultura nativa no Estado. “Em tais trabalhos, eles privilegiavam o estudo da língua tupi, a observação da fala e dos costumes populares, com o propósito de descobrir as influências daquela sobre seus coetâneos” (Ferreira, 2002, p. 67).

Com base nestas informações, podemos destacar um episódio representativo da vida e obra de Monteiro Lobato. No ano de 1917, nas páginas da edição vespertina do jornal *O Estado de São Paulo*, o autor propõe um inquérito sobre a figura folclórica do saci-pererê. Pediu, então, aos leitores que enviassem ao jornal relatos que ouviram, durante a vida, sobre a mitológica figura do imaginário rural brasileiro. Em decorrência disso, a redação recebeu um número expressivo de cartas, comprovando o sucesso que a proposta tivera e, por conseguinte, o interesse da população por temas regionais.

No artigo citado, antes mesmo de abordar diretamente o tema, o autor tece algumas valorosas considerações. Inicia o texto refletindo acerca do valor social dos mitos populares no desenvolvimento da arte, e, também, sobre a necessidade, impreterível, do artista de usar o mito como matéria-prima para suas produções, seja esta em qual área for. Referindo-se às epopeias e às esculturas gregas, afirma que no mito “reside o segredo de sua persistência, séculos em fora, na extrema beleza das formas, sob as quais o artista grego a consolidou”. Assim, a fonte primária da grande arte, isso desde a Antiguidade, residia no povo, isto é, nos valores e nos mitos que afloram, espontaneamente, da população de um país.

⁶¹ V. VIII, p. 93, citado por Ferreira, 2002, p. 67.

Se todas as sociedades possuem seu corpo mitológico, o Brasil não seria diferente. Neste ponto, Lobato justificava o seu inquérito sobre o saci, posto ser um mito genuinamente brasileiro. Desse modo, o saci, “apesar do automóvel e do João do Rio, ainda convive com as nossas crianças nas cidades, e com o sertanejo na roça”; cabia ao artista brasileira dar a devida atenção ao tema, dele extraindo a mais pura e genuína “Arte” nacional, nesse caso com “A” maiúsculo.

O inquérito sobre o saci tinha como pano de fundo sofisticadas concepções sobre arte, cultura, nacionalidade, folclore e mitologia, já que conferia uma dimensão política, social e científica aos artistas que, para o autor, só teriam legitimidade se sua matéria-prima fosse buscada junto ao povo, alicerçada em sua autêntica cultura, pois “o povo é o grande criador, e o artista tem por missão operar como instrumento estético por meio do qual o povo dá corpo definitivo e harmônico aos seus ingênuos esboços (...)”. E acrescenta: “ façamos nós outros arte sadia, ou façamos ciência sem perceber”. O inquérito parecia ser o meio que Lobato tinha, à época, de intervir na situação cultural de São Paulo.

O primeiro livro editado e publicado por Lobato foi a compilação destes relatos, sob o título “O Saci-pererê: resultado de um inquérito”. Ele não assinou a obra, mas organizou, revisou e apresentou o texto, sendo responsável por toda a sua estrutura⁶². O primeiro artigo do autor sobre o inquérito pedia a seus leitores que remetessem as seguintes informações:

1. Sobre sua concepção pessoal do sacy; como apareceu na infância; de quem a recebeu; que papel representou tal crendice na sua vida etc.; 2. Qual a forma atual da crendice na zona em que reside; 3. Que histórias e casos interessantes, “passados ou ouvidos” a respeito do sacy. (citado por Lajolo, in Lajolo, org., 2014, p. 30).

Apesar de clara curiosidade em relação ao tema, no corpo editorial do jornal o autor deixa evidente sua atitude distanciada e objetiva em relação à “crendice” e ao contexto social do qual tal personagem surgiu: o mundo do caboclo. A própria dedicatória do livro apresenta valiosas informações. A primeira foi para o Trianon, um famoso bar paulistano, ponto de encontro entre intelectuais francófonos e subservientes à cultura europeia, prática condenada por Lobato. A segunda dedicatória foi para Tia Esméria, uma “preta velha” que, neste contexto, torna-se representante de um grupo

⁶² “Meu Saci está pronto, isto é, composto; falta só a impressão. Meto-me pelo livro adentro a corcovear como burro bravo, em prefácio, prólogo, proêmio, dedicatória, notas, epílogo; em tudo com o maior desplante e topete deste mundo. Ontem escrevi o Epílogo, a coisa mais minha que fiz até hoje – e concluo com a apologia do Jeca.” Carta de 8/12/1917.

maior e notadamente influente, segundo Lobato, na memória social: “quanta preta velha nos pôs em criança, de cabelos arrepiados, com histórias de cuca, sacis e lobisomens”. Ela também aparece em outra situação, exemplificando melhor quem era e qual o seu papel social. Na boca de Pedrinho, personagem de sua literatura infantil, assim é descrita:

– As negras velhas – disse Pedrinho – são sempre muito sabidas. Mamãe conta de uma que era um verdadeiro dicionário de histórias folclóricas, uma de nome Esméria, que foi escrava de meu avô. Todas as noites ela sentava-se na varanda e desfiava histórias e mais histórias. Quem sabe se tia Nastácia não é uma segunda tia Esméria?

Foi assim que nasceram as Histórias de Tia Nastácia. (Lobato, 2002, p. 4).

Dessa maneira, contrapondo o trecho citado do livro *Histórias de Tia Nastácia* com a confissão que Lobato faz a Rangel, apreende-se melhor a rede de suas origens sociais de neto de visconde, sua experiência como fazendeiro e a forma como esta realidade é captada pelas lentes do intelectual urbano.

Tens lido os meus artigos? Produziram efeito interessante: um despertar de consciência adormecida. E por causa deles relacionei-me com uma porção de artistas daqui, escultores e pintores. Entusiasmaram-se todos com a ideia da arte regional. O saci, sobretudo, impressionou-os muito, e eles (quase todos italianos ou de outras terras) vêm consultar-me sobre o saci, como se eu tivesse alguma criação de sacis na fazenda. Finjo autoridade, pigarreio e invento – e eles tomam notas. Mas na realidade nada sei do saci – jamais vi nenhum, e até desconfio que não existe. Manda-me as tuas luzes. Como é o saci em Minas? Minha ideia é de que se trata dum molecote pretinho, duma perna só, pito aceso na boca e gorro vermelho. O Correia jura que já viu um, mas de duas pernas, embora andasse com uma só, aos pulinhos, como o tico-tico – mas lá posso acreditar no Correia depois de o ter pilhado em tantos exageros? Diz também que tem olhos de fogo – outra impossibilidade. *Minha ideia de menino, segundo ouvi das negras da fazenda de meu pai, é que o saci tem olhos vermelhos, como os dos beberrões; e que faz mais molecagens do que maldades; monta e dispara os cavalos à noite; chupa-lhes o sangue e embaraça-lhes a crina. Consulte os negros velhos daí, porque já notei que os negros têm muito melhores olhos que os brancos. Enxergam muito mais coisas.*⁶³

Tia Esméria simbolizava a figura capaz de ilustrar o Brasil real, ao contrário do país representado pelo Trianon. Nas linhas introdutórias do livro, Lobato põe de lado os letrados e intelectuais e prioriza a informação, mediada pela mitologia, advinda dos leigos e do povo.

A primeira edição do *Inquérito* é lançada sob o indispensável patrocínio de máquinas Remington, Chocolate Lacta, Cigarros Castelões, Casa Stolze, Casa Freire,

⁶³ Carta de 10/01/1917.

Chocolate Falcchi, Drogaria e Perfumaria Braulio's. Contém 74 depoimentos recolhidos das mais diversas regiões do Brasil, além de incluir 15 ilustrações sobre o personagem, somado a uma pequena partitura, uma polca, de Nogueira Lima sobre o “Sacy Pererê”. O tema citado ganhou, também, uma exposição patrocinada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, merecendo resenha do próprio Lobato, na ilustre *Revista do Brasil*.

Lajolo avalia com precisão todo este complexo processo:

As diferentes linguagens, suportes e eventos (artigos de jornal, cartas de leitores, poemas, exposição, esculturas, quadros e um livro) que constituem a promoção lobatiana da figura do saci como símbolo da cultura brasileira é procedimento muito próximo do merchandising cultural praticado intensamente nesta segunda década do milênio, época da produção cultural deste livro. (Lajolo, in Lajolo, 2002, p. 33).

O autor sempre fora colocado como pioneiro nas pesquisas sobre o folclore nacional, no entanto, como já apontado, apesar do valor inestimável de seu projeto, a prática de valorização da cultura regional foi parte de um movimento maior de compilação e catalogação da memória paulista e da valorização dos temas populares. Prova disso foi o prognóstico de Lobato em relação à edição da referida obra. “O Saci é um livro sui-generis: para criança, para gente grande, para sábios folclóricos, ninguém escapa. Dará dinheiro.”^[1] Dessa maneira, percebe-se que os temas regionais e folclóricos não apenas circulavam pelos jornais, despertando a curiosidade de um público variado, mas também tinham um mercado cativo suficiente para gerar boas divisas ^[2].

Figura 4: O Saci e o Caipira



Fonte: Revista do Brasil, São Paulo, ano II, nov. 1917, n. 23, p. 407

Essa proposta, denominada por Lobato de *Mythologia Brasílica*, faz parte de projeto pessoal antigo, que consistia na descrição e apresentação objetiva e real de temas ligados à cultura cabocla e caipira. O folclórico personagem emerge do contexto rural paulista, sendo síntese da cultura africana, indígena e portuguesa. Como visto, esse projeto está vinculado a um contexto maior: o resgate da identidade nacional pela releitura do passado histórico de São Paulo, com ênfase na presença do bandeirante, acrescido da figura do caboclo/caipira.

Interessante notar que, nesse caso, a cultura africana esta presente no rural de Lobato, pois “o Sacy resulta da mentalidade fetichista e impulsiva do nosso caboclo, modificada pelo animismo e doçura do africano, e repassada da ironia geral do sertanejo, negro ou jagunço índio ou estrangeiro de origem”. Entretanto, na formulação do caipira paulista, a cultura do negro foi posta de lado, sendo intensificado apenas o tipo étnico do mameluco, filho do índio com português, resultado da ação do genuíno bandeirante, que posteriormente agrega a figura do italiano.

Cabe situar, também, a influência marcante e ambígua de Euclides da Cunha sobre a controvérsia em torno do mameluco, do caboclo e do caipira. Inserido no rol dos “estrangeiros” que contribuíram para o debate historiográfico regional, o autor recebeu forte influência de historiadores paulistas regionalistas, entre eles, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Pedro Taques de Almeida e João Mendes de Almeida. Incorporou, igualmente, o pressuposto teórico, compartilhado por Capistrano de Abreu, de uma interpretação territorialista da história nacional. Tem na interface da geografia com a história o seu basilar princípio explicativo, já que o historiador, em termos metodológicos, deve iniciar sua investigação pelos aspectos geográficos e climáticos da região estudada. Esses elementos eram essenciais para se compreender como ocorrera o processo de povoamento do território nacional e suas implicações na constituição de nossa identidade. É comum, ainda, o uso de princípios e conceitos oriundos do racismo “científico” na interpretação do desenrolar econômico, político e cultural dessas populações.

Como demonstra Ferretti (2009), Euclides da Cunha recebeu grande influência de Teodoro Sampaio, que apresenta em seus trabalhos um ponto relevante para se entender a ocupação do sul do país pelos europeus: a formação de uma raça *sui generis* e com condições físicas e psicológicas reais de ocupar o território nacional. Desse modo, torna o evento da ocupação territorial o principal fenômeno da história brasileira. Afirma existirem dois fatores que explicam melhor as razões para que fosse mais

intensa e efetiva a ocupação do sul do país. Primeiro, a formação, sob a tutela do jesuíta, de um tipo racial novo, o mameluco, resultado da miscigenação entre índio e branco, com espírito livre e adaptado ao meio, que, em seguida, se transformou na figura do bandeirante. E segundo, as capitânicas do sul tinham uma natureza mais propícia às entradas e picadas, pois o relevo, o clima e o regime fluvial, com o Tietê e o Paraíba, eram mais apropriados à exploração do interior do território.

Em outras palavras, o povoamento do Estado de São Paulo gerou uma raça em condições reais de ocupar o interior da região Sul do país: *os bandeirantes*.

Com isso, Teodoro consolidava uma visão mestiça (fusão de brancos e índios) da identidade paulista que seria incorporada pelos ideólogos regionais do século XX: Paulo Prado, Afonso de Taunay, Alcântara Machado e principalmente Alfredo Ellis Jr. que, baseado no neolamarquismo, se dedicaria a comprovar o caráter eugênico do tipo bandeirante. (Ferretti, 2009, p. 17).

Compartilhando grande parte das conclusões de Sampaio, Cunha, ao estudar o clima da região Norte (entendida como toda região acima do rio São Francisco), percebe que, no Brasil, se formou uma significativa clivagem entre o litoral e o sertão. Sua explicação aponta para os fatores geológicos como a causa desta cisão. Com efeito, a partir do terreno e do clima de cada região, dois tipos de povoações com dois tipos humanos foram formados. Pela facilidade de exploração, as populações do litoral. Pelo atributo hostil do sertão do país, as populações interioranas, que se isolaram e obtiveram características sociais e raciais particulares, resultando numa clivagem entre litoral e sertão.

Em decorrência do mesmo princípio explicativo – o determinante geográfico e climático –, agora aplicado à diversidade geológica do vasto território brasileiro, será produzida uma nova divisão, resultando em dois polos, também muito distintos e, por vezes, antagônicos: o Norte e o Sul do país. Alicerçado na diferenciação entre litoral/sertão e Norte/Sul, Cunha menciona alguns aspectos singulares dos tipos humanos que habitaram a região Sul do país, verificando que a forma como se dominou o interior da região paulista gerou o caboclo, um tipo social de temperamento muito particular.

Em sua obra máxima, afirma:

Aqui (no Sul) a aclimação mais pronta, em meio menos adverso, emprestou, cedo, mais vigor aos forasteiros. Da absorção das primeiras tribos surgiram cruzados das conquistas sertanejas, os mamelucos audazes. O paulista – e a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas,

S. Paulo e regiões do Sul – erigiu-se como tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com feição perfeita de um denominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopeia inédita das bandeiras... (Cunha, 2001, p. 170).

Montava-se uma verdadeira contra-história republicana, tendo no indianismo seu principal alvo. Em síntese, firmou-se como o principal herói nacional a figura histórica do “bandeirante”, caracterizado como um tipo social enérgico, conquistador, democrático, com espírito livre e independente, valores igualmente compartilhados pelas elites cafeicultoras e republicanas de São Paulo. São aspectos também presentes na raça do mameluco e do caboclo, tipos sociais já apontados em outros textos de Cunha, definidores da verdadeira identidade brasileira.

Outros dão maiores largas ao devaneio. Ampliam a influência do último. E arquitetam fantasias que caem ao mais breve choque da crítica: devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas, porque invadem a ciência na vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias.

Outros vão terra-a-terra demais. Exageram a influência do africano, capaz, com efeito, de reagir em muitos pontos contra a absorção da raça superior. Surge o mulato. Proclamam-no o mais característico tipo da nossa subcategoria étnica. (...)

Não temos unidade de raça.

Não a teremos, talvez, nunca.

A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização.

Ou progredimos, ou desaparecemos.

A afirmativa é segura.

Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorrem. (Cunha, 2001, p. 156).

A Guerra de Canudos, que ensejou a obra maior de Cunha, *Os Sertões*, foi, sem dúvida, o fenômeno de maior impacto político e cultural no imaginário intelectual da Primeira República. Como resultado, Canudos insere, definitivamente, o país na espinhosa questão: *como a modernidade produzida pela riqueza do café poderia conviver com os valores e os tipos humanos retratados do sertão?* Essa dura realidade parecia distante – tanto geograficamente como em termos temporais – da mentalidade dos salões, dos cafés, das universidades e das redações dos modernos jornais dos grandes centros urbanos. Do mesmo modo que – a partir do contato direto com a realidade do interior brasileiro – Cunha havia transformado sua própria visão sobre o país, pretendia, a partir de sua obra-prima, transformar a visão que os intelectuais brasileiros tinham sobre o Brasil. Numa mistura de acaso e contexto histórico, o gênio, numa linguagem vertiginosa, apresenta os paradoxos do sertão ao brasileiro.

Em seis meses escrevendo, Euclides da Cunha permitiu-se desnudar em público e exibir o processo de inversão do conteúdo básico de sua noção de República. Partiu escrevendo como defensor de um regime de força, de um regime que faz guerra contra inimigos monarquistas. Assistiu a um massacre de civis e, levando-o para sua própria consciência e para os leitores, teve a grande capacidade de chegar à conclusão de que ele mesmo precisava atualizar muito suas ideias a respeito da soberania popular no regime republicano. Deveu essa atualização às vítimas imoladas. Ao fim do conflito, os mortos postos em silêncio falavam por meio de suas palavras. (Caldeira, Vol. II 2015, p. 19).

Desta forma, produzindo uma transformação radical, Euclides da Cunha, a maior influência nacional sobre Lobato, saíra do litoral cheio de ideias fáceis sobre o interior do Brasil. Imerso no sertão, questionou suas certezas e propôs uma delicada questão à nação: “como transformar sertanejos em cidadãos?” (Caldeira, v. II, 2015).

Como já descrito anteriormente, Euclides da Cunha acumulou fama e, assim, passou a produzir, com certa frequência, artigos para o jornal *O Estado de São Paulo*, onde refletia sobre temas ligados ao país, como Canudos, Amazônia, sertão, cidadania e, também, o interior do decadente Vale do Paraíba. Fora lido e admirado por Monteiro Lobato, que a partir destes textos, com a leitura atenta de *Os Sertões*, e munido de um capital cultural acumulado no convívio com a intelectualidade paulistana, passou a refletir e a analisar, identicamente, a realidade do mundo rural brasileiro. A linha discursiva que problematizava o interior do Brasil estava se constituindo; Lobato incorporou gradativamente estes valores, aplicando-os, em seguida, à realidade do sertão do Estado de São Paulo, tecendo assim uma primeira interpretação sobre o caboclo da região (Caldeira, v. I, 2015).

O autor, em carta a Rangel, afirma:

Volto ao Euclides. Estive a lê-lo e pareceu-me que a sóbria e vigorosa beleza do seu estilo vem de não estar cancerado de nenhum dos cancros do estilo de toda gente – estilo que o jornalismo apurou até ao ponto-de-bala, tornando-o untuoso, arredondado e impessoal. (A Barca de Gleyre, 1948, p. 312).

Esta carta de 1911 prossegue em seus elogios ao estilo e à economia de adjetivos por parte de Cunha que, num primeiro momento, é lembrado pelo seu valor estilístico, diferente do que se produzia nos jornais da época. Logo em seguida, Lobato expõe a autenticidade do autor, um artista independente⁶⁴ dos valores de seu tempo. Cunha

⁶⁴ Importante notar que Lobato é fortemente influenciado por Nietzsche, admiração que carrega por toda a vida, valorizando autores que supostamente fogem dos padrões de seu tempo e procuram uma voz própria para se expressar. “Da obra de Spencer saímos spencerianos; da obra de Kant saímos kantistas; da de Comte saímos comtistas – da de Nietzsche saímos tremendamente nós mesmos. O meio de segui-lo é seguir-nos. ‘Queres seguir-me? Segue-te!’” (A Barca de Gleyre, 1948, p. 66). Pode-se inferir que as propostas de Nietzsche são manejas por

aparece para o nosso autor de forma complexa: como intelectual que inova, com uma linguagem e estilo pessoal, apresentando um tema inédito ao intelectual brasileiro, o interior do Brasil e seus reais habitantes. Forma e conteúdo alcançam a plenitude em sua obra.

O principal debate intelectual na *Belle Époque* passa a ser a indiferença urbana em face do Brasil “real” e a impossibilidade de se constituir uma nacionalidade autêntica num país cuja cultura forjava-se com base na reprodução servil dos modismos europeus. O processo de modernização possibilitado pela riqueza do café viabilizou a existência de uma elite urbana indiferente às questões nacionais e conectada com a produção cultural estrangeira. Essa elite alienada da própria realidade brasileira, responsável por gerar uma cultura pouco autêntica e nada original, tornou-se alvo de duras críticas, tendo em Lobato seu principal inimigo.

Euclides da Cunha viveu em São Paulo entre 1895 e 1904. Exerceu a função de engenheiro civil da Superintendência de Obras do Estado, ajudando a construir a infraestrutura necessária à ocupação e conquista do interior do país. Por seu convívio cotidiano com o mundo social paulista, passa a comungar, de certa forma, com o *ethos* territorialista, típico da elite da região, caracterizado pelo empenho na construção de uma nacionalidade e pela decisiva ocupação do abandonado interior do país.

Em 1902, nos dias 18 e 19 de março, no jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides discute amplamente a necessidade da construção, pelo interior do Brasil, de estradas “à moda romana”, em detrimento das estradas de ferro. É que naquelas passaria desde o carro de boi até os acelerados automóveis, promovendo a integração e a assimilação plena do interior do país. “A necessidade urgentíssima, improrrogável, de incorporarmos à nossa história as obscuras sociedades sertanejas e o grande espasmo financeiro que nos impossibilita desde já (...)”⁶⁵. Opinava que intensificar a construção das vias férreas seria um luxo desnecessário; para o país o que se fazia urgente era a construção de estradas para a necessária assimilação definitiva do território brasileiro, como fez Roma um dia.

Lobato como argumentos que sustentam uma denúncia à realidade cultural no Brasil. Um arcabouço filosófico que possibilita apontar a falta de autenticidade da cultura brasileira e o desinteresse pela real situação econômica e política do país. Nietzsche aparece na correspondência de Lobato nos anos 1903, 1904, 1906, 1907, 1909 e 1913.

⁶⁵ *Estado de São Paulo*, 19/3/1902, p. 1.

O que é preciso, e é inadiável, e não devemos mais abandonar – é o pensamento alevantado em 1870 pelos nossos mestres, e infelizmente decaído agora. A nossa engenharia não tem destino mais nobre e mais útil que a conquista nacional da nossa Terra. Compre-lhe preenchê-lo, reatando de algum modo o primitivo rumo de nossa diretriz histórica, tão bem definida no passado, a despeito do tumultuar revolto das *bandeiras* (...). Olhemos para o sertão. (19/3/1902).

Euclides traz à memória nacional o bandeirante não apenas em sua condição histórica, de elemento responsável pela ocupação e colonização do interior do país no passado; resgata-o como figura exemplar, modelo de força psicológica a ser mirado pelo governo, pela população e pelos intelectuais. A assimilação, pela arte, do verdadeiro interior e do sertão seria a expressão da força bandeirante que ainda faltava às artes nacionais e que o próprio Euclides ajudou a realizar. Igualmente, podemos caracterizar Monteiro Lobato como um escritor que, herdeiro da energia bandeirante, buscou alcançar o Brasil real e, de certa forma, “ocupá-lo intelectualmente”. O progresso nacional seria possível, desde que alicerçado em um conhecimento efetivo dessa realidade, com a ajuda das modernas teorias científicas e transferindo a todo o país as principais características da grandeza paulista. Percebe-se que o nosso autor pensava o Brasil com base nas demandas regionais de seu Estado. Lobato impregnou-se deste olhar pautado pelo determinismo geográfico, usando seu princípio explicativo para sustentar suas críticas e sugestões à cultura e à política nacionais.

Um exemplo do uso político das explicações geográficas e climáticas fora a atuação intelectual de Alberto Salles, que tentando justificar certa particularidade dos paulistas, escreve o texto “Como o clima de S. Paulo influe sobre o caracter de seus habitantes”. As conclusões do artigo se apresentam nos seguintes termos:

Em S. Paulo não há, como no Amazonas e no Pará, superioridade das forças físicas sobre a energia humana; aqui o clima é regulado de modo a incutir vigor no ânimo do homem e não desalento: os agentes físicos são inferiores aos estímulos da inteligência. Dahi a proverbial energia dos paulistas, revelada desde os tempos coloniaes. Homens de temperamento enérgico, incapazes de viver em ociosidade, tinham necessidade de dar expansão a seu espírito emprehendedor... (ALSP, v. V, p. 173-87). (Ferreira, 2002, p. 76).

Torna-se imperativo frisar que Lobato usa os mesmos fundamentos científicos de Salles para afirmar o contrário sobre as populações rurais de São Paulo. Num dos artigos que lhe deu fama, “*Urupês*”, o autor afirma que por conta dos aspectos geológicos formou-se um tipo humano dado à indolência e à preguiça, o pobre caipira. É que a natureza brasileira oferece, de mãos beijadas, pouso, comida e abrigo, não exigindo esforço de seus habitantes. Diz que a mandioca, por ser de fácil produção e

consumo, viciou as populações caboclas ao princípio do menor esforço, pois não se viam impelidas ao esforço intelectual de produzirem um maior número de inventividades alimentares.

Tendo como referência os países europeus, afirma o autor:

Se anglos e saxões arrancaram das ilhas empedradas e nevoentas da Caledônia a grande Inglaterra, foi porque não medrava nos pedrouços a “manihot utilissima⁶⁶”; medrasse, e lá os veríamos, tolhidos, de pé no chão, amarelados, a mariscar de peneira no Tâmis. (23/12/1914).

Assim, para Lobato, se a mandioca existisse nas ilhas britânicas, eles estariam, hoje, a pescar de peneira em seus rios, prática esta comum aos caboclos de São Paulo. Esse argumento aparecerá novamente em 1917, agora como tema central no artigo “O problema do trigo no Brasil”. Neste, o autor sublinha suas principais balizas retóricas: o determinismo geográfico, o valor inestimável das ciências e a inferioridade da gente do país. Em termos gerais, propõe que se apliquem as recentes descobertas da ciência na produção de trigo do Brasil, buscando superar uma limitação geológica, climática, alimentar e, por consequência, cultural da nação. Para ele, o trigo e o pão representam a própria civilização, pois só são possíveis em regiões cuja situação climática seja temperada, exigindo um mínimo de esforço de seus habitantes para a sobrevivência. “É a zona das grandes civilizações, dos grandes povos, das raças fortes e progressivas. Fora dela ainda não surgiu etnologicamente, ou historicamente, nenhuma manifestação brilhante de vida”.

O trigo é visto como fonte nutritiva imprescindível para o progresso, já que, ao requerer atenção, dedicação, cuidado e adubação, estimula a proatividade no homem; a exigência de processos múltiplos, para fazer do grão do trigo o pão, incentiva práticas sociais complexas. “Sem pão por contingências mesológicas, fogem de haurir nele a vida. Não passaram e não passam de meras tentativas, condenadas a miseráveis estagnações ou retrogressão impiedosa”. Para Lobato, o acaso dotou os grandes polos civilizatórios de clima, solo e, por isso, alimentação adequada, pois, distante destas zonas, o clima

(...) condena-nos a ir vivendo esta vidinha enfezada e mambembe, em que recorremos cada vez mais aos europeus da retórica para encobrir mazelas psicológicas que só os cegos não vêem. Este viver cansado, deprimido,

⁶⁶ Nome científico da mandioca.

impulsivo, incapaz de afirmações brilhantes é o mesmo viver de todos os povos colocados pelos maus fados da mesma faixa isotérmica.

Os mesmos atributos que se referia ao caboclo, agora são aplicados em geral às populações das zonas não temperadas, em outros termos, ao Brasil. Contudo, exceção seja feita:

De todo Brasil escapa a essa miséria a zona abaixo dos trópicos, de 23 de latitude S. para cima. Graças ao corretivo da altitude, e a boa vontade, podemos espichar até 20 a nossa zona possível de civilização, abrangendo São Paulo e o sul de Minas. O resto, em que pese o nosso amor próprio, ao patriotismo e à retórica, é África onde naufraga a tentativa do colonizador europeu. (Lobato, 1917)⁶⁷.

Reserva, dessa maneira, ao Estado de São Paulo a possibilidade de reverter tal situação de atraso, bastando apenas que se usem os meios que a ciência proporciona, aliados a uma administração política adequada. Este artigo se dirige aos políticos e ao Estado, mobilizando argumentos “científicos” que possam indicar um futuro no qual o Estado paulista, poderia, quem sabe, ombrear com as grandes civilizações.

2.2 - Representação do caipira na produção cultural urbana

Cumprir analisar, também, a forma como o caipira aparece nas representações intelectuais da elite paulista, já que, junto ao bandeirante, ele integra a seleta galeria dos tipos sociais que definem a identidade paulista e, conseqüentemente, ajudam a compor a identidade nacional. Dessa maneira, ignorando a presença africana, temos a afirmação do indígena e do português na figura do caboclo, assentando as reais origens do paulista. A cultura caipira ganha expressiva atenção, pois reflete as raízes e a peculiaridade do passado de São Paulo.

No tocante ao mameluco, tipo social, como visto anteriormente, resultante da miscigenação entre brancos e os índios, Azevedo Marques o define assim:

Nome com que eram designados na capitania de São Vicente e em todas as do Brazil, os filhos de paes europeus e de mãe indígenas da terra. Esta raça mestiça era de ordinário mais enérgica e mais robusta que a dos paes: formavam os mamelucos a milícia mais própria para a conquista dos sertões, e foram elles os que atacaram e destruíram no século 17 as reduções jesuíticas entre o Paraguay e o Paraná, pelo que os discípulos de Loyolla os

⁶⁷ Artigo “O problema do trigo no Brasil”. 1917.

qualificaram com os nomes mais affrontosos em seus escriptos, estendo o seu ódio a todos os habitantes da capitania de São Vicente.⁶⁸

O termo caipira, usado no século XIX no lugar de mameluco, representa uma expressão cravada de ambiguidades, já que foi caracterizado por grande parte da intelectualidade paulista como um tipo social representante dum mundo arcaico e que deveria ser superado; entretanto, ao mesmo tempo, pertencia ao seletto quadro de antepassados, conformando as raízes físicas e culturais do paulista. Como demonstra Ferreira (2002), o termo foi usado de distintas formas nas matérias publicadas no Almanaque e na RIHGSP, representando mais um tipo cultural do que racial.

Os habitantes da capital usavam a expressão para se reportar de forma pouco precisa aos “homens da hinterlândia”. Dessa forma, para os moradores das cidades, eles eram os roceiros, os habitantes de pequenas comunidades e a gente do sítio. O caipira, assim, se vinculava indissolúvelmente ao “sertão”, vocábulo cuja constituição remete às regiões inóspitas e distantes do interior do Brasil. No entanto, esta região e sua gente – devido ao contato entre as populações e à intensificação dos meios de comunicação – tornavam-se a cada dia mais presentes no cotidiano da elite letrada brasileira. Em seus aspectos sociais, o termo abrangia grupos distintos: o posseiro, o sitiante, os agregados da fazenda, homens livres pobres, o interiorano que morava nas pequenas cidades e, em alguns momentos, até o indígena aculturado. Contudo, sua origem étnica não lhe garantia uma característica que o distinguisse, pois a miscigenação era uma característica daquela sociedade, atingindo até mesmo os grandes fazendeiros e sua parentela.

Afirma Ferreira:

Tornava-se, portanto, praticamente impossível delimitar esse espectro que espraiava nos latifúndios, com seu caldo de cultura do qual não se desvencilhavam as próprias famílias dos fazendeiros, nem os habitantes das cidades ao seu redor. (Ferreira, 2002, p. 69).

Segundo o autor, pode-se entender que a caracterização do caipira se apegava a elementos visíveis de uma distinção cultural. Nesses termos, eram valorizados o modo de falar, de se vestir, os costumes, os gestos e as músicas. Em relação à linguagem o caipira era definido como portador de uma fala embaraçada; com o passar do tempo, esse critério tornou-se, porém, maleável. Era sabido que no século XIX o Estado de São

⁶⁸ ALSF, v. I, p. 119, citado por Ferreira, 2002, p. 68.

Paulo ficou conhecido como uma sociedade de iletrados, na qual os fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, seja do interior, seja da capital, pecavam em relação às normas cultas da língua portuguesa. Entretanto, ressalva seja feita, os filhos que se dirigiam à capital paulista para estudar, ao regressar ao local de origem para dar continuidade aos negócios da família, viam-se confusos entre a linguagem balofa dos bacharéis e a fala simples das gentes do interior. Situação provavelmente vivida por Lobato, não apenas ao retornar a Taubaté após a formatura, mas nos anos de promotor em Areias e nos anos de fazendeiro na Buquira⁶⁹.

Comparado ao mundo moderno, culto e científico que se instalava na cidade de São Paulo, o caipira era homem de postura tradicional, supersticioso, crédulo, ingênuo e de aparência rude. Tais características foram reproduzidas em contos, em ensaios, na literatura de viagem, em pinturas e na poesia.

Embora bruto e ingênuo, o caipira era visto, paradoxalmente, como fonte de uma sabedoria popular digna de ser resgatada numa sociedade imersa em valores pragmáticos, materialistas. O substrato romântico, como se nota, permanecia vigoroso entre os letrados, incitando a procura dos mananciais tidos como mais puros da cultura paulista. Não foram poucos os que se dedicaram a recolher tais ensinamentos e peculiaridades, buscados em trovas, ditados e músicas populares, antecipando o que os folcloristas fariam, metodicamente, nas décadas subsequentes. (Ferreira, 2002, p. 71).

Manuel A. Galvão, que vivia no interior do Estado, apresenta uma composição caipira, no *Almanaque Paulista*, que recolhera de sua região. Retrata o contexto em que coligiu os versos: estava em uma festa de São João, na região rural de Rio Novo; ao ouvir tal composição, pediu ao artista que o ditasse, e escreveu “com orthografia apropriada a pronúncia do poeta”. Pela sua força de verdade e sabedoria em relação aos poderosos do interior, resolveu publicá-la.

Vamo, vamo minha gente
stamo em tempo d'eleição
o rico enxerga o pobre,
dis adeus, apert'a mão.

Nos prometem bo'estrada
muita água – chafariz
e os bobo cá da roça
acredit'o que elles diz.

Vamos tê cadea nova,
lampião pelas esquina

⁶⁹ Este momento crucial de sua trajetória será discutido em tópico à parte, pois será o período de enraizamento de concepções particulares sobre o caipira, a agricultura, a literatura e a identidade nacional.

uma estrada de Guapor,
Lá pr'a província de Mina.

A igreja nen se fala –
vai piá muito dinhêro
mais depois de dad'o voto
fica tudo no tintêro.

O caipira só tem carta
quando é tempo d'eleição
se o graúdo vê os pobre
dis adeos apert'a mão.

Venha votá comigo,
Qu'eu te dô cavalo bão,
e depois que tudo passa
o caipira é bom ladrão.

Inda há caipira bobo
Qu'escuta as oração
e por causa d'isso tudo
eu não dô meu voto, não.⁷⁰

Dessa maneira, apresenta-se um modo comum, à época, de situar o caipira no espectro social: como homem ignorante e, por este motivo, manipulado pelos poderosos da política e do campo. Ainda assim, a composição sugere que existe, também, um caipira astuto e perspicaz, que não caía na “conversa mole” das elites do país. Por outro lado, nos versos se oculta o olhar do folclorista e etnólogo urbano, que o apresenta com certa “objetividade”. Apesar do suposto estilo científico das descrições, os caipiras eram alvo de afeto e respeito; ao mesmo tempo, procurava-se distanciar das suas práticas e costumes. A ambiguidade com que este tema fora tratado exemplificava uma forte característica da intelectualidade brasileira da época: a relação paradoxal com o seu passado e com a modernidade.

2.3 - Os reflexos da decadência do Vale do Paraíba nas representações do mundo rural

Podemos afirmar que os intelectuais paulistas, grande parte dos empresários, os fazendeiros e o próprio Monteiro Lobato comungavam uma preocupação: garantir a São Paulo uma situação política que pudesse assegurar um contínuo progresso econômico e cultural. Com soluções e propostas que iriam variar, passando por várias dimensões da realidade social, seja nos termos raciais, econômicos, culturais e geográficos. Nesse

⁷⁰ V. VIII, p. 105-6, Ferreira, 2002, p. 73.

sentido, tornou-se ponto importante para o debate a situação da agricultura, da industrialização, do comércio e da educação, pautas estas também comuns aos republicanos. Esses temas foram debatidos com regularidade na imprensa de São Paulo, a exemplo da *Revista do Brasil*, pois, para este grupo, “considerava-se que a ampliação dessas atividades dependia da reforma do sistema político brasileiro, segundo o modelo federativo, obviamente, norte-americano” (Ferreira, 2002, p. 77).

A existência do espectro americano se faz presente tanto no modelo de organização política do PRP (Partido Republicano Paulista)⁷¹, como também na adesão à suposta mentalidade pragmática americana. Lobato em várias situações usa como exemplo e norte intelectual aquela cultura, já que possuía pleno domínio da língua inglesa, pois consumia regularmente autores e periódicos americanos e, posteriormente, morou naquele país. Por fim, os EUA apareciam como alternativa política, econômica e cultural à já desgastada influência europeia, em particular a francesa, na cultura brasileira.

O Estado de São Paulo viveu décadas de intensas transformações, que geraram reflexões ora em tom amargo e pessimista, ora em tom deslumbrado e otimista. Todo esse debate perpassava pela relação entre atraso/progresso, rural/urbano e cosmopolita/nacional.

O setor fabril já se fazia notar não só em São Paulo, como também em Campinas e Piracicaba, produzindo tecidos, chapéus e calçados. As casas de fundição colocavam a disposição serras, bombas, prensas e ventiladores. As firmas de importação divulgavam seu estoque tanto de máquinas para agricultura quanto de pianos em eventos recentes, quase sempre norte-americanos: fogões e máquinas de costura. O setor financeiro dava mostras de vitalidade, apresentando sua rede de bancos e casas de câmbio, em São Paulo e Santos. Aumentava, também, a oferta de serviços destinados aos segmentos dominantes e médios: hotéis para estrada dos fazendeiros na capital e ateliês fotográficos para as poses das famílias.

As atividades farmacêuticas cresciam, visivelmente, com a abertura de laboratórios ou homeopático na capital e drogarias nas cidades em torno de Campinas, para onde seguiram os iniciantes da profissão. Os anúncios de remédios, compondo uma série significativa da propaganda, prometiam o combate ao reumatismo, as dores de dente, as hemorróidas, a cura da sífilis e da epilepsia. As descobertas científicas eram demonstradas em sua utilidade na vida cotidiana. (Ferreira, 2002, p. 79).

Nos relatos que abordavam a situação das grandes cidades, percebe-se um tom de otimismo com os inegáveis benefícios que o progresso proporcionava, materializado

⁷¹ Witter (1987).

nos bondes e carros de praça, na iluminação pública a gás (posteriormente elétrica), na canalização dos esgotos e rios e nas construções urbanas. Como confirma Sevckenko (1992), a capital paulista emergia com mil faces, carecendo ainda de ser interpretada e definida:

Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem de americana, nem européia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados. (Sevckenko, 1992, p. 31).

Entretanto, esses mesmos elementos também representavam a perda de valores e tradições caras à memória do paulista, gerando certo tom de lamento e intensificando a presença de artigos, nos periódicos da época, que trazem a memória de um passado idílico e tradicional.

Assim, em artigo de 1879, Monteiro Godoy mencionava a maneira pouco racional que a população assumia para alcançar o progresso econômico:

Quem percorre alguns districtos das províncias do Rio de Janeiro, Minas em São Paulo, e com vistas prescrutadoras, examina immensas áreas de terrenos sêccos, descalvados tipos de vegetação, carbonizados, sem água, sem vida, e já abandonados como imprestáveis; e outras que apenas não tem alguma vegetação ou cultura acanhada, rachitica, e na última decadência; e ver o desânimo de seus proprietários que se atrazam, empobrecem, e alguns, que planejam mudar-se para outro lugar, onde encontrem mattas virgens, e recorda-se, n'outros tempos. Visto esses mesmos terrenos vestidos de frondosa vegetação, de uma cultura luxuriante, cheia de vida, prodigalizando riqueza; por certo, como tem acontecido a quem escreve estas considerações, ficará contristado, observando como a ignorância do nosso povo vae progressivamente arrumando e aniquilando este bello paiz. (V. IV, p. 217, citado por Ferreira, 2002, p. 82).

Na característica ambiguidade dos intelectuais brasileiros, certas práticas são avaliadas como destrutivas e gananciosas, responsáveis não só pelo atraso nacional, mas também pela destruição daquilo que temos de mais grandioso: a natureza. Assim, o tema da decadência se repete em belíssimo artigo assinado por Euclides da Cunha, publicado no *Estado de São Paulo* em 8/9/1902. Sob o título “Viajando”, Cunha narra sua passagem pelas decadentes regiões do Vale do Paraíba, onde, sobre o lombo de um cavalo, segue por uma estrada já bastante surrada pelos anos de descaso. Logo à frente avista um caminhante; assim, tem em mente os primeiros bandeirantes que com facões abriram picadas nestes vales, os heroicos “mestiços robustos”. No entanto, ao se

aproximar, o caminhante mostra-se, na verdade, um decaído: “o caipira desgracioso, sem desempenho dos titânicos caboclos que lhe foram”. O homem saúda Cunha, naquela humildade subserviente típica do fracasso, deixando a sensação de que se deparou com “uma ruína maior naquela enorme ruinação da terra”.

Euclides, então, passa a observar como a natureza, naquela região, fora caçada pelo homem, sendo sua ação responsável por quilômetros de solo improdutivo e de aparência desértica; esses mesmos homens “hoje lhes recobrem a vida reduzida e precária compassada no ritmo melancólico dos monjolos”. Em seguida, Euclides avalia a arquitetura monótona da localidade, feita de adobes, “em que primaram os nossos maiores de há dois séculos”. Sugere que o caipira, impregnado de credices e sob a influência dos fortes ventos e do aguaceiro que inunda as grandes casas, não para nem à porta dos antigos casarões. Fincando a espada no cavalo, faz o sinal da cruz e passa veloz pelas assombradas ruínas. “Nem olha para a vivenda sinistra e mal assombrada onde imagina coisas pavorosas, a pervagar de sombras, ulular de espectros adoidados, aparições macabras, longos arrastamentos de correntes ou arrepiantes sabbats de almas vagabundas e malévolas” (8/9/1902).

O viajante, impregnado de ciência e civilização, adentra estas casas e vislumbra sua decadência nos móveis empoeirados, que destilavam um passado de banquetes, de festas, de terra fértil, de grandes cafezais. No entanto, tudo é passado, o presente só desperta nostalgia e melancolia. E assim, num ato de alteridade, Cunha, dentro de um destes antigos casebres, “senta-se, sem o querer, e invadido pelas crenças ingênuas dos caipiras... compreende-as e justifica-as”. Desse modo, amedrontada, até mesmo a ciência se rende aos fantasmas da decadência. Conclui o autor que se fora a riqueza e a prosperidade, ficando apenas o caipira, assentado nos vales ainda férteis, onde “suas únicas armas de combate são a enxada obtusa, o machado cortante, a foice destruidora e a queimada fumegante”.

Na seara da literatura, Coelho Neto, exemplo de escritor execrado por Lobato, por ser representante da literatura “sorriso da sociedade”, publica seu livro *Banzo*, um conjunto de contos. O texto que abre e dá título ao livro narra a história do negro Sabino, o mais antigo da localidade, um ex-escravo que conhecia profundamente a região, fazendo de suas matas seu lar, mais exatamente, aos pés de uma antiga gameleira. No conto, alterna-se e confronta-se a memória dos tempos do Império e as mudanças ocorridas após a República, denunciando, desse modo, a complexa relação

entre os novos elementos da modernidade e a tentativa de elaborar novos parâmetros para a constituição da nacionalidade brasileira.

Sabino havia retornado de um longo exílio e passou a percorrer toda a sua antiga região. Não se sabem muito bem os motivos de seu retorno; talvez o desencanto com a falta de oportunidades que assolava a grande maioria dos negros após a abolição. O personagem, ao retornar ao Vale do Paraíba, depara-se com um mundo totalmente transformado. “Achou tudo mudado: casas novas, de telha, machinas, gente branca na roça... a gamelleira lá estava, cada vez mais bonita”.

Deitado na gameleira, seu lar e local de descanso, rememora com nostalgia os tempos de D. João VI – os janotas da corte, as belas casas que haviam sido demolidas, os senhores que tivera, a beleza das “donas d’antanho” e das matas que hoje estavam devastadas. Viu passar pela vista tudo o que tivera vivido naquela época, observando “como aquellas pedras que lá estavam no Parahyba velho olhando o passar das águas”.

Nos tempos idos, rememora, tinha mesa farta, comida boa, cada mula que fazia gosto ver, uma escravatura limpa; “eram carros de bois, liteiras, cavalhada chibante arrejada de prata”. No entanto, a modernidade trouxe, também, deslumbre e encanto; chegou rápida na cidade e foi logo deixando pelos cantos “machinismo, gente branca... a gente deixava de ir uns poucos de mezes num lugar e quando aparecia lá ficava de boca aberta vendo tudo mudado: casas novas, negócios sortidos como os da corte, igreja, circo de cavallinhos, botica”. Contudo, o velho Sabino sempre perguntava pelo mato: onde será que ele estaria? A resposta era rápida: as ferrovias devastaram tudo, “tal e qual na terra brava do roçado quando a plantação brotou”.

Sobre o trem de ferro, lembrava como se fosse ontem, quando viu chegar o engenheiro, cada rapagão! Pagodistas entusiastas, com botas e chapéus largos, no mato furavam tudo e, assim, nem tatu conseguia acompanhar. Como os antigos bandeirantes, os trabalhadores abriam picadas, temerários no machado e na enxada, uma gente onça que cavava e fazia caminho, e que nem morro os parava. O que amansava essas onças do machado era o fogo, pois naquela região, na estação do verão, qualquer faisquinha da maquinaria deitava abaixo um canavial inteiro, uma roça de milho; “a gente toda fazendo aceiro e fogo lambendo, cada labareda que fazia medo”.

Sabino passou por fazendas que outrora fizeram fama pelo esplendor de suas capelas, pela grandiosidade da casa-grande e pelos pomares carregados de frutas maduras. Contudo, não mais constatava o esplendor de antes; reconhecia o sítio, mas notava as mudanças, já que parecia sempre faltar alguma coisa. “Fruta, quem se

importava com isso? Matto estava cheio, era só apanhar. Hoje tudo tem dono. É cerca de arame por ahí fóra; um limão custa dinheiro. Folha de laranjeira para remédio, matto, um punhadinho: um tostão”.

Para o velho negro, o culpado tinha nome e endereço: era o colono branco, que agora estava no lugar que um dia ocupara no passado. Como Sabino os odiava, não conseguia admitir que um branco estivesse em cafezal de enxada na mão, carpindo, colhendo, rodando café no terreiro, armando bois ao carro, atrelando mula, morando em palhoça, dançando nas eiras, rezando na capela, moendo cana e plantando mandioca. Ver isso partia o seu coração, visto que não conseguia entender como o italiano Amati, que conhecera miserável, viria a ser um dono de fazenda.

“Baixinho e secco, curvado em gancho, carapinha em maçarocas, ralas falripas de bigode amarello de sarro, tufos de barba hispídos como parasitas, este era Sabino, o negro mais velho d’aquellas redondasas, desde a Barra até o Paty”. Andava preguiçosamente pela região, carregando o urucungo, um cajado, um saco de couro na cintura, um cigarrinho de palha na boca; essas eram suas posses. Depois de caminhar, descansava à sombra das árvores, ou em ranchos, entre gado solto que encontrava pelo caminho.

Sua morada predileta, como já foi dito, era aos pés de uma gameleira centenária, pela qual nutria grande afeto. Quando ia ao seu encontro, passava por matas que antes eram cortadas por negros com suas amantes ou carregando saco de café para as vendas da região. Sentia então enorme saudade. Porém, um dia, um fazendeiro sisudo da região mandou derrubar a gameleira; ao avistá-la, de longe, já caída, ainda com seus galhos frondosos, “o negro ficou estatelado, olhando, com lágrimas silenciosas. Teve um arquejo, tomou o urucungo a mãos ambas, estendeu os braços como se oferecesse o instrumento à morta. Um som partiu lúgubre. Não pode mais, amoleceu nas pernas, cahiu entre as folhas, de bruços”.

Pela boca de um ex-escravo, Coelho Neto faz eco às queixas em relação à modernidade, representada pelo italiano, o trem de ferro, a república e as novidades vindas da cidade grande; o passado ainda insistia em cobrar seu preço.

Finalizando a sequência de textos que, sob vários matizes, ilustram como a decadência foi abordada durante a Primeira República, temos o conto de Monteiro Lobato, “Cidades Mortas”, escrito em 1906, porém só publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1916. No entanto, uma década não havia amenizado a força descritiva e o impacto social e político do conto.

Este texto fora responsável por fixar frases de efeito que sintetizavam a situação do Vale do Paraíba: “por ele passou o Café, como um Átila”; “ali tudo foi, nada é. Não se conjugam os verbos no presente. Tudo é pretérito”. O conto traz testemunho de quem não apenas viu, como o narrador viajante de Euclides da Cunha, mas de quem é filho da região e traz na carne essa experiência – como ainda será mostrado em tópico sobre a trajetória de Lobato. Pelo título, percebe-se o tom amargo na referência às cidades que deixaram de existir, não fisicamente, pois existiam ainda, mas deixaram de ser o que as cidades deveriam representar: progresso e civilização.

Seguindo a sugestão do título, são vários os exemplos deste tipo de cidade, já que toda uma região deixara de existir na história brasileira. “Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte da região do chamado Norte”, o Vale do Paraíba. Para o viajante, percorrer essas terras é ver um conjunto de ruínas que outrora eram vivas e pujantes: “nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas”. Migrando de região para região, um “progresso cigano vive acampado”.

O que condicionava a permanência do progresso era a uberdade da terra, contudo, bastava que o solo desse os seus primeiros sinais de cansaço, “pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo”, para que o desenvolvimento da região decaísse e, dela, escapasse o capital – “e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho”. Só restava o choro mesquinho por um passado que um dia foi glorioso. Agora, caminhando pelas ruas vazias da cidade, surge por vezes o ranger do carro de boi, esse “símbolo do viver colonial”. Avista, também, suntuosos casarões de dois a três andares; agora, era “tudo pedra, cal e cabiúna”. Palácios em que um dia crepitavam jantares, festas e muita riqueza, reduziam-se agora apenas à triste imagem de lugares em que a vida para sempre fugiu, habitados apenas por aquelas típicas famílias fidalgas, “de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana”.

Não há na cidade nem armazéns, nem teatro, nem pedreiros, nem carapinas; tudo havia fugido com o progresso. “O resto é ‘mob’: velhos mestiços de miserável decadência, roídos de opilação e álcool; famílias decaídas” que viviam à custa de dinheiro enviado pelo filho que, audacioso, emigrara da região. As novas gerações de rapazes saem logo cedo, à procura de oportunidade; “só ficam as moças – sempre fincadas de cotovelos à janela, negaceando um marido... pescam, às vezes, o seu delegadinho de carreira”. O contato com o mundo se reduz ao correio; carteiros sobre éguas trazem em suas magras malas postais notícias da distante civilização.

Até o ar é próprio; não vibram nem fonfons de auto, nem cornetas de bicicleta, nem campainhas de carroça, nem pregões italianos, nem ten-ten de sorveteiros, nem plás-plás de mascates sírios. Só os velhos sons coloniais – o sino, o chilreio das andorinhas na torre da igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam o céu.

Todo o antigo progresso transferiu-se para o Oeste, na busca de terras roxas e férteis. Assim, quase não se via mais um casebre em que, ao longe, se avistava uma fumaça saindo pela chaminé, tendo ao lado uma boa plantação de milho e um roçado de mandioca. As fazendas apresentam o aspecto de soberba decadente, pois os donos agora viviam na capital; as tulhas e as roças ficaram vazias, o mato tomava conta de todo o quintal. Subsistia unicamente, “como lagartixas na pedra, um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam. – Aqui foi o Breves. Colhia oitenta mil arrobas!...”.

Lobato, dessa maneira, evidencia a distinção entre o que remete ao progresso e o que remete à decadência. Para ele, declínio era sinônimo de hábitos do passado que ainda existiam no país. Expressa, portanto, apenas um lado do tema: o atraso social, político e cultural da região. Sua noção de civilização se confunde com urbanização; neste particular, com a própria capital, São Paulo, onde, nas suas palavras, vibravam os fonfons de auto, as cornetas de bicicleta, as campainhas de carroça, os barulhentos italianos, “os ten-ten dos sorveteiros” e os mascates sírios.

Para Lobato, tudo que remetia ao progresso havia abandonado aquela região, em direção ao Oeste Paulista. Ficava, para o autor, apenas o que já estava morto e representava o atraso nacional, elementos estes que o país deveria deixar para trás: a mentalidade colonial, exemplificada no carro de boi, nos casarões em ruínas das cidades, nas distinções militares estampadas em quadros, nos velhos mestiços corroídos pelo álcool, nas moças provincianas, na nobiliarquia chinfrim dos barões do café, na casa-grande com suas senzalas vazias e no parasitário caboclo opilado.

Na primeira parte da presente dissertação, apresentamos como se estruturou o Estado de São Paulo em termos socioeconômicos a partir da agricultura do café. Num primeiro momento, ligada à região do Vale do Paraíba, e num segundo momento, ao Oeste. Ambas reproduziram o modelo de monocultura escravista de exportação, cada uma a seu modo, enfrentando os desafios da abolição e do advento da República. Buscou-se detalhar a empresa do café, tendo em vista que suas práticas, seu modo de organização, seu cotidiano e seus personagens construíram modos de agir,

sentir e pensar, marcando significativamente o imaginário nacional e o paulista e, sobretudo, Monteiro Lobato. Nesses termos, desenvolveu-se uma produção cultural complexa, ligada tanto ao cosmopolitismo quanto às questões de seu passado histórico.

O presente capítulo rastreou como esse mundo rural foi apreendido pela elite intelectual nacional e, especificamente, pela paulista. Assim, homens de letras que apesar de pensar a partir de uma visão urbana, cientificista, cosmopolita e moderna, ainda mantinham laços estreitos com o passado rural do país. Esse mundo, criado pelo café, foi avaliado de forma ambígua, envolvendo um debate composto por várias camadas. Como demonstra o conto “Cidades mortas”, Lobato faz parte de um complexo tecido, de onde emergiu refletindo seus paradigmas, mas, a partir dele, vai construir uma nova camada interpretativa para o país. Por essa razão, o próximo capítulo pretende avaliar a trajetória de Lobato e observar como o autor assimila, apropria, reproduz e adiciona uma nova perspectiva ao mundo rural brasileiro e à identidade nacional.

3- A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE MONTEIRO LOBATO

José Renato Monteiro Lobato, assim batizado, nasceu no dia 18 de abril de 1882, na cidade de Taubaté. Logo após ser registrado, a família seguiu para a fazenda de seu pai, José Bento. Mesmo mudando de um rancho para outro, foi no ambiente rural do Vale do Paraíba que Lobato passou toda a infância. Sua mais remota lembrança⁷² se vincula à natureza e à fazenda, onde, da varanda da sede, avistava grandes lotes de café sendo trabalhados por negros libertos. À frente, vislumbrava a estrada que dava para Taubaté, e morros cobertos por mata, que em seu imaginário era habitados por onças e índios arredios. Seguindo a prática da região, o autor cresceu brincando com sabugos de milho, chuchus e jilós transmutados em bois, carros, mulheres e homens, tudo guiado pela imaginação infantil. Só largava seus bonecos para passear pelos terreiros de café ou para apanhar fruta nos fartos pomares da fazenda.

Como herdeiro do Visconde, gostava de seguir a mulata Joaquina, ex-escrava do pai, aonde quer que fosse, preferindo os dias em que ela saía para pescar com peneira no riacho próximo à fazenda. Igualmente, adorava passear pela cidade, onde seu pai e seu avô possuíam residência (como era costume naquela época entre os fazendeiros da região).

Lobato rememorando sua infância e o prazer que sentia diante do circo, anotou:

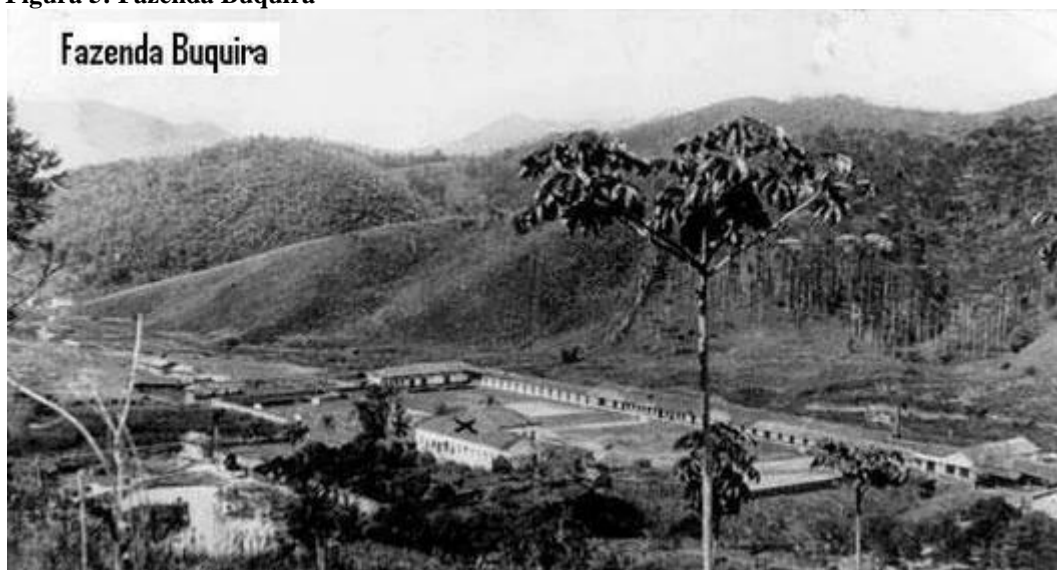
Lá estava ela, a clássica barraca, iluminada pra dentro e deixando ver desenhados no pano vultos dos espectadores dos bancos de cima. Em redor os tabuleiros enfeitados com lanterninhas dúbias e mulheres acoradas ao pé, vendendo baús de pastéis, cestas de amendoim torrado, balaio de pinhão cozido, e saparia que espia de fora porque não tem o “deztustão” da entrada. Pelas ruas deslizavam as famílias em caminho do circo. Deslizavam como sombras diáfanas, à luz baça, mistura de luar e gás. Bandos de pretas passavam tagarelando, ruflando saias engomadas. Iam depressa, num açodamento ingênuo, sequiosas das graças do palhaço. (Citado por Cavalheiro, 1962, p. 8).

Contudo, dias assim eram raros, pois predominava o cotidiano da dura vida na fazenda, sendo aliviado somente quando ia visitar o avô, João Francisco Monteiro, barão e em seguida visconde de Tremembé (cidade próxima a Taubaté). Seu avô era lembrado como *bon-vivant*, dado a belas mulheres, a um bom vinho e à farta mesa, também fora estimado, em seu tempo, como competente lavrador, homem de rara

⁷² Como confirma em entrevistas dadas posteriormente, todas compiladas no volume 13 da primeira série de suas obras completas, “Prefácios e Entrevistas”.

prudência, espirituoso, com postura firme e de caráter. Sua principal propriedade, a fazenda Buquira, situava-se aos pés da serra da Mantiqueira, onde Maurício Lamberg⁷³, arguto viajante, em fins do século XIX observou encontrar pela primeira vez, no estado de São Paulo, florestas virgens. Sua propriedade era bem administrada segundo os padrões da época. A sede e suas dependências foram construídas na baixa de um vale, cercada por exuberantes montanhas, nas quais, no olhar do viajante, coabitavam dúbios sentimentos: a beleza e as asperezas naturais da região eram aplacadas pela obra humana, as regulares plantações de café.

Figura 5: Fazenda Buquira



Fonte: Perfil Google+: O Verdadeiro Sítio do Pica Pau Amarelo⁷⁴

A lavoura da fazenda possuía cerca de 500 mil pés, ao trato de 60 escravos e um bocado de trabalhadores livres. O visconde, pouco antes da abolição, forrou e pagou os escravos como jornaleiros⁷⁵. A maior parte de sua extensa fazenda ainda se encontrava por cultivar, compondo-se, como já dito, de formidáveis terras virgens. O viajante Lambert (1896) manteve longa conversa como o visconde. Asseverava que este pretendia dividir sua fazenda em vários lotes “e colonizá-la, com verdadeiros

⁷³ Maurício Lamberg foi um fotógrafo e viajante que percorreu o país em fins do século XIX, coletando imagens e produzindo descrições sobre a situação econômica, social e urbana do Brasil, sintetizadas na obra *O Brasil: ilustrado com gravuras*, fonte visual e descritiva inestimável. Percorreu a região de Taubaté, conhecendo pessoalmente o visconde de Tremembé e sua principal fazenda, Buquira, que será herdada posteriormente por Lobato.

⁷⁴ Disponível em: <<https://plus.google.com/105629922180998676560>>

⁷⁵ Expressão para designar trabalho pago por dia.

agricultores, pois para ele o maior número dos italianos imigrados não o é⁷⁶” (Lamberg, 1896, p. 337-338).

A Buquira era cercada, também, por uma grande mata artificial produzida pelo visconde para abrigar ipês, paus-ferro, aroeiras, perobeiras, jacarandás, carvalhos, cabiúnas, guarajubas, sapucaias e a maioria das árvores existentes no Brasil. Todas elas foram encomendadas pacientemente pelo avô, resultando num verdadeiro jardim florestal, do qual tanto se orgulhava. Apesar da pose, costumeiramente sisuda, o visconde se desmanchava em relação aos netos, em especial o varão Lobato, que era sempre mimado, seja no campo, seja em sua residência da cidade.

Figura 6: Desenho da fachada da residência urbana do visconde de Tremembé, onde ficava a sua famosa biblioteca.



Fonte: Maia, 1977.

Na residência urbana se encontrava o ambiente que, segundo Lobato, marcou definitivamente sua formação: o escritório do avô, com grandes estantes recheadas de volumosos tomos que ele, mesmo sem a necessária maturidade, na época, para compreendê-los, fixou em sua imaginação de criança. Costumava folhear exemplares da

⁷⁶ A passagem serve de exemplo para a relação pouco amistosa entre colonos e fazendeiros, em especial na região do Paraíba.

Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, o *Novo Mundo*, de J. C. Rodrigues, e em especial, uma coleção do *Journal des Voyages*⁷⁷, seu maior deslumbre.

Já na maturidade, Lobato assim se referia à biblioteca do avô:

Cada vez que me pilhava na biblioteca do meu avô, abria um daqueles volumes e me deslumbrava. Coisas horríveis, mas muito bem desenhadas – do tempo da gravura de madeira. Cenas de índios escalpelando colonos. E negros de compridas lanças contra o inimigo numa gritaria. Eu ouvia os gritos... E coisas horrorosas da Índia. Viúvas nas fogueiras. Elefantes esmagando sob as patas as cabeças dos condenados. E tigres agarrados às trombas de elefantes. E índios da Terra do Fogo, horríveis, a comerem lagartixas vivas. E eu via a lagartixa bulir... (Citado por Cavalheiro, 1962, p. 10).

Apesar de a descrição ser mediada pela fantasia, comum ao se olhar retrospectivamente para a infância, percebe-se que o visconde e sua biblioteca permaneceram em sua memória como local onde sua solidão se completava em leituras e conhecimentos, sendo um espaço lúdico e de saber⁷⁸. As primeiras letras, o autor adquiriu de sua mãe, e somente aos 11 anos foi enviado aos cuidados dos melhores colégios de Taubaté.

Como observa seu principal biógrafo, Edgard Cavalheiro, é desta época uma das experiências que mais se fixou em sua memória de criança: a última visita do Imperador à província paulista. Dom Pedro II se hospedou na casa do avô, no ano de 1888, quando Lobato contava com apenas seis anos de idade. No entanto, “a figura patriarcal de D. Pedro II, o cerimonial, nada disso o impressionara tanto quanto a voz fina da imponente figura”⁷⁹.

Nesses tempos, tudo ocorrera como devia ao neto de um visconde: infância farta, vida na fazenda, em casa grande, rodeado de atenção, carinho e compreensão. Todos faziam as suas vontades: era um pequeno senhor que as irmãs e as criadas da casa grande em tudo serviam. Ao se transferir à capital para continuar os estudos e, em sequência, prestar os exames da faculdade, começa a descortinar a realidade econômica

⁷⁷ Faz se notar o importante papel que estas publicações, acrescidas do gênero “literatura de viagem”, tiveram para construir e enraizar imagens sobre o mundo não europeu e sobre o próprio país. As fórmulas narrativas eram incorporadas e reproduzidas no âmbito da produção ficcional brasileira. Flora Sussekind, em belo trabalho, aborda a relação entre este gênero e as fórmulas literárias usadas pelos escritores românticos brasileiros, em particular a maneira de valorizar e descrever as paisagens do Brasil. Em âmbito internacional, Mary Pratt avalia a relação entre relatos de viagem e a imagem da América Latina, reproduzida na Europa pela produção e consumo de relatos de viagem.

⁷⁸ Lobato perdera os pais na adolescência, sendo criado pelo avô.

⁷⁹ Citação de Cavalheiro, 1962, p. 11.

na qual a região se encontrava, comparada ao promissor Oeste Paulista e à capital. Suas cartas começam a se recheiar de pequenas queixas econômicas:

Tenho só um vintém e o dinheiro de teca que ainda nem buli nem bulo. Vou a pé e por um caminho muito longo que sobe uma ladeira porque não tenho 3 vinténs para passar no viaduto; mas como é bom aprender a não ser gastador, não pedi nem um vintém para Dr. Rodrigo. Tem estudantes aqui que trazem 500\$000 e gastam tudo num dia. (Citado por Cavalheiro, 1962, p. 20).

A ostentação de outros meninos o espantava, seja em confetes no carnaval ou em roupas, seja em contas gordas nos armazéns. Tudo leva o garoto a se questionar sobre o porquê desta diferença. O neto de um visconde, que era homem de propriedades, na capital vira um estudante pobre, pois o dinheiro “evaporou-se das algibeiras que dia e noite se põem a berrar reclamando por ele”⁸⁰.

Retorna das férias ao reduto encantado predileto: a biblioteca do avô. Ali, o já adolescente e ainda curioso Lobato se deleitava com “obras históricas e científicas” como Zend-Avesta, o Mahabharata, e as obras sobre o Egito, de Champollion, Maspero e Breasted, o Larousse, o Catu completo, o Elysée Reclus e, sobretudo, Spencer. A biblioteca não fora formada apenas pelo avô, mas também pelo Dr. Monteiro ou tio Zezé. Segundo filho bastardo do visconde de Tremembé, que havia estudado medicina na Alemanha e posteriormente convertido em funcionário do Ministério das Relações Exteriores, Lamberg (1896) refere-se elogiosamente ao Dr. Monteiro, como homem de inteligência e excelente médico de Taubaté. Pode-se inferir que, nos termos da época, esta biblioteca possuía notável acervo de ciência e cultura humanista, possibilitando ao adolescente Lobato acesso a privilegiada e vasta formação intelectual.

De acordo com Passiani (2003), em estudo sobre Lobato, é a partir da situação econômica em que se encontrava o Vale do Paraíba que o autor irá tecer suas primeiras análises sobre os problemas nacionais. A posição social de descendente da velha aristocracia do café do Vale do Paraíba marcou sua maneira de analisar o mundo rural paulista e a realidade interiorana nacional:

O meio que o circunda vai se tornando sua fonte de inspiração literária. Começa a refletir nas condições do Vale do Paraíba, naquelas “cidades mortas” cuja própria história acabou condenando-as, e principalmente passa a observar o caboclo local. (Passiani, 2003, p. 120).

⁸⁰ Carta de Lobato à mãe, citada por Cavalheiro, 1962, p. 29.

Lobato, aos 21 anos, ao publicar uma pequena crítica ao recém-lançado romance *A Todo Transe*, de Emanuel Guimarães, apresentou três problemas que, sob sua ótica, eram essenciais para se compreender a situação cultural do país e o romance citado. O primeiro era a concepção de vida individualista; o segundo, o estilo do romance; e, por fim, a forma como o romancista avaliava a identidade brasileira.

Ao primeiro problema Lobato atribui uma noção pagã exagerada de “vida pela vida, em moda na época, o existir pelo viver”, uma teoria generalizada e aplicada à vida de um povo, descontextualizada de sua suposta origem histórica, a Grécia antiga. Sobre o estilo, afirmava que pareciam descrições de um desenhista, “mas de um desenhista que só sabe manejar sombra e luz, claro e escuro, não deixando lugar para a cor”⁸¹. Entretanto, o que particularmente nos interessa é a forma como ele debate, no texto, o problema da nacionalidade brasileira.

O Brasil, filho de pais inferiores, mal-educados, destituídos desses caracteres fortíssimos que imprimem, a talho de buril, um cunho inconfundível em certos indivíduos, como acontece com o alemão, com o inglês, cresceu tristemente sempre aflanelado, porque sempre constipado a engolir mezinhas⁸² e panaceias, e afinal de contas dando como resultado um tipo imprestável, *incapaz de continuar a se desenvolver sem o concurso do sangue de alguma raça original* – dessas que possuem caracteres inconfundíveis. (Lobato, 1959, Vol. 14, p. 110 – grifo nosso).

O artigo foi publicado no inexpressivo jornal *O Minarete*, criado por ele e seu grupo de amigos de república, que compartilhavam um clube de debates e discussões intelectuais. O texto não teve nenhum impacto, pois seus leitores se resumiam a estudantes vindos do interior e pertencentes ao restrito círculo de *O Minarete*⁸³. Contudo, torna-se elucidativo para entender como certas disposições sociais de sua época já são perceptíveis em seus textos. Doutrinas, linguagens e jargões compartilhados pela intelectualidade do país foram gradativamente assimilados pelo estudante Monteiro Lobato. Algumas posições em relação a raça, progresso e nacionalidade são visivelmente heranças da mentalidade da elite rural, complementadas pelas teorias raciais e políticas, comuns ao convívio da Faculdade de Direito, às sociedades científicas e ao convívio pessoal com a elite intelectual.

⁸¹ Lobato, 1959, Vol. 14, p. 110.

⁸² Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Antônio de Moraes Silva (1889), mezinha significa o remédio caseiro de ordinária fé, remédio de qualquer mal. Termo que na literatura sobre o caboclo é associado à medicina popular do caipira. Lobato usa com frequência o termo como forma de desqualificar o mundo social do caipira.

⁸³ Nome dado ao grupo de debate e discussões frequentado por Lobato.

Ainda no mesmo artigo, o jovem Lobato assegura que pela situação atual do país, podia-se inferir que seríamos filhos de povos fracos, grosseiros e imprestáveis. Não era possível, com base nesse artigo, afirmar se os portugueses⁸⁴ pertencem ao quadro de, na ascendência histórica do brasileiro, povos responsáveis pela decadência racial do país, mas certamente os negros e os indígenas faziam parte desse quadro. Na linguagem cientificista de sua geração, expõe a necessidade da assimilação, via contato com alguma “raça nobre”, de caracteres que pudessem minimizar esta inferioridade intrínseca, sugerindo certo eugenismo, mas sem usar o termo. Seguindo na mesma retórica cientificista e biologizante, Lobato propõe, como metáfora, o desenvolvimento do corpo humano: desde a tenra infância deve-se pautar por exercícios que produzam um corpo adulto saudável.

Segue o autor:

Em vez de, como criança, brincar e pular, promovendo a completa formação dos ossos, adquirindo rijeza dos músculos pela ginástica, do temperamento por viver racional, do caráter pela afirmação severa da reciprocidade dos direitos e deveres; em vez de procurar a evolução harmônica do espírito e do corpo, o nosso País se viu criança e já martirizando o cérebro com tarefas impróprias; imberbe e já velho nos hábitos imitados das velhas civilizações.⁸⁵

No início do mesmo artigo, sugere que o passado nacional estava viciado por um hábito pernicioso, oriundo de um desenvolvimento econômico sem maior progresso nos aspectos sociais. E assim os brasileiros foram fadados a uma mentalidade atrasada e sem nenhuma capacidade de raciocinar de forma criteriosa. Em consequência, não se produziram cidadãos que assimilassem a exigente norma e disciplina dos direitos e deveres para com o país. Uma nação que havia sacrificado sua inteligência por insistir em hábitos já velhos no mundo europeu e fora de seu contexto social de origem.

Prossegue Lobato em seu argumento:

Quis ombrear a sua civilização com a civilização do velho mundo, sem se lembrar de que a civilização é uma para cada povo assim como a fisionomia é para cada indivíduo, e é resultado dum lento acúmulo de sedimentos seculares, crescidos átomo por átomo, transmitido pela hereditariedade e solidificados pela tradição.

Ressalta, desse modo, que cada país possui sua particularidade histórica e cultural, proporcionada pela soma dos aspectos biológicos, históricos e geográficos,

⁸⁴ Em artigos posteriores, na fase adulta, fica evidente, porém, que Lobato atribui à origem lusitana a maioria dos males nacionais.

⁸⁵ Lobato, 1959, Vol. 14, p. 111.

possibilitando um efetivo desenvolvimento social, uma verdadeira civilização com uma cultura elevada. As características hereditárias do Brasil, como já mostrado, foram herdadas de povos inferiores – negros e indígenas. A história nacional legou uma tradição cultural e política egoísta, superficial, imitativa e artificial. Esta interpretação vincula-se às teorias raciais do período, nas quais a hereditariedade carregava em si os defeitos não apenas inerentes à raça, mas também aqueles adquiridos pelos maus hábitos da vida brasileira, numa espécie de neolamarckismo (Luca, 1999), (Schwarcz, 1993).

Dessa forma, o autor finaliza suas observações sobre a nacionalidade brasileira:

Foi brotar uma civilização incolor, morna, incaracterística, instável, impregnada dos vícios das que lhe serviram de modelo e sem nenhuma das suas qualidades. Uma água de barrela dúbia e morna – é o que é a nossa civilização.

Neste último parágrafo apresentam-se os malefícios biológicos, sociais e políticos oriundos da miscigenação – “água de barrela dúbia e morna” –, que foram a principal característica étnica na formação brasileira. Com base no texto, entende-se melhor como algumas visões – futuramente sublinhadas por Lobato – possuem sua origem em tempos remotos, sendo adquiridas e usadas em contextos distintos: na fazenda, na cidade, na escola, nas leituras pessoais. Tais ideias foram intensificadas num segundo momento: na Faculdade, nos cafés, nas sociedades científicas e nos jornais. Mais do que apontar as vicissitudes raciais de um jovem estudante do Largo de São Francisco, busca-se na memória de um grande representante do pensamento social brasileiro fragmentos que contribuam para desvendar como certos personagens e imagens produzidos pelo autor foram gestados a partir de elementos dispersos no tecido social. Assim, apreende-se uma linguagem cheia de imagens rurais (constipado, mezinhas, água de barrela) e um vocabulário já bastante cientificista (sedimentos, hereditariedade, átomos, racional, evolução, raça).

Nesse artigo do estudante Lobato, temos a conjugação de duas esferas da realidade nacional: o mundo dos cafeicultores e as ideias apreendidas pelo convívio com a intelectualidade urbana de então. Sugere, dessa maneira, que mais do que falar a partir de um contexto social, nosso autor constrói seu estilo de tal forma que seus personagens tenham ampla receptividade por reproduzirem os valores desse meio. No entanto, para expandir seu gênio, faltava ainda ao autor a devida maturidade, só alcançada pela idade,

e a plataforma necessária para que essas ideias, além de verbalizadas, pudessem ser também amplamente compartilhadas.

A modernização do Estado de São Paulo foi um reflexo do processo dinâmico de interação entre a produção de café, a circulação de capital e a modernização política e judiciária do Estado, levando a que surgissem novas formas de produção cultural, com novas regras e uma nova linguagem. Os jornais e as revistas se modernizaram na produção, na circulação e no consumo de bens culturais. Lobato gradativamente assimilava essa lógica de modernização e obtinha o meio necessário para expor seu pensamento: os jornais. Com isso, fez circular concepções que expressam seu meio e seu convívio, tanto rural quanto urbano. Para estes mesmos grupos é que produzirá suas ideias sobre a nacionalidade, a ciência, o caboclo, a arte e o progresso.

3.1 - Nos tempos da Faculdade

Quando ainda estudante de Direito, Lobato publica seu primeiro texto com assinatura própria, “Gens Ennuyeux”, texto que concorreu ao concurso literário pelo jornal *Onze de Agosto*. Obtendo o primeiro lugar no concurso, que teve Amadeu Amaral como jurado, o conto será publicado no referido jornal em 12/10/1904. Apesar do seu reduzido valor literário e da pouca circulação à época, seu texto oferece informações valiosas sobre a formação do campo literário e científico, revelando como se dava a circulação e a assimilação das novas ideias que pululavam na Europa.

Como o próprio título denuncia, a expressão traduzida do francês significa literalmente “Pessoas chatas”, identificando, desse modo, na chatice uma característica singular da intelectualidade brasileira da época: o consumo e a reprodução dos valores estéticos franceses, formando uma sociedade subserviente culturalmente e distante da verdadeira realidade nacional, além do natural pedantismo do bacharel brasileiro.

O conto inicia-se com o diálogo curto entre dois amigos, possivelmente estudantes. O personagem narrador, visivelmente alter ego de Lobato, é convidado pelo amigo a acompanhá-lo em uma conferência sobre a “História da Terra”, oferecida pela Sociedade Científica de São Paulo. Percebendo o tom da palestra, sem poupar arrogância e pedantismo, o alter ego lobatiano dispara; “Sábios – rosnei – gens ennuyeux...”. Ainda que a contragosto, aceita o convite e seguem os dois à Sociedade. Ao adentrarem no recinto, o narrador percebe que “no rosto do meu amigo vi uma leve

expressão de terror sagrado. Os quíchuas, quando davam de chofre com o Eldorado, haviam de ficar assim...”. Mostrou-se arguto ao observar que o *status* que a ciência tinha na época possuía um forte traço de credulidade: os fundamentos que levam alguém a confiar nas explicações científicas seriam os mesmos que levam um crente a confiar em seu sacerdote. Caminhando pelo ambiente, percebe semelhante reverência à ciência, despertada também na mais diversa fauna ali encontrada: burgueses, estudantes e literatos. Ilustra, dessa maneira, a relação da elite intelectual com o conhecimento científico produzido na Europa.

O estrato fino da sociedade estava disposto a se atualizar nos árduos temas das ciências naturais. Levanta-se o palestrante, gerando burburinho e pedidos de silêncio, e logo começa a falar. Despejando seu rico vocabulário – gnaisse, trilobitas e amonitas –, a digressão vai tomando corpo e tempo, e gradativamente fazendo o auditório bocejar discretamente. No meio da palestra adentra um burguês e sua acompanhante – “ele, alto elegante; ela, mimosa e feminina, tom exótico de teteia cara”. Os dois amigos se veem em complicada situação, pois se viram entre a atenção dada aos gliptodontes e megáceros e à bela mulher ali presente, que os levava a sentir o indomável peso do instinto.

Por fim, a palestra que esgotou a todos pelo tempo e pelo tédio, se encerrou. Nesse momento, o personagem narrador faz considerações morais, opinando que a ciência e a arte nasceram juntas, pois uma traz a verdade e a outra, a harmonia – “quando se divorciam, a verdade fica desarmônica e a harmonia falsa”. O palestrante, apesar de trazer ao público um manancial de informações sobre temas caros à intelectualidade, se descuidara da arte, cansando a todos ali presentes.

Segue o narrador, com rara sinceridade:

Foi impossível prosseguir na filosofia. Um carro passava estalando rumbrosamente as pedras da rua. Dentro vinha a nossa diva.

– Ela...

– A Verdade e a Harmonia...

Nossas bocas emudeceram, porque a imaginação, tomando as rédeas nos dentes, nos levava a galope no encalço da teteia de olhos negros.

Com seu característico tom jocoso, Lobato apresenta informações valiosas de seu tempo. Além disso, mostra como atuava uma organização voltada à divulgação da ciência, pois mesmo que os associados fossem pedantes, a qualidade da informação era excelente para os padrões da época. Descobrimos, por meio de Lobato, que os estudantes tinham acesso a palestras, conferências e informações em ambientes externos à faculdade. Pelos termos empregados no conto, como a citação de Darwin e Cuvier,

tinha-se acesso a um conjunto de noções básicas sobre as ciências naturais. Pela presença de um burguês e sua irresistível “teteia”, avalia-se que a elite econômica valorizava e frequentava esses ambientes de saber, mesmo que com interesse cerimonioso, começando a ficar evidente o porquê de certos personagens de Lobato encontrarem boa receptividade nesse meio social.

Os textos de Lobato escritos e/ou publicados neste período de formação revelam o uso e o abuso de jargões e explicações oriundos da biologia, da física e da geologia. Provavelmente o autor não adquiriu este conhecimento na fonte, a partir da leitura direta dos autores⁸⁶. Lobato aplicou teorias científicas obtidas de segunda mão, sob a tutela de sua criatividade ao mais variado conjunto de temas⁸⁷. Exemplifica, assim, a maneira como a nossa intelectualidade se atualizava em relação aos temas científicos.

Permanecendo na seara da circulação de ideias, vale a pena mencionar o pequeno conto de Lobato, “Diário de um esquisitão”, publicado no jornal *O Povo*, de Caçapava, cujo título sugere uma identificação do autor com o personagem. Nele, um jovem estudante muda-se para uma região remota e pobre da cidade de São Paulo. Nas palavras de Lobato, “um dia mudei-me para o sertão”. Sugestivo notar o sentido atribuído pelo autor à palavra “sertão”: um local distante e pouco promissor. A região apresentava um silêncio absoluto, só quebrado, por um ferreiro distante, que martelava com certo ritmo. Diante da sua janela, existia uma pequena casa onde um rostinho de italiana adorável às vezes podia ser visto.

Saindo para conhecer o bairro, o personagem passa pela longa rua Mazzini, na qual se introduziu na roda de alguns italianos: “falou-se de tudo, do papa, da língua italiana, de dialetos e enfim literatura”. Com a curiosidade da juventude, travou conversa com Aurélio, “um belo tipo de Toscana, um anarquista, um leitor assíduo de Zola e de Kropoktin”. O novo amigo, homem forte, belo, com frente larga de sonhador, num belo italiano prometeu ao estudante estreitar as relações dele com a gente do bairro. Com efeito, o novo morador da região confessa: “levei-o ao meu quarto, confessei-me anarquista, falei da solidariedade humana, da segurança social e por fim despedimo-nos amigos”.

⁸⁶ Spencer, Cuvier, Darwin, Lamarck, Le Bon, entre outros.

⁸⁷ Walnice Nogueira afirma que Euclides da Cunha, ao redigir *Os Sertões*, usou as teorias científicas obtidas de forma indireta, em sua maioria por aulas e palestras. Assim, pode-se perceber um padrão de oralidade na forma como se obtinham conhecimentos na área de ciências naturais.

Com descrições concisas, Lobato explicita a forma como ideias políticas radicais eram disseminadas à época, como no exemplo citado, a partir de pequenos contatos e círculos de convívio num bairro de imigrantes italianos. Numa mistura de admiração e curiosidade, o jovem estudante vislumbra novas relações sociais e novos horizontes intelectuais. Pelo resumo da conversa ocorrida na roda de italianos, uma nova perspectiva se descortinou: o contato com uma nova cultura, a percepção da diversidade da sociedade italiana e o convívio com outra língua, todos mediados, talvez, por uma tradição anarquista e anticlerical⁸⁸.

Na sequência do “Diário de um esquisitão”, integrando uma série de artigos com que Lobato pretendia narrar suas memórias de estudante provinciano na capital, foi publicado o conto “Memórias de um Velho”. Neste, o personagem Yewscky é um homem já idoso, que volta à capital onde estudou na adolescência e rememora seus principais feitos de estudante. O conto é um prato saboroso para se compreender como funcionava uma república estudantil, o que os estudantes liam, o que comiam, o que conversavam, quais sonhos compartilhavam. Exemplifica como foi o processo de socialização de Lobato em seus anos de faculdade, incorporando o dia a dia da cidade em sua formação.

Escrito como diário, o texto narra a estadia de Yewscky na cidade de São Paulo, recordando os tempos de estudante que ali passou, transitando entre o passado e o presente, fazendo observações sobre a época de faculdade e a atualidade. Inicia suas reminiscências nestes termos: “como bom brasileiro fazia-me por esse tempo fazerem-me bacharel⁸⁹”. Assim, logo que se muda para a capital passa a frequentar cotidianamente a faculdade. Naqueles tempos a academia findava-se num tremendo tédio, “tradições, estímulos, vida acadêmica, tudo bocejava sob pesada camada de bolor”. Restava aos estudantes a fundação de grêmios e jornais como forma de dar vida ao cotidiano morno da instituição. Gera-se um ambiente efervescente de ideias,

⁸⁸ No mesmo ano da publicação deste texto, Lobato publica no jornal *Onze de Agosto* o conto “A Fuga das Ideias”, que sublinha a ausência, entre os estudantes, de ideias nobres a seguir, já que após as movimentações republicanas e abolicionistas, nada mais unificava a juventude. Apresentava o que seria o novo horizonte dos universitários: “Atualmente só vemos um ideal bastante generoso, bastante amplo para acolher em seu seio tudo quanto a mocidade tiver de mais superiormente generoso, de mais finalmente intelectual, de mais grandiosamente altruísta – o socialismo. A regeneração da humanidade pelo advento definitivo da justiça, pelo império da verdade, pela extinção da miséria, pela destruição das classes, pela moralização da moral, pela reivindicação enfim de todos os direitos postergados”.

⁸⁹ Lobato queria seguir carreira de pintor na escola de Belas-Artes, porém o avô o obrigou a seguir a carreira jurídica, prática comum entre os fazendeiros da região. Se a lida na fazenda não gera mais lucro, devem-se formar os filhos para ocupar os quadros administrativos do Estado.

revolucionário e idealista, “esse ar de sofreguidão irrequieta, de anelos fortes, de ideias bisbilhantes, tão necessárias para manter o espírito de classe” entre os estudantes.

O estudante tinha duas alternativas: ou estudava ou vadiava pela cidade. Desesperados com essa mornidão de vida, os rapazes formavam grupinhos à parte, “sem ligação com o mosteiro venerado”. Grupinhos esses onde as afinidades naturais de ideias e sentimentos tornavam-se o único laço sólido entre eles. Um destes grupos, aquele a que Yewsky se integrou, foi batizado de Cenáculo⁹⁰.

Após a refeição, composta de uma lasca de salame ou uma fatia de carne, acrescida de uma fatia de pão e uma banana, começavam as leituras e/ou discussões sobre os autores e pensadores prediletos; entre eles, Daudet, Zola, Vitor Hugo, Eça de Queirós, Bilac, Ruskin, Spencer, Voltaire e Nietzsche. Como tantos grupos de juventude, o Cenáculo nasceu para fazer a diferença e, quem sabe, uma ciência nova ou uma filosofia inédita, a fim de, no mínimo, reformar o mundo. Nele havia um poeta, um filósofo, um crítico, um orador, um jornalista e um diletante. No entanto, “uma ideia imperava em cada cabeça: um vago socialismo, um mesmo sentimento em cada um: o amor à Arte”, sempre com maiúscula.

Os encontros ocorriam nas mesinhas do Café Guarani, todas as noites, das sete em diante; “e assim era, nunca a cerveja apareceu porque o fiscal era chapadamente peculatório”. Quando saíam do café, passeavam sob um magnífico luar, onde aos pés de cada lampião, recitava-se uma poesia; “eram versos descritivos, pinturas de cenas do campo, onde sussurravam bambuais aos arfar subtil dos ventos”, cenas rurais que evocavam a poesia romântica europeia, particularmente a francesa, que tanto liam. “Onde rechinavam saudosos carros de bois, longe, bem no fim da estrada, numa nuvenzinha de pó, onde surgiam casinhas de sapé, envoltas em verdura intensa com jequitibás ao fundo e montanhas de safira cortando o céu”, paisagem que provavelmente tocava fundo o coração desses estudantes, pois, em sua maioria, provinham de fazendas e cidades do interior. Cena magistral que sintetiza uma característica comum da intelectualidade da época: o consumo e a reapropriação criativa de temas europeus ao sabor local⁹¹.

⁹⁰ O texto é altamente biográfico, pois todos os personagens são reais. Lobato nem sequer alterou nem os nomes. Cenáculo, por exemplo, era o nome de seu grupo de amigos e debates.

⁹¹ Roberto Schwarz inaugura um longo debate no pensamento social brasileiro com o artigo “Idéias fora do lugar”. Este pequeno trecho pode elucidar que não existem ideias fora de contexto, pois todas elas, ao circular, são usadas a partir da experiência local, numa dinâmica natural ao mundo das ideias.

No dia seguinte à chegada à capital, Yewsky visita Raul, um amigo que conheceu nos tempos de faculdade e que frequentara o Cenáculo. À época o estudante exibiu cabelos fartos, uma gravata inusitada, ar de literato, cheio de sonhos, fantasiava cenas de amor entre crisântemos, com olhos profundamente negros de anjo caído. Vivia folheando Daudet e Eça de Queirós. Agora, contudo, morava numa “casa amarela da Rua dos Guaianases, com sogra, um alarve de fedelhos, mulher, cunhados, cães, gatos, pretas velhas, o diabo. Uma arca de Noé”. Raul teve de interromper a conversa que levava com Yewsky, porque foi “atordoado pelo vozeirão de trompa da sogra imensa, um Sinha’ Anão de bigode, verruga vermelha ao lado do nariz, ferozmente sanguinária, abelhuda, cheia de partes, de pudores... pobre criatura”. Um dos maiores temores de Raul era que um dia a filha puxasse à mãe. Seus olhos, já abatidos, folheavam agora apenas jornais, restringindo-se nas partes de comércio, de câmbio e de café. Questionado por Yewsky sobre “o inferno de vida” que levava e em que se metera, Raul convence o leitor da sua abnegação:

– Não, é engano teu. Já me habituei e vivo maquinalmente feliz. A filha me consola-me, dá-me alento e forças para a luta quotidiana. Ah! os filhos... É preciso tê-los, Yewsky, para saber o quanto amenizam as agruras da vida com as suas peraltices, até com a manha.

Saindo para visitar o antigo Café Guarani e relembrar os encontros do Cenáculo, evocam alguns amigos antigos e entre eles, o Nogueira, que para espanto de todos, tornara-se padre. A explicação de Yewsky é enviesada de Iluminismo, justificando que o celibatário fora criado em uma cidadezinha de Minas, sede de um antigo seminário. “Lá nasceu e cresceu, naquele recesso medieval, aonde a civilização chegava num rumor desmaiado, um sussurro apenas, em que desconhecia eletricidade, o confete, Nietzsche; em cujo ar havia um cheiro de teologia e hóstias partidas”, longe da herege ciência, de Spencer e de Pasteur. Porém, viera para “São Paulo, a Civilização”, com seus cafés, cosmopolitismo, positivismo, mulheres, música, cerveja e luz elétrica. Ao retornar para Minas, tudo isso se esvaiu e Nogueira acabou cedendo à tradição.

Após o dia de conversa, Raul torna para a sua rotina de pai de família e Yewsky para o hotel, cada um sonhando, à noite, com os dias de Cenáculo. A experiência de Nogueira exemplifica uma prática comum na época: o convívio intenso entre tradições diversas, entre mentalidades distintas, que, mesmo em atrito, mantinham permanente contato. Nesses termos, clarifica-se como se deram os círculos de socialização e o impacto sobre a formação intelectual de Lobato. As leituras eram debatidas e, no fervor

dos cafés, entrava-se em contato com ideias e experiências de vida múltiplas que deixaram sua marca no autor.

As concepções sobre raça, sociedade, psicologia e individualidade foram discutidas de forma dispersa, como visto até agora, cabendo a nós selecionar, na diversidade de temas abordados por Lobato, a forma como fundamenta seus argumentos. Em artigo onde trata de forma entusiástica o novo esporte que conquistara o país, o futebol, consegue-se delinear suas concepções sobre desenvolvimento e progresso social. Num período da vida em que se entusiasmara com a filosofia de Nietzsche, de forma inventiva, avalia o papel do esporte bretão pelo viés psicológico, pois o futebol havia conservado as máximas energias de “sua loura mãe”. Não em vão entre os ianques e os ingleses o futebol fora disseminado “nos colégios, no exército, na marinha, em toda e a toda hora joga-se futebol, religiosamente, como quem cumpre um dever”. Daí se pode deduzir, também, a superioridade do inglês e do americano. Em suma, o esporte oferece em primeiro lugar uma grande força física, “dá resistência, dá tática, dá agilidade, dá calma, nas emergências mais caras, dá o golpe de vista, seguro e firme”.

Para o autor, a prática futebolística acha-se para além do mero entretenimento e do exercício físico, uma vez que atua na constituição de uma energia psicológica e moral superior, haja vista que se fundamenta em corpos saudáveis e disciplinados. O futebol “dá energia moral, porque a energia moral é quase sempre um reflexo da energia física”. Seria da natureza do jogo acalmar e disciplinar os temperamentos mais exaltados, “a necessidade que tem o jogador de num relance conhecer toda a situação do campo, sentir um perigo, aproveitar um descuido do adversário, resolver um problema instantâneo que um chute imprevisto formula”. Em suma, a iniciativa, que segundo Lobato, a ciência da época considera a mola real da psicologia superior do anglo-saxão, é a “fonte de todas as conquistas sociais dessa raça, o seu coeficiente de superioridade sobre a raça latina”.

O esporte exige responsabilidade, proatividade e resiliência. Nesse sentido, ao deixar o futebol de brinquedo pelo futebol verdadeiro, “que é a Vida, o *foot-baller* indeciso, frouxo, mole, é imediatamente suplantado pelo rival, de modo que ou ele vai perdendo aos poucos esses defeitos e adquirindo a qualidade oposta”, a confiança de si, ou é alijado do time pelos seus próprios companheiros. Lobato usa o futebol para implicitamente fazer um elogio aos aspectos políticos e econômicos vinculados ao país que o criara, sendo eles a economia e a filosofia liberal. Manifesta sua predileção

política ao priorizar a iniciativa, o empenho e o empreendedorismo como práticas comportamentais a serem valorizadas pela sociedade. O esporte bretão seria a materialização desportiva do capitalismo e da economia de mercado, onde se destacam os mais empenhados e os mais qualificados.

Ecoando crítica comum à época, ele denuncia o pouco valor prático de algumas profissões liberais. O país estaria cheio de bacharéis, e estes nada fizeram pelo futuro da raça. “Rimo-nos alavaramente de quem afirma que um esporte como este é mais fecundo em benefícios para o presente e para o futuro da nossa raça do que todas as academias de direito, todos os grupos escolares somados, multiplicados e elevados à décima potência”. Para nosso autor, um gol do Paulistano contra os times ingleses “tem para a população paulistana mais importância e uma significação moral dez vezes maior que a eleição dum presidente”. Elevando o tom da crítica, sugere que times de futebol e a sua prática seriam mais benéficos ao país do que os acadêmicos, bacharéis e políticos de grande quilate. “Um ditador que tomasse conta desta República e acabasse com as fábricas de bacharéis e normalistas, substituindo-os por severos *teams* de futebol, faria mais pelo Brasil que as dez gerações de Feijós, Zés Bonifácios e Cotegipes e demais estadistas que nos têm governado”.

Neste ponto do argumento, aflora sua concepção de desenvolvimento e progresso, tendo o Estado de São Paulo como referência: o exemplo paulista, pois “devido à sua população estrangeira ávida no ganho feroz na concorrência, tornou-se a cidade mais progressista do Brasil, impelindo o paulista a trabalhar, a mexer-se, a lutar. É um exemplo extraordinário que merece ser proclamado aos dez ventos, a fim de ser imitado”. E fazendo referência aos nobres antepassados, Lobato prossegue: “pois São Paulo – a parte nacional neta dos bandeirantes – tomou-se de brios e criou o futebol indígena com um furor de assustar nesta terra de bananas. Nasceram da noite para o dia mais de 250 associações esportivas com alguns milhares de jogadores”.

Foi o único Estado da nação a reconhecer que cada um desses rapazes “vale socialmente mais que todos os nossos deputados federais e estaduais somados”. Portanto, deve-se continuar por esse caminho de autossuficiência, trabalho duro, vigor e iniciativa. “É dando chutes aos 4 anos, marretadas aos 6, fugindo ao matadouro-escola aos 8, que aos 20 anos um homem se encontra apto para o *steaple-chaise* do *struggle for life*”. Com a certeza da juventude, sentencia: “e é dessa raça de gente que precisamos. Menos bacharéis, menos parasitas, menos coronéis, menos deputados, menos esfriaverrumas, e mais *struggle for life*, mais ‘homens’, mais fibra”. Assim se evita que no

futuro alguém repita que “tem nas veias um sangue podre e dentro dos ossos farinha de mandioca”.

O futebol que chegara ao país mediado pela influência britânica em nossa economia e cultura, naquele contexto representava, também, um aspecto da modernidade que atingia o Brasil. Oferecia a Lobato material suficiente para uma interpretação histórica e social da situação brasileira. Esta ainda estava vinculada ao contexto rural, ao patrimonialismo, ao Estado interventor, com sua ineficiente burocracia, gerando práticas sociais danosas, tais como a preguiça, a indolência, o bacharelismo e a subserviência cultural. Tudo isso acrescido dos fatores geológicos e raciais que levaram à miscigenação.

Suas convicções nacionais e políticas o perseguiram a tal ponto que qualquer aspecto da realidade, por mais ínfimo que fosse, tornava-se, na sua pena, fonte de reflexão e crítica da condição social brasileira⁹².

Nesses termos, conheceu profundamente o contexto rural paulista, ficando ciente dos aspectos negativos desse mundo na conformação do comportamento social e político do brasileiro. Frequentou, ainda, o cotidiano da capital e da faculdade, e dessa forma se atualizou no debate cultural e político da época. Com base nesta socialização, adquiriu hábitos e disposições sociais que o habilitaram a percorrer, com certa espontaneidade, as esferas de poder político, cultural e econômico. Por conseguinte, sua produção naturalmente refletia o contexto rural, intelectual e político do país, o que explica a calorosa receptividade que tivera, pois mesmo com uma linguagem ácida e crítica, seus textos alcançaram um variado público.

Edgar Cavalheiro data o conto “Café!! Café!!” do ano de 1900. No entanto, sabemos que Lobato tinha o hábito de corrigir seus textos de juventude, embora não ao ponto de alterar a ideia e a mensagem. Ele fixava-se mais nas estruturas gramaticais e nos jargões de época. Por outro lado, percebem-se no texto ideias e padrões temáticos que foram abordados em outros textos, estes comprovadamente de sua juventude. Assim, após apresentarmos a conjuntura do café em São Paulo e a forma como a elite paulista refletiu o seu papel cultural na história nacional, entende-se a maneira como alguns temas foram abordados e por que se tornaram frequentes em sua produção.

⁹² É sugestivo notar que, no decorrer da vida, Lobato passou a execrar o futebol, possivelmente pela junção de seu elitismo com a popularização do esporte.

O conto “Café! Café!” narra a relação melancólica do velho major Mambuia com as transformações sociais e políticas ocorridas na região do Vale do Paraíba: os novos valores da modernidade eram sempre prontamente rejeitados pelo velho. O major, percebendo que a colheita do ano prometia, pois tivera uma “florada magnífica, tempo ajuizado, sem ventanias nem geadas”, intensifica a produção do café. Contudo, o que importava era apenas o preço do café: “café a 6 mil-réis, onde se viu isso?”. Ele tinha certeza de que iria vender a sua produção a 30, quem sabe a 60; “este governo, santo Deus, que não protege a lavoura, que não cria bancos regionais, que não obriga o estrangeiro a pagar o precioso grão a peso de ouro!”. Os novos tempos com novas ideias – era isso que atrapalhava o país. O major observava criticamente “como essas famílias de caboclos vegetam ao pé dos morros numa choça de palha, cercada de taquara, com um terreirinho, moenda e os chiqueiros”, tudo cercado por serras verdes, céu límpido e azul, a natureza a isolar o silvícola da civilização.

O major Mambuia testemunhara Chiquinho a crescer nas ruas e pelas fazendas; agora se tornara bacharel, até pertencia à chapa oficial para deputado. Não conseguia entender como isso acontecera. Depois não queriam que ele fosse monarquista; “havia de ser, havia de detestar a República porque era ela a causa de tamanha calamidade, ela com seus Campos Salles de bobagem”. As primeiras ideias que ali chegaram, segundo o narrador, isso já fazia uns 60 anos, se impregnaram na região com a ajuda da foice que abria as capoeiras, dos postes de cerca fincados para demarcar a propriedade, da primeira casa de sapé. E assim, gradativamente, estas ideias iam se firmando, e com o auxílio da vara de marmelo e da palmatória do pedagogo rural, “foram erigindo a casa mental do nosso herói”.

O velho major, com “sua psíquica de matuto ricoço”, revelava sua moral e seu intelecto nas “opiniões sobre o governo, apreciações sobre Suas Majestades, e em todos os “conceitos transmitidos por pais de família e coronéis da Guarda Nacional, ideias religiosas embutidas pelo roliço padre Pimenta, oráculo da Família, receita de quebrantos”. Mambuia seguiu sua vida nesses termos; “se uma ideiazita nova voava para ele, batia de peito em seus ouvidos moucos, entrava por uma orelha, saía por outra”. Nos últimos tempos, só sabia repetir: “há de subir! há de subir!”, com a confiança típica de um barão da época do Império; porém os estoques de Havre e Nova Iorque só aumentavam, e o café chegara a 6 mil-réis.

Seu cafezal estava um brinco, sem um ramo de capim. Mambuia tinha certeza de que o café bateria 60 mil-réis, mas, devido ao preço dos anos anteriores, estava sem

recursos. Endividado, teve de penhorar a fazenda, com credores batendo à porta. Já ia para o terceiro ano que o produto da safra não cobria as despesas. “O major passava a mandioca assada e canjica: nem pitava mais daqueles longos cigarros de palha, por economia. Todo dinheirinho que entrava das vendas do gado, de pedaços de terra, de empréstimos, de velhas dívidas pagas, tudo ia para o Moloch insaciável do cafezal”.

O velho não se adaptava às novas regras do mercado, apenas esperava o momento em que o café fosse vendido a 60 mil-réis; sempre deu certo, era só esperar. Era o exemplo trágico do fazendeiro do Vale do Paraíba, e, quem sabe, da mentalidade nacional; representava os valores que, para Lobato, deveriam definitivamente se extinguir. “O velho roía as unhas rancorosamente, vomitando injúrias contra os tempos modernos, contra a estrangeirada, o governo, os comissários, numa cólera perene, e trabalhava no eito com os camaradas a limpar café, a colher café”. O major morreu enlouquecido, com dívida acumulada, a murmurar pelos cantos: “– Há de subir! Há de chegar a 60 mil-réis, café, café, só café!”.

No conto transcrito, o velho major é colocado ao lado do caboclo, representantes máximos da mentalidade rural e atrasada do país. Todos ficavam isolados da civilização, indiferentes ao mundo, e o mundo, indiferente a eles. Eram separados, apenas, pelas belíssimas serras que rodeavam as fazendas e os vales. As últimas palavras do velho major sintetizavam, para Lobato, a mentalidade brasileira, pois não conseguiam mudar seus hábitos, sendo impermeáveis às novidades. Assim, preferiam morrer abraçados aos seus dogmas a terem de abandonar a tradição. A presença de práticas sociais arcaicas era explicada pela dificuldade que tanto o fazendeiro como o caipira tinham em assimilar as mudanças e a modernidade. Ou, quem sabe, a indiferença do Estado em relação à sua população miserável.

No entanto, o antagonismo fica evidente: o passado/presente e o atraso/progresso a perseguirem o intelectual que buscava enfrentar os complicados dilemas do Brasil. Lobato, como sabemos, tinha conhecimento da situação e da mentalidade rural de São Paulo, pois mesmo sendo um representante deste grupo, na condição de um cafeicultor falido, manteve uma dura avaliação dessa realidade. Havia ampliado seus horizontes intelectuais na vida urbana da capital paulista, adquirindo novos parâmetros e sofisticando, ainda mais, sua retórica e crítica ao atraso nacional. Tornara-se uma obsessão do autor apresentar o verdadeiro país ao indiferente público urbano brasileiro.

Em texto publicado na mesma época, 1904, um conjunto de curtos capítulos, Lobato narra as peripécias de Lobatoyewsky, ou simplesmente Yewsky, e seu amigo

Vareloff pelos sertões da fazenda Buquira, a mesma que fora de seu avô. O primeiro era um príncipe russo exilado por compartilhar ideias niilistas; o segundo era um médico otomano e eslavo que resolvera conhecer o mundo. Em traços rápidos, descreve os tipos sociais da região, revelando o emprego de certos modelos usados à época para se referir aos homens do sertão. A cidade na qual vão passar um tempo é mais uma destas pequenas vilas do interior, cujo valor é ínfimo para o país: “há no mundo uma cidade que, por ter sido uma aldeia de bugres colocada num lugar muito baixo, se ficou chamando, por antinomia, cidade alta”. Esta aldeia fora criada e zelada, durante décadas, por padres jesuítas – “aqueles homens que são mulheres pelo vestuário e porcos a se julgar o asseio pessoal”. Estes religiosos imbuíram na região os valores de São Estilita 93, “aquele vadio que passou 60 anos acocorado no alto de um cepo, ao sol, às chuvas, aos mosquitos”, e, dessa maneira, impregnou nos habitantes daquela localidade hábitos arcaicos, do qual faz refutar e faz negar “tudo o que se mexe com os músculos e faz trabalhar o cérebro”.

Deste vale obscuro, brotaram espécimes raríssimas que a ciência ainda não classificou e que enche de orgulho a região. Um exemplo é a “mocinha morena, cara de quati”, com calos no cotovelo de tanto “curiar” a vida alheia através de um vidro quebrado de sua janela. “Estes animálculos passam a vida espiando do seu buraco; quando um pobre mortal” aponta no início da rua, corre para olhá-lo, segue-o até que o mísero suma das vistas e, assim, “ao vê-lo desaparecer, elas coçam as nádegas e voltando-se para dentro dizem: – Como tá gordo aquele moço, não Nhã veca?”.

Outro orgulho da região, este agora “pertencente ao sexo viril” (referindo-se ao sexo masculino), o mais ou menos coronel, “amarelo, baixote, mamando continuamente um cigarro de palha, escarrando nos assoalhos e na reputação alheia e – ecce! – contando bandalhices”. Estes ceifam a reputação do próximo e, às vezes, também a vida com naturalidade – “que fina e apurada quinta-essência da trimetilamina⁹⁴”.

Após essa sugestiva apresentação, nossos dois estrangeiros trocam os livros e a retórica pela carabina, o facão e as botas, e adentram nos sertões da Buquira. Os personagens causaram espanto às árvores nativas da região e, ao avistarem um rastro de sucuri, ficaram na dúvida se não seria, talvez, uma carreira de formiga saúva. Depois

⁹³ Segundo a tradição católica, foi um asceta cristão que viveu sobre uma coluna de pedras. Curiosa esta associação entre uma tradição católica e a postura pouco produtiva do caboclo.

⁹⁴ Gás inflamável e com forte odor de peixe em decomposição.

das primeiras impressões, os estrangeiros abrem pequeno espaço no texto para discorrer sobre a inutilidade do governo, “que devia ser um pai, digo mais, devia ser um tutor, errei ainda, um mentor, sim, é isto, um mentor”. O governo, para os viajantes, deveria oferecer um bom caminho ao povo, instruí-lo, animá-lo, cuidar da higiene, da defesa, instrução e da educação. E deveria zelar, também, pela língua, pois esta representava o melhor espelho da intelectualidade de um povo. Para cuidar da língua, a primeira medida a tomar “seria proibir o emprego dos termos impróprios como multa e cadeia”. Com isso, temos como exemplo: “a lua, seria sempre a lua e o poeta que chamasse de ‘pálida tísica’, ‘queijo que noctambula’, ‘protetora dos amantes’ etc. iria num calabouço por ter mexido nas flores da retórica”.

Depois da pausa literária, os estrangeiros são recebidos numa fazenda onde, com frequência, uma interessante rapariga dava nas vistas. Da varanda da casa ficaram sentados, a refletir sobre o tédio – talvez induzido pelo cotidiano da região, – “uma coisa que se sente, mas não se define”, que “é filha da falta de uma ocupação absorvente”. Neste marasmo, olhavam a lavagem “que a chuva fazia nos morros, nas árvores e nas casas”. Logo são interrompidos; “são 2 horas da tarde e a rapariga interessante – que, por sinal, está sujíssima e nada cheirando rosas – acaba de entrar com o café e o milho verde assado”.

Em seguida, passaram a contemplar a riqueza natural da região. “Imagina-se paisagem mais adorável? Um trecho de floresta, uma casinha de sapé oculta em um ninho de árvores viçosas, um palmo de serra ao longe, um céu todo pérola”. No meio desta visão, aparece “uma cabocla com pescoço de cisne”; os “seios tremiam castamente sob a blusinha de chita. O corpo ondulava ao ritmo do andar”, por entre as tortuosas trilhas que saem da mata, “os pezinhos mingnon iam estalando as folhas secas do caminho enquanto os braços cetíneos e roliços serravam o peito aquele miserável feixe de lenha! Vinha cantando na língua de D’Annunzio”. Neste mesmo embalo de encanto é descrita toda a natureza e seus delicados detalhes: ninhos, flores, pequenos pássaros e belas árvores.

A narrativa se encerra abruptamente, descrevendo um casal de canários e uma rolinha que, cobertos de lama, abraçaram-se num mesmo destino no canto da estrada, pois com um único tiro Varelloff abatera os três. O ato despertou elogios de toda a gente do local, “e uma preta velha comentou-o ao netinho, à noite junto ao fogo: Isso é atirar bem! Derrubou três com um só tiro – e beijando-o – é assim que eu quero que você fique atirando, ouviu?”.

À primeira vista percebe-se uma referência ao romance *Canaã*, de Graça Aranha, no qual, de modo idêntico, dois estrangeiros, Milkau e Lentz, viajam ao sul do Brasil e, atravessando a exuberante natureza brasileira, discutem sobre a experiência migratória, o uso da terra no país e as teorias raciais e científicas da época⁹⁵. Na obra de Aranha há uma síntese das principais discussões existentes no país sobre a natureza, a raça, o progresso e a civilização.

Sobre a obra e o autor, escreve Lobato:

Queres mais impressões sobre *Canaã* (note que não digo “minha humilde opinião”, “meu fraco parecer”. Para quê?). Li *Canaã* num exemplar do Cândido, faz tempo, e achei um livro forte, sadio, certo – e com excelentes paisagens. Na pintura de cenas Graça Aranha é criador. Tudo vive. Na cena do teodolito, ao lado do magistral desenho do caráter de Felicíssimo – que é a vasta classe dos mulatos pernósticos – há na boca do alemão um “Estes mulatos!...” que pega muita gente. Outra cena que me ficou: a do caçador morto no ranchinho, rodeado dos cães amigos que lhe defendem o corpo contra a invasão dos padres. Originalíssima e com uns toques épicos. Suas descrições de florestas fazem-me sentir um mormaço e um cheiro de folhas e musgos molhados. *Não é mais a mata descrita pelas receitas de Chateaubriand. É mata, mato de verdade. Os escuros dos verdes, os úmidos, os fofos, a calma dos troncos, a paciência de tudo, a paulama, a cipoeira, os farfalhos – todo o “jogo de futebol parado” da botânica. Equivale a Antônio Parreiras – o nosso único pintor que pinta matas certas*⁹⁶.

O livro *Canaã* foi caracterizado por Paes (1969) como um romance de ideias, possuindo três características principais: a) é um típico registro naturalista, b) onde ideias filosóficas são debatidas por meio do diálogo intenso entre os dois personagens principais e c) tem como pano de fundo a exuberância da natureza brasileira. Para Aranha, cada nação possuía características particulares. A principal característica do Brasil seria a predisposição à imaginação:

Esse tributo do homem brasileiro era, em sua visão, resultante da fusão dos caracteres mentais de três raças diferentes que o compuseram, em meio à natureza tropical. Os três povos teriam em comum o espírito melancólico, perturbado ainda mais pela visão da terra e da natureza americana. (Murari, 2009, p. 108).

O autor sugere que a melancolia, traço principal da alma do homem brasileiro, era um reflexo dos aspectos geográficos do país: a exuberância e a desordem das matas tropicais. Essa predisposição psicológica, a melancolia, tornava-se uma mediação imprópria entre o homem e a natureza. A imaginação que define o espírito nacional

⁹⁵ Breve pausa na trajetória de Lobato para apresentar sucintamente as principais ideias de Graça Aranha que marcam a formação de Lobato.

⁹⁶ Grifo nosso.

tornaria inviável a integração plena da alma com a totalidade, incluindo a própria natureza e o cosmo, num sentido místico e religioso. O homem se sentia à parte da natureza, pois ela se mostrava por demais grandiosa e ele não conseguia executar sua necessária integração, que seria a dominação desta áspera paisagem. “No Brasil, o espírito do homem rude, que é o mais significativo, é a passagem moral, o reflexo da esplêndida e desordenada mata tropical.” (Murari, 2009).

Assim descreve em seu romance:

Lá no alto da colina um casarão pardacento misturava-se à bruma azul-acinzentada do longe, e, à medida que Milkau prosseguia, o horizonte se ia estreitando, o morro na frente tapava a estrada, e parecia que esta, estirando-se num esforço, ia morrer sobre ele. Os viajantes margeavam ora o cafezal plantado na encosta das colinas, ora a roça de mandioca na baixada. A terra era cansada e a plantação, medíocre; ao cafezal faltava o matiz verde-chumbo, tradução da força da seiva, e coloria-se de um verde-claro, brilhando aos tons dourados da luz; os pés de mandioca finos, delgados, oscilavam, como se lhes faltassem raízes e pudessem ser levados pelo vento, enquanto o sol esclarecia docemente o grande céu e o ar era cheio dos cantos do rio e das vozes dos pássaros, que prolongavam a ilusão da madrugada. Sentia-se, ao contemplar aquela terra sem forças, exausta e risonha, uma turva mistura de desfalecimento e de prazer mofino. A terra morria ali como uma bela mulher ainda moça, com o sorriso gentil no rosto violáceo, mas extenuada para a vida, infecunda para o amor. (Aranha, 2013, p. 6).

O ambiente tropical estimularia a imaginação, sendo esta relação “a origem histórica da civilização brasileira, definida como a história do embate entre o espírito humano e a natureza” (Murari, 2009, p. 110). Foi sob um intenso combate, nunca visto antes, que o homem no Brasil tentou subjugar a natureza. A civilização só seria possível a partir do domínio pleno do meio natural pelo homem.

Foi a submissão, mas não o apaziguamento: a luta se mantém sempre iminente, o homem está em desafio e a natureza em ameaça. A vida é uma perpétua luta, uma ânsia insaciável de descobrimento contínuos, um infatigável movimento de conquista, a marcha para o interior do país, uma vaga inquietação, uma instabilidade perturbadora, nessas migrações incessantes das próprias gentes da terra, que errantes vão para além à busca da riqueza, numa corrida acelerada para a morte, que as espreita nas florestas traiçoeiras e nas pérfidas águas dos rios sinistros. Que importa? Outros homens virão para o triunfo, fascinados, ardentes e ávidos – perpétuos escravos da imaginação. (Aranha citado por Murari, 2009, p. 110).

O brasileiro, pelo menos em parte, havia sido um vitorioso nessa batalha, já que a formação física do país – devido à sua aspereza, densas matas, espinhentos sertões, caudalosos rios – o tornara quase impenetrável, fazendo com que seu domínio fosse, necessariamente, lento e gradativo. Para Aranha, essa condição levaria ao que ele denominou “providencialismo”, conceito que define a postura de esperar sempre da

natureza e confiar sempre em seus recursos. “A exaltação patriótica das belezas e riquezas do meio físico e a continuidade do espírito de conquista eram as consequências desse misticismo físico da grandeza da terra” (Murari, 2009). Nesses termos, Aranha afirma que o futuro do país se encontrava na manutenção do espírito de conquista, herdado dos portugueses, que possibilitou, no passado, a manutenção de uma unidade nacional sobre a diversidade do relevo e do clima. Cabe à estética um papel singular, pois pela arte é que se iniciaria o processo de integração plena do homem com a natureza (Murari, 2009). Esta teoria é resumida na boca do personagem Milkau, no romance *Canaã*:

– Quando a humanidade partiu do silêncio das florestas para o tumulto das cidades, veio descrevendo uma longa parábola da maior escravidão à maior liberdade. Todo o alvo humano é o aumento da solidariedade, é a ligação do homem ao homem, diminuídas as causas de separação. No princípio era a força, no fim será o amor. (Aranha, 2013, p. 38).

Percebe-se a comunhão de interesses entre os dois autores, pois a solidariedade demonstrada por Aranha, gerada entre os brasileiros para superar os desafios de sua geografia, confunde-se com o naturalismo nacionalista de Lobato. O conhecimento real do país, somado à dominação de seu território e à assimilação das populações do interior, para Lobato, parecia ser a única saída para a constituição de uma genuína nacionalidade. Indiretamente, Aranha sugere que o bandeirante foi o primeiro grande herói originalmente brasileiro, haja vista que enfrentou a natureza e de certa forma a dominou.

Como foi apontado anteriormente, o determinismo geográfico tivera calorosa receptividade por parte da elite intelectual brasileira. Isso está presente nas reflexões de Lobato, como, por exemplo, em sua birra com a mandioca, o pão pronto que a natureza cedeu ao silvícola, impedindo-o de ser proativo ante a natureza. Relatar as ideias de Aranha permite conhecer os caminhos que as ideias raciais e científicas percorreram, sendo assimiladas por uma geração de jovens escritores. Pela boca dos personagens de *Canaã* ecoam os principais tópicos do debate nacional: a nacionalidade, a miscigenação, a escravidão, o determinismo geográfico, o peso da história e a presença rural na composição social e mental do brasileiro. A forma como a natureza ali foi retratada encantou o jovem Lobato, pois mantinha um olhar naturalista que permitia ao leitor sentir os cheiros exalados e as texturas das matas e das paisagens do Brasil.

Certas formas de apreender a realidade nacional se repetem em nosso autor: a valorização do peso que a natureza possui sobre as práticas sociais, a psicologia e a

nacionalidade. Assim como a necessidade de um efetivo domínio do meio físico como solução econômica, social e cultural ao atraso do país. Interessante notar que nas considerações finais de Aranha, ele sugere que só a arte poderá integrar definitivamente a natureza e a sociedade. Já Lobato, no fim de sua carta, cita um pintor nacional que, segundo seus padrões, era o único a representar fielmente a paisagem do país: Antônio Parreiras, artista representativo da *Belle Époque* brasileira. Sem demorar em sua biografia, apenas ressaltamos que suas telas priorizavam temas que refletiam a natureza do país. Um exemplo que faz convergir Graça Aranha e Lobato é seu quadro “À Tarde”, de 1887, que poderia ser descrito com as seguintes palavras:

A fazenda, lá no alto, sumia-se no fundo do longínquo horizonte; o imigrante notava o manso desenrolar do panorama, como o de fitas mágicas: casas de moradores, homens, tudo ia passando, rolando mansamente, mas arrastado por uma força incessante que nada deixava repousar. A estrada se alargava, outras vinham aparecendo, desconhecidas, infinitas e incertas, como são os caminhos do homem sobre a terra. (Aranha, 2013, p. 13).

Figura 7: À Tarde, 1887, Antônio Parreiras.



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural⁹⁷

⁹⁷ Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa187/antonio-parreiras>>

Em nossa singela interpretação, o pequeno homem parece ser um caboclo, um colono ou mesmo um viajante, e aparenta se dirigir à habitação, que foi construída entre matas densas. A parte direita do quadro insinua estar sob o domínio da agricultura, entretanto, o que se destaca é a exuberante natureza, a ocupar a paisagem, convidando o homem ao desafio de dominá-la. Gerações distintas, por meios culturais distintos, mas com uma finalidade em comum: integrar o interior do país à civilização, produzindo, com base na plena ocupação do território, uma autêntica identidade nacional e possibilitando o progresso.

Ao longo dos anos em São Paulo, Lobato acumulou estudos, leituras e experiência. Após se formar, volta para Taubaté e, sem esconder a vergonha, foi recebido como um herói de guerra, com fogos e cerveja à vontade. Ele sabia que muito se devia à força social de seu avô na região, assim como sabia que seu título servia mais aos outros que ao que ele pessoalmente almejava. Sem emprego e desolado com a vida da pequena cidade do interior, o autor espera por longo tempo, até que, depois de tortuosa espera, em abril de 1907 foi nomeado para o cargo de Promotor Público da Comarca de Areias, cidade do Vale do Paraíba. Nas palavras dele: “cento e tantos candidatos para esse ossinho – informou-me o próprio secretário Washington Luís (com “s” – ele faz questão). Foi trunfo decisivo uma carta de meu avô ao general Glicério”⁹⁸.

Assim, após interferência do visconde, Lobato alçará seu primeiro emprego e, como a maioria dos herdeiros do café, entrará para a vida pública. Tal informação insere Lobato na lógica que imperava no país, a promiscuidade entre o público e o privado. Mesmo criticando-a com veemência, fez uso da influência de seu avô para obter seu primeiro emprego. Não era o que esperava, porquanto preferia as cidades do Oeste Paulista⁹⁹, porém o capital político do visconde parecia não ser o mesmo. Ao fim, visto o fato em perspectiva, beneficiara-se da prática do patrimonialismo.

⁹⁸ Carta de 14 de abril de 1907, enviada de São Paulo.

⁹⁹ Lobato, em dezembro de 1906, havia percorrido de trem as regiões prósperas do Oeste Paulista. Em seu relato: “O mês de dezembro passei-o todo fora daqui, em São Paulo e no Oeste. Corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite para o dia o Café criou – São Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com quarenta mil almas; Ribeirão Preto, com sessenta mil; Araraquara, Piracicaba, a formosa, e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragens novas, pois em toda a região da Terra Roxa – um puro óxido de ferro – recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente”. Nesta mesma carta, deixava entender que tentou usar os bastidores para conseguir indicação para a rica região: “Lá ninguém mora; apenas estaciona para ganhar dinheiro. Esse meu longo passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas ideias. Tenho de estacionar lá também, Rangel. Estou apertando minhas cunhas para ser nomeado para Ribeirão ou coisa equivalente” (carta de 18 de janeiro de 1907). Deixa-se entrever que a disputa por bacharéis recém-formados por cargos públicos era intensa; os contatos de Lobato não pareciam ser tão influentes.

Areias fazia parte do conjunto de cidades que outrora, entre 1830 e 1870, foram ricas e prósperas, e que se situavam no Vale do Paraíba, sendo a primeira a produzir café na famosa região. Atribui-se a sua derrocada à abolição da escravidão, retirando do eito três mil braços, até cair num estado de extrema miséria e abandono. Eurico Pena assim listou os itens que contribuíram para a derrocada da cidade: a) a epidemia de varíola, b) a abolição em 1888, c) a epidemia de febre amarela em 1900 e d) o êxodo que se seguiu à abolição.

Quando Lobato chegou à cidade, em maio de 1907, ela já se encontrava decadente, sem nenhuma esperança de tornar-se novamente próspera. O comércio se reduziu, o grupo escolar foi fechado, o teatro só existia na memória dos antigos moradores. Nas velhas fazendas, as terras de plantio e as pastagens foram dominadas por matos e samambaias. Contracenando com a miséria da região, viam-se os grandes casarões, com vários andares e mais de 20 janelas e portas. A igreja resistiu, promovendo ainda festas, procissões, leilões de gado e fogos de artifício.

Nas palavras precisas de Lobato ao amigo:

Rangel, Areias! Isto dá um livro à Euclides (e, por falar, Euclides passou uns tempos aqui, ocupando exatamente o quarto que é o meu). Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias foi¹⁰⁰.

Não foi a abolição e as epidemias que afundaram a região, como diziam os nostálgicos moradores. Lobato sabia que existia uma explicação mais profunda sobre o fenômeno que, inclusive, já havia apontado em textos anteriores, apresentados aqui. No entanto, agora com uma reflexão mais apurada e o convívio íntimo com este contexto, pois até seus anos de fama, a partir de 1916, sua vida estará permanentemente vinculada à mentalidade da vida rural e interiorana.

Se Areias era uma cidade decadente e morta materialmente, isso se refletia ostensivamente em sua vida social e cultural, na qual o pouco desenvolvimento econômico e material se refletia na pobreza cultural da localidade.

As seguintes palavras sobre Taubaté valem também para Areias:

Há uma semana que estou preso em casa porque lá fora a semana é santa. Há procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. Nas igrejas, muito consumo de agulhas e fumaças cheirosas, e litânias. Por toda parte, povo – o nosso povo, essa coisa feia, catinguda e suada. Sovacos ambulantes (...). Que urbes, estas nossas! As casas são caixões com buracos quadrados. E nem

¹⁰⁰ Carta de 14 de maio de 1907.

sequer os velhos beirais: inventaram agora o horror da platibanda. Não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não há homens, há macacões. Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia.

Misturando certo elitismo de classe com um urbanismo típico dos estudantes ao retornarem da capital, e amparado na filosofia de Nietzsche, acaba estereotipando a vida rural e interiorana. Em carta do mesmo ano, reclama com o amigo Rangel que as localidades onde habitavam não estavam à altura dos dois, corroborando, na pele, a relação entre cultura e economia.

Dizia Lobato:

Desta Areias onde apodreço há três meses nem o gancho dum Shakespeare tirava sequer um título de drama. Parece-me erro supor que o artista cria independente do meio. Meio píffio, artista píffio – obra d’arte pífia. Entre nós, só no Rio há ambiente para alguma arte – e por isso todos que têm veia para lá acodem. Os que ficam no interior só dão de si água panada¹⁰¹.

Nessa mesma época escreve outra carta a Rangel, comparando a grandiosidade cultural de um país a seu desenvolvimento material, tendo como mote a recente leitura de alguns romances russos. Desse modo, a potência e a grandeza de um romance estão estreitamente ligadas às características sociais, econômicas e geográficas do país.

Em Areias – cheguei ontem – reenceto a velha prosa, mas faço-o enervado por um livro de gênio, o *Crime e Castigo* de Dostoiévski. Que coisa grande e informe é a literatura russa!... Dum livro francês sai-se como dum salão galante onde todos fazem filosofia amável e se chocam adultérios. Dum livro inglês sai-se como dum *garden party* onde há misses vestidas de branco, zero peito e olhos de volubilis da bem azul. Dum livro alemão (alemão moderno, porque nos grandes antigos não é assim) sai-se contente – o inconsciente contentamento do latino vicioso – contente com a brutal paspalhice do tenente Müller (...) contente com o sorriso das gretchens coradas, de touca e carinho nos jardins cheios de soldados em folga, contente com a dona de casa que faz bolos cor de chocolate; contente com as meninas em idade de namoro que discutem pontos de higiene e comem salsichas com mostarda. Do alto da sua ultrarrequeitada corrupção de raça faisandée o latino sorri contente de todas as manifestações alemãs sempre higiênicas, científicas, gordurosas¹⁰².

Continua o autor na missiva analisando a relação entre grandiosidade artística, estilo literário e os aspectos sociais e culturais das nações. Deixa clara a relação entre contextos físicos, sociais e culturais, e com brilhantismo resume a grandiosidade da literatura russa, ressaltando, mais uma vez e sob um novo ângulo, o atraso nacional.

¹⁰¹ Carta de 21 de julho de 1907.

¹⁰² Carta de 31 de agosto de 1907

Mas sair dum livro russo é sair dum pesadelo! Uma simples prisão na Rússia é a Sibéria. Uma simples menina é Sofia Perovskaia, é Anouchka. Um Ricardo Gonçalves lá é niilista e já explodiu um tzar. Um general de brigada, um simples general de brigada, é Tropoff. Um chefe de Estado, essa coisa tão simples, é o Tzar onipotente. Uma estação do ano, uma simples estação do ano, é o inverno de 1813, com os seiscentos mil homens de Napoleão congelados. Um simples prefeito é Rostopchine – e põe fogo em Moscou. Um padre, um simples padre Gazineu, é o pope Gapone. Um camponês, um simples “caboclo da roça”, é um mujik com cinquenta mil piolhos na barba – e que piolhos! Um soldado, um simples soldado como os do destacamento de Areias, é um cossaco do Don – huno! Um credo, qualquer coisa como a religião que o Nogueira queria fundar no Brás, é o Niilismo – e dinamita o Tzar Alexandre! Um motim de rua, um “fecha” popular, é o massacre da perspectiva de Nevsky!... A Rússia é a Grande Esterqueira onde fermenta o Futuro – os futuros valores, os futuros pensamentos, os futuros moldes sociais, as futuras normas de tudo. Toda a literatura russa me dá a impressão disso. Creio que é um dos livros de Turguêniev que termina falando simbolicamente na terra negra... É isso. A Rússia é a Terra Negra da Humanidade¹⁰³.

A experiência do contato direto com o mundo interiorano faz de Lobato um crítico mordaz às concepções pouco realistas sobre a identidade nacional e sobre o país, ainda mais as que apresentavam a figura do caboclo, do caipira ou do homem simples do interior em cores saudosistas, românticas e idealizadas. Sua vivência não o deixa negar as vantagens sociais, políticas e culturais que vivera na moderna capital paulista. Dessa maneira, ao pintar o homem do interior, carrega nas cores, preferindo pecar por “excesso de realismo” a pecar por idealização.

Com sua ironia e sarcasmo, serve-se do estilo caricatural e da descrição pictórica para demolir, sem economizar sinceridade, o mínimo de idealização do mundo rural, do caipira, do caboclo, do bandeirante e das próprias concepções e interpretações sobre o Brasil. Seu personagem principal, Jeca Tatu, como será mais bem demonstrado, despertou reações enérgicas pelo simples fato de ser um conceito com eficiente capacidade para desconstruir as várias imagens existentes sobre o Brasil. Como se o personagem estivesse sempre à espreita, lembrando que o país não era para iniciantes.

Neste ínterim, Lobato casa-se e, em seguida, vêm ao mundo seus primeiros rebentos. As coisas começaram a apertar. Sua situação financeira fica inviável. Apenas suas leituras o confortam. Com pouco dinheiro, começa a traduzir artigos de jornais ingleses e americanos para jornais nacionais, entre eles o *Estado de São Paulo*. Nesse momento, admite que só produzirá por dinheiro e que por uns tostões escreveria sobre qualquer assunto que pedissem.

¹⁰³ Carta de 31 de agosto de 1907.

Figura 8: Fotografias da esposa e filhos de Lobato.

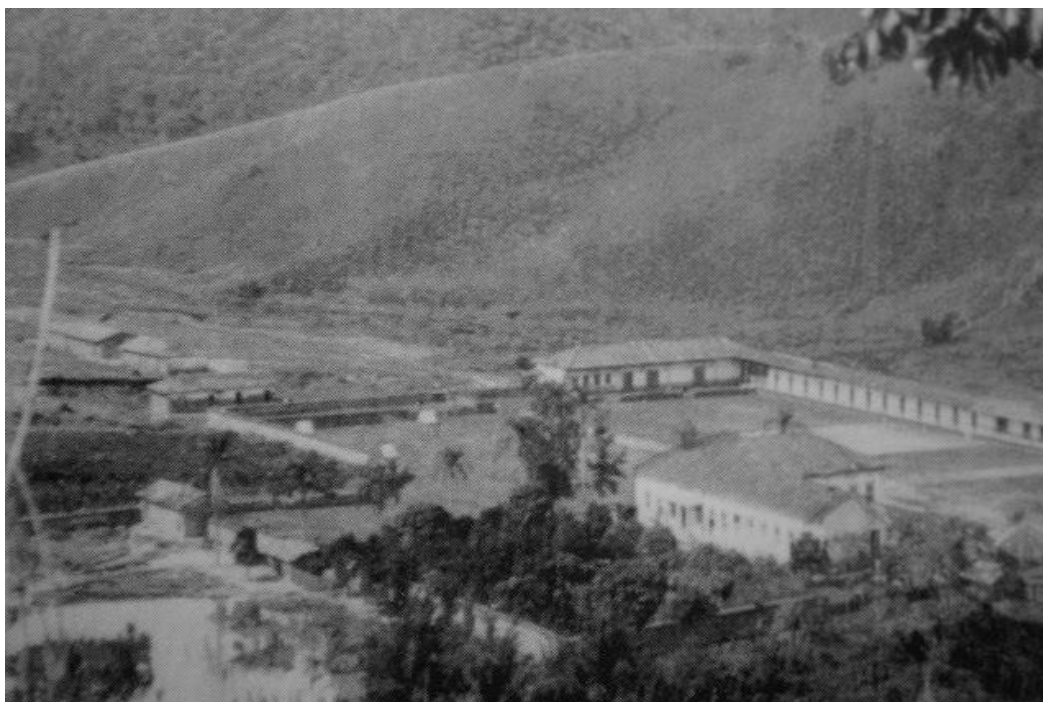


Fonte: Site Ensino - Foto Memória Londrina¹⁰⁴

Em 27 de março 1911, morre de aneurisma o visconde de Tremembé, gerando grande transformação na vida do autor. Em acordo com suas irmãs, torna-se herdeiro da fazenda Buquira, um grande terreno abrangendo 1.515 alqueires de terra, somados à herança do pai, resultando numa enorme propriedade para os padrões da época.

Figura 9: Fazenda Buquira

¹⁰⁴ Disponível em: < <http://ensinofotomemorialondrina.blogspot.com/2014/07/projeto-lobato-auxilia-o-ensino.html> >



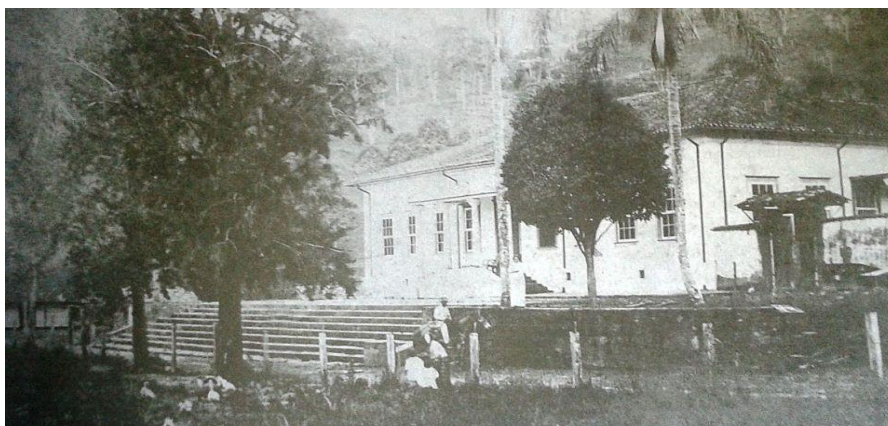
Fonte: Blog "Até a margem do grande rio"¹⁰⁵

Passa então a residir na Buquira, situada na serra da Mantiqueira, com amplas serras e matas, fazenda que tanto orgulhava o avô.

Nas palavras de Cavalheiros:

A casa-grande fora construída numa baixada, formidável casarão de oitenta janelas e portas. Só a sala de jantar media quatorze metros de comprimento. Um tanto lúgubre, com os longos corredores e os inumeráveis aposentos que dariam para abrigar não duas famílias como a do novo proprietário, mas pelo menos cinco. Uma larga escadaria de pedras dava acesso à porta principal; ao redor, formando um quadrado, a casa da máquina, a tulha, antigas senzalas, cocheiros, residência do administrador e camaradas, Atrás da casa-grande o amplo e bem formado pomar. (Cavalheiro, 1962, p. 120).

Figura 10: Fotografia da escadaria da sede da Fazenda Buquira



Fonte: Site Fanfiction¹⁰⁶

¹⁰⁵ Disponível em: < <http://ateamargemdogranderio.blogspot.com/2010/07/o-buquira.html> >

Nesta fazenda Lobato iniciará sua vida de fazendeiro, adquirindo e aprimorando percepções e interpretações sobre o mundo rural brasileiro. Suas leituras continuariam intensas e variadas, porém, tendo agora de dividir seu tempo entre manuais de criação de pintos e textos do Marquês de Sade¹⁰⁷. O vale-paraibano leva a sério sua empreitada e, desse modo, os temas rurais tomam conta de sua correspondência e de seu tempo: café, açúcar, roças de arroz, tipos de gado, raças de galinha, plantações de milho – “não calculas como tomo a sério a lavoura, nem que belezas há na vida do solo. O cruzamento das raças, a hibridação, a seleção – mundos! Tudo biologia ali na fonte”¹⁰⁸.

Monteiro Lobato empolga-se ao ponto de investir pesadamente na criação de galinhas nobres, já que até as galinhas da região eram de *pedigree* duvidoso: “Estou empenhado em fixar uma nova raça de galinhas por meio do cruzamento da Wyandotte Silver-Laced com uma raça crioula que encontrei aqui, muito rústica e adaptada”. Processos modernos e cheios de nova ciência embalam seus sonhos de produtor agrícola revolucionário: “Aplico os processos americanos, que nisto são incomparáveis e têm formado raças maravilhosas. Adoro uma ninhada de pintos – penugentas biologias vivas”¹⁰⁹. Pode parecer forçoso vincular os tempos de fazendeiro a seu entusiasmo com o pragmatismo americano, mas será neste período – no contato com as novas tecnologias agrícolas deste país – que se cristalizará sua convicção do papel imprescindível da ciência, da modernização e da superioridade daquele povo.

Constrói um lago próximo à sede da casa, para criar marrecos de Pequim e patos indígenas, importando porcos, vacas e cabras. “Incrível, mas ando sem folga para uma carta. É que estou construindo um chiqueirão, consertando a máquina de beneficiar café e remodelando americanamente as acomodações das minhas Leghorns”¹¹⁰. É neste contexto de lida diária com a fazenda que começa a germinar algumas reflexões sobre a relação entre o mundo real e a forma como os intelectuais urbanos o representavam.

Em outra carta a Rangel, aponta os espécimes que ultimamente lhe chamam a atenção:

¹⁰⁶ Disponível em: https://fanfiction.com.br/historia/690269/O_Segredo_do_Passaro_Amarelo/capitulo/2/

¹⁰⁷ Como citado neste trecho: “Não conheço o Inocente de D’Annunzio – nada tenho lido ultimamente, fora uns malucos de gênio como o Aretino e o horrível louco que foi o Marquês de Sade. E por falar: desconfio que este marquês é a fonte donde Nietzsche emana – o olho d’água de Nietzsche. Sade está no Index, e é de fato a coisa mais anticristã que possa ser imaginada. Mas é um gênio!” (Carta de 7 de agosto de 1911).

¹⁰⁸ Carta de 19 de agosto de 1912.

¹⁰⁹ Carta de 19 de agosto de 1912.

¹¹⁰ Carta de 30 de abril de 1914.

A maior delícia da minha vida de roça aqui é justamente lidar com pintos, com perus, com bois e cavalos, e do bípede humano só me meter com esta insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim só lido com eles através do “administrador”, a ponte de ligação. E o caboclo ainda é a melhor coisa da nossa terra, porque analfabeto, simples, muito mais próximo do avô Pitecantropo do que os que usam dragonas ou cartola, e se dão ao luxo de ter ideias na cabeça, em vez de honestíssimos piolhos. (19 de setembro de 1912).

A necessidade de mergulhar no cotidiano da lida na fazenda torna-se para Lobato uma oportunidade de se inteirar de mais um aspecto da sociedade e da existência. Passa a enxergar a condição humana sob uma nova perspectiva. Com base nessa experiência, adquire um manancial de novas informações que o levam a observar a vida sob uma dimensão cada vez mais complexa e realista, por fim, fugindo das idealizações. Com criatividade, nosso autor aplica o princípio do romance de formação e da necessidade de uma educação sentimental à realidade que lhe impunha a fazenda.

A verdadeira vida dum artista deve ser esta que estou levando – vida de aprendizagem, como a teve o Wilhelm Meister de Goethe. Viver todas as vidas – depois pintar a Vida. Uns tempos como pedreiro, outros como carapina, vivendo no meio deles, com o aroma das madeiras morando-nos no nariz, mais os cheiros das telhas e da cal e do reboco, com a unha do polegar da esquerda sempre negra das marteladas em falso. (7 de agosto de 1911).

Lobato continua a observar criteriosamente as populações que orbitam pela fazenda. Sendo leitor voraz, logo coloca à prova as produções urbanas voltadas ao homem do campo, tão comuns à época. Em sua correspondência, o vale-paraibano sugere que existia na historiografia e na literatura mundial e brasileira uma tendência a idealizar a realidade social do país. Não apresentavam o que realmente seria importante e informativo: a vida em sua concretude, sem idealizações; os bastidores, a alcova, o dia a dia.

Ao refletir sobre sua mais recente aquisição intelectual, uma coleção de memórias que comprou na capital, anota:

Parece que ando na idade de ler memórias. Só nelas temos o que é possível de história verdadeira, com os *bas-fonds* e as cozinhas e copas da humanidade. A história dos historiadores coroados pelas academias mostram-nos só a sala de visitas dos povos. É um garni uniforme, incolor, tanto na França como na Turquia e Rússia. Mas as memórias são a alcova, as anáguas, as chinelas, o pinico, o quarto dos criados, a sala de jantar, a privada, o quintal – a pele quente e nua, ora macia e lisa, ora craquenta de lepra – da humanidade, a grande humanidade com “h” minúsculo, esse oceano de

machos e fêmeas que come, bebe e ama – e supõe que faz mais alguma coisa além disso¹¹¹.

Deixa entrever que esta mania de fabular também assola a historiografia que se diz objetiva e positiva. Conhecer as paixões mais profundas que movem os homens e, indiretamente, influenciam o desenrolar da história – era isso que buscava nos historiadores, mas não encontrava.

O que na Revolução Francesa me interessa é o que os estúpidos historiadores à moda clássica não contam. Eu quero fatias de vida da época, conservadas aqui e ali em memórias, em panfletos de despeitados. Interessa-me *o bas-fond* da revolução, o formigueiro dos interesses inconfessáveis, a trama secreta dos bastidores, os fios que movimentavam os polichinelos políticos – os subornos. A história fala no patriotismo de Danton, na virtude de Robespierre, mas o que me interessa conhecer é o apetite de Danton, a ambição de Robespierre. Os grandes homens aparecem infinitamente mais interessantes, mais homens, quando despidos das falsas atitudes com que os veste a História – esse reposteiro. (10 de outubro de 1911).

Com efeito, até os grandes personagens do passado ganhavam com a verossimilhança, com a descrição sem preocupações idealizantes de grandeza e nacionalidade. O que interessa a Lobato é a verdade crua, sem roupagens e suja de realidade. Crítica semelhante é feita aos romancistas nacionais:

Uma das vantagens do romancista brasileiro é poder lidar só com virgindades. Nenhum tema nosso tem “barriga suja”. A literatura faz *pendant* com a lavoura; ambas só lidam com matas virgens, terras virgens. Tudo está por fazer. Aqui em São Paulo, quanto elemento de primeira ordem à espera dos Balzacs e Zolas, pedreiros que saibam assentar tijolos! (9 de novembro de 1911).

Lobato, ao apresentar São Paulo como um “personagem à procura de um autor”, instiga no investigador algumas importantes questões: ou desconhecia o que se produzia sobre o Estado e a capital no período, ou conhecia este tipo de produção, mas pelos mesmos motivos que relata sobre a Revolução Francesa, não lhe desperta interesse; ou conhecia esta produção de forma indireta e com pouca propriedade. Após estudar sua obra, pode-se afirmar que conhecia e acompanhava a produção historiográfica e literária de São Paulo, porém, impregnado da vivência rural, reputava a esta produção a pecha de “fantasiosa”. Fica evidente na forma sintética e irônica com que desconstrói, numa carta a Rangel, um mito nacional: o próprio Estado de São Paulo, com seu bandeirante, a economia do café e a ocupação do interior brasileiro.

¹¹¹ Carta de 9 de maio de 1913.

A Terra Roxa, o caboclo queimador de mato, o bandoleiro *avant coureur* da civilização representada pelo colono italiano: o bandoleiro espanta o “barba rala” e permite que o calabrês se fixe na terra grilada; a invasão italiana nas cidades – o Brás e Bom Retiro; a fusão das raças nas camadas baixas – e na alta; o norte de São Paulo invadido pela decadência do estado do Rio e a migração dos fortes para o Oeste... (9 de novembro de 1911).

Na sequência da carta, Lobato diz como seria o romance que pretendia escrever, evidenciando seu interesse, cada vez maior, pelo tipo social do caboclo e sua região:

Um livro de piraquaras, entremeado de lendas ribeirinhas (como a do Minhocão do Paraíba, comparável à Serpente do Mar dos velhos marujos: ouvia-a contar em Queluz), a atmosfera ambiente, o cheiro da água doce, dos guapés apodrecidos; e o marasmo da vida, o sol parado das 2 horas, com cigarras, com a lombeira, com a menina estudando piano – batendo no piano uma escala de Czerny... A empreender a coisa, eu faria assim: estudava o rio desde a humildade do olho-d’água – o óvulo donde ele saiu, até que se fundisse no Nirvana de todos os rios, o mar. Acompanhava-lhe o curso todo, o despejar de todos os afluentes, e as inúmeras coisas que o rio vem criando ou modificando pelo caminho. O nosso piraquara é uma criação do Paraíba, tal qual o lambari, o taiabucu de rabo vermelho, o nhacundá pintadinho. É o homem em função do rio; acessório, portanto; matéria que o rio plasmou – que o rio folga nos anos de bom peixe ou esfomeia nos de penúria – e que envenena nas enchentes, quando a água em redor do piraquara apodrece nas lagoas verdes. Dramatizar o fluir do rio, as tragédias passionais e outras ocorridas nas suas margens, os afogamentos, os desastres etc. E para comodidade da composição, podíamos pôr toda a história na boca dum átomo do Hidrogênio componente duma molécula d’água do Paraíba, que se dissociou, abandonou o Oxigênio e foi escrever suas memórias... (9 de novembro de 1911).

Todo o esforço econômico e crítico de Lobato não resultaram em prosperidade na sua experiência de fazendeiro. Como as fazendas da região, exauridas por técnicas rudimentares e esgotadas por décadas de uso intenso, a Buquirá se mostra dispendiosa e pouco lucrativa.

Como bem descreve Cavalheiro:

Abre os caminhos, constrói as primeiras casas de trabalhadores, os paióis. Planta uma bela roça de milho e milhares de pés de café. Prepara uma roça monstro – 50 alqueires – para feijão. São dias e meses, anos de atividades incessantes, cansativas. Mas também a ele colhe o drama financeiro, e as aperturas financeiras o atucanam com insistência. (Cavalheiro, 1962, p. 24).

Infelizmente, fracassara na vida de fazendeiro, tendo agora, como único sonho, ver-se livre da propriedade, pois já estava cansado. Almejava ganhar a vida de outra forma, se possível na cidade grande. Todo esse processo de desilusão coincide com a intensificação de sua relação com os principais jornais do país, estes já modernizados, passando a colaborar, cada vez mais, com traduções e pequenos textos.

No decorrer dos anos de 1911, 1912, 1913 e 1914, Lobato mostra-se estéril em termos de projetos literários. Apesar de ativo em algumas leituras e debates travados por cartas, lia apenas o bastante para não se bestificar. Confrontado pelo amigo Rangel sobre sua capacidade literária, responde: “Julgas-me então um *raté* pelo simples fato de não haver nas livrarias uma brochura amarela com meu nome na capa? Um rebelde nunca é *raté*¹¹²” (citado por Cavalheiro, 1962, p. 127).

Talvez repetisse a tal afirmação como forma de endossar para si mesmo que o literato que pretendia ser ainda não morrera. Como exemplo de sua vontade criadora, mantinha um caderno de anotações sobre as coisas da fazenda, com expressões típicas dos caboclos, esboços de personagens e temas para aprofundar. Se a fazenda não rendera dinheiro, pelo menos havia oferecido a Lobato matéria-prima suficiente para uma vida de criação artística.

De acordo com Cavalheiro:

É fácil perceber com que minúcia e paciência procura fixar o nome das coisas, principalmente do mundo vegetal ou animal. Uma árvore para ele tem sempre o nome exato: a descrição, da raiz à folha, é minuciosa, perfeita; não lhe falta o mínimo pormenor, por mais insignificante que seja¹¹³.

A fazenda Buquira encontrava-se longe dos centros urbanos, cercada de serras e matas que só eram acessíveis após horas num lombo de cavalo ou numa carroça. Por essas dificuldades, as correspondências muitas vezes falhavam. Era pelos jornais que recebia todo tipo de informação do “mundo civilizado”. Nos períodos de seca intensa, a história sempre se repetia: o fogo queimando forte o que restou de mata virgem, levantando fumaça que chegava a casa, fazendo os olhos do autor arderem.

– Rebentou outro fogo no varjão!, vinha dizer um agregado.
Mal se ia aquele, vinha outro:
– Patrão, o Trabiju está queimando!
– Então, já seis?
– É verdade. Há fogo do Teixeira, o fogo do Maneta, o fogo do Jeca...
– Fogos, ‘signés’!...Que patifes! Mas não de pagar. Denuncio-os todos à polícia.
O rapaz sorriu:
– Não vale a pena. São eleitores do Governo; o patrão não arranja nada.
O homem tinha razão. Eleitor da roça, naqueles tempos, em paga da fidelidade partidária, gozava do direito de queimar o mato próprio e... o alheio¹¹⁴.

¹¹² Citado por Cavalheiro, 1962, p. 127.

¹¹³ Sobre o caderno, ficam evidentes certas características comuns ao modo como os viajantes anotaram, descreveram e analisaram suas informações, posteriormente resultando nas produções e relatos de viagem.

¹¹⁴ Diálogo reproduzido por Cavalheiro, que para a biografia do autor teve acesso a cadernos, diários e cartas pessoais.

É nesse contexto que, em carta, revela ao amigo o projeto que o ocupava, já que a vida de fazendeiro não vingara: dedicar uma obra literária inteira a interpretar o caipira:

Já te expus a minha teoria do caboclo, como o piolho da terra, o Porrigo decalvans das terras virgens? Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia. (7 de fevereiro de 1912).

Percebe-se que a característica central de sua proposta literária, que se materializou posteriormente no *Jeca Tatu*, está dada: apresentar um aspecto importante do país de forma objetiva, sem mediações e sem nenhuma idealização. A figura que buscava retratar era o caboclo, à época, já vinculado ao mameluco e à grandeza dos primeiros bandeirantes; e também relacionado ao caipira, sempre tratado pelos intelectuais de maneira ambígua e pouco objetiva. Torna-se uma ideia fixa, por meio de um romance, retratar esse espécime típico do interior do Brasil e completamente desconhecido do intelectual urbano.

Vou ver se consigo escrever um conto, o Porrigo decalvans, em que considerarei o caboclo um piolho da terra, uma praga da terra. Mas não garanto coisa nenhuma. A vida de fazenda é absorvente; pouco lazer me sobra para pensar em coisas alheias à faina. (9 de abril de 1912).

Entre uma folga e outra, medita e avalia a vida social da região, composta de matéria-prima farta, refletindo e assimilando ideias e teorias dos anos de estudante, aprimoradas pelo tempo. De forma inconsciente, vai gestando uma obra literária “que, realizada, será algo *nuevo* neste país vítima duma coisa”. Apresenta com precisão o principal mal que assolava a intelectualidade do país: “entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura a realidade¹¹⁵”. Naquele momento, o gênero literário não importava – conto, romance ou crônica –; o que interessava a Lobato era uma linguagem despida do estilo “bunda” dos jornais cariocas e da adjetivação desnecessária dos literatos urbanos. Para Lobato tornava-se imprescindível que a ideia central de sua reflexão – a figura do caboclo e seu mundo – fosse apresentada com realismo e objetividade:

Nessa obra aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho-de-galinha, ou como no pombo o piolho-do-pombo, ou como no besouro o piolho-de-besouro – espécies

¹¹⁵ Carta de 22 de outubro de 1914.

incapazes de viver em outros meios. Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta origem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmdea, no útero de uma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. Nasce por mão de uma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba. Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurada no nariz. Vê-lo virar menino, tomar pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mate, matar com picapau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sítio onde nasceu, até que a morte o recolha. Pois ele derrubou com três dias de machado – atorou-a e dela extraiu – uma gamelinha de dois palmos de diâmetro para os semicípios da mulher. Também extraiu da gameleira morta um pilãozinho de moer sal. Como aproveitou a gameleira, assim aproveitou a terra. Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhores da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O Piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante. (A Barca de Gleyre, 1948, p. 363).

Com rotineira ironia e crueldade, Lobato retrata a seu amigo a figura que tanto encabulou. Convida o colega a acabar com as fantasias, pois era urgente matar “o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto – e que até o Ricardo romantizou tão lindo: Cisma o caboclo à porta da cabana...”. A literatura brasileira era produzida, nos centros urbanos, por homens que nunca entraram no mato por medo de carrapato. Se porventura tomam coragem e fazem uma entrada, “a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e ele, por comodidade, entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até vê caipirinhas cor de jambo, como o Fagundes Varela”.

Com escárnio, Lobato recomenda uma forma de curar a cegueira dos homens de letras, que seria distribuindo fazendas na serra para que administrassem. “Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural”. Se o romantismo fez do índio o herói do passado brasileiro, os novos escritores o transfiguraram em caboclo. Prossegue Lobato: “entrementes, colho café, planto feijão, milho e arroz, acompanho a guerra, leio Albalat, fumo cigarros de palha, não pago dívidas”, mas sempre estou a “curiar o caboclo”.

Assim, rastreando a trajetória do autor em seu contexto econômico e cultural, acessamos uma cadeia de elementos apresentados na correspondência ou nos contos, que explicam uma série de paradigmas que o acompanharam durante a vida. São eles a identidade nacional, o valor da ciência, o atraso econômico, as decepções políticas, o caboclo e a forma como o interior do país foi representado pela elite letrada brasileira.

3.2 – A figura do caipira em Lobato

A partir de sua correspondência, e cotejando a publicação dos artigos nos periódicos assinalados, percebemos a consolidação de certas imagens sobre o mundo rural paulista. O primeiro artigo publicado no *O Estado de São Paulo* esboça a síntese da qual emerge Lobato. O artigo intitulado “Entre duas crises” foi publicado em 30/11/1913, marcando o início de sua longa colaboração no periódico. O texto trata de questões relacionadas ao café, especificamente da produção paulista, sempre minada pelos recorrentes problemas nacionais – a especulação, a ineficiência do Estado, a mesquinhez da política local e a ausência do conhecimento necessário.

Usando linguagem carregada de referências literárias, assimilando o jargão cientificista da época e incorporando as queixas do cafeicultor paulista, aponta o principal problema sofrido pela lavoura: “Enriqueceu-se à larga – da riqueza balofa dos encilhamentos, a qual está para a verdadeira riqueza como, no indivíduo, a gordura natural para a inchação doentia”. Prosseguindo na mesma imagem, proveniente da fisiologia do corpo humano, busca tornar claro aquilo que ainda se fazia pouco inteligível aos leitores do jornal, principalmente aos fazendeiros: “Os bancos, aparelhos reguladores da circulação, multiplicadores da moeda, emissores da moeda-crédito, fogem à sua missão repentinamente, trancam os postigos, escorraçam o freguês que só ali poderia encontrar a salvação”. Aproximando-se o momento de liquidar a dívida, continua, “a fauna da prosperidade – empresa, companhia, casa, firmas individuais – nascida e crescida nos dias de pletora como produtos lógicos e espontâneos da inflação do crédito e por ele vitalizados ficticiamente”, adoece, “suprimindo-se-lhe o elemento vital, cessando portanto a hematose do sangue operada pelas correntes do oxigênio-crédito”.

O mundo natural e a valorização do saber científico são referências comuns à escrita do autor, porém, na linguagem de seu tempo, assimila o cientificismo de época ao gosto do público. O fazendeiro Lobato assinala uma solução em meio ao caos da especulação financeira que faz “empresas, companhias e negócios de toda ordem brotarem do chão como urupês”. Lembra ao leitor que os Bancos de custeio rural e os Armazéns Gerais foram imprescindíveis para a saída da crise:

(...) um fornecendo a lavoura o necessário para o custeio das fazendas, até a colheita, outro habilitando e habituando-o a esperar, a calcular, a ser também

negociante, a acompanhar o movimento dos mercados e conhecer melhor o momento oportuno de vender – sem prejuízo do custeio de sua fazenda, que se continuará a fazer à custa do feliz acordo do banco com os armazéns¹¹⁶.

Se os governantes encarassem com seriedade e buscassem soluções eficientes, não restaria outra saída a não ser estimular e “promover os meios de ampliar a latitude desses bancos regionais de modo a beneficiar o Estado inteiro, ganglionando-os¹¹⁷, e ao mesmo tempo aumentando-lhes nas proporções devidas a capacidade de ação”. Nesses termos, explica ao leitor elementos do mundo financeiro internacional, as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais e as possíveis soluções. Apregoa a necessidade do desenvolvimento nacional. Prosperidade que só seria alcançada pelo diálogo estreito entre o conhecimento da realidade rural e a ação racional e eficaz do Estado, por meio de um governo que preze não a mesquinha das pequenas câmaras municipais, que Lobato tão bem conheceu, mas que busque soluções amparadas na realidade e no conhecimento objetivo.

No mês seguinte à publicação do artigo citado, no jornal *O Estado de São Paulo*, aparece pela primeira vez o personagem Jeca Tatu, que fora germinado e produzido a partir de uma trajetória que sintetizava vários aspectos da realidade nacional. A saber: a economia do café, a modernização dos jornais brasileiros, a influência da mentalidade dos cafeicultores paulistas, o regionalismo cultural de São Paulo e a consolidação da ciência no debate social. Nesse sentido, Lobato é reflexo de uma elite rural, de suas novas demandas, da assimilação indireta dos debates intelectuais da época (darwinismo, evolucionismo e o liberalismo), tendo como meio a nova figuração da produção cultural, proveniente da modernização dos jornais brasileiros.

Em 12 de novembro de 1914, no jornal *O Estado de São Paulo*, Lobato publica um conto, sugestivamente intitulado “Uma Velha Praga”. A princípio escrevera para a seção “queixas e reclamações” do jornal, porém os editores sugeriram uma reformulação e a publicação em forma de artigo de opinião. Sem antever o impacto de seu artigo, mas já inserido na lógica de produção cultural da época, Lobato apresentaria, pela primeira vez, um dos personagens mais representativos do imaginário rural brasileiro, o Jeca Tatu.

¹¹⁶ Estado de São Paulo, 30/10/1913, p. 2.

¹¹⁷ Devido ao sentido vinculado ao contexto de época, fica difícil captar seu real significado. É interessante notar que o termo, proveniente da medicina, foi usado por Oliveira Vianna e Guerreira Ramos para definir partidos políticos. Vide Junior, Edson Bariari, *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*.

O artigo começa chamando a atenção do leitor, tão sensibilizado pelas terríveis imagens produzidas pela inédita violência que queima grande parte da Europa. A Primeira Grande Guerra tivera início naquele ano, sendo amplamente divulgada pelos jornais brasileiros. No entanto, essa sensibilidade não era tocada pela situação do interior do Brasil, cujas serras também ardiem em chamas, e cuja origem está vinculada a um antigo problema e a um particular personagem do mundo rural. Além de completamente desconhecido pelos centros urbanos, o caboclo, quando abordado, era idealizado pela literatura urbana. Entretanto, ao se aproximar desta realidade, evidenciava-se apenas o puro atraso e a indolência, estando o caboclo mais próximo do estado de natureza do que da civilização.

A cultura material do caipira se resumia a um canivete, um pilão, um rolo de fumo e uma arma de caça. Quanto à cultura imaterial, seria formada por nada mais que credices e cantigas lamuriosas, sem nenhuma expressividade orgânica. Possuía uma fonte alimentar herdada do indígena – reduzida a pequenas caças, pescas, arroz, feijão e milho, plantados em pequenas roças – e “no vazio de sua vida semisselvagem, os incidentes são um jacu abatido, uma paca fígada na água ou o filho”.

Completam o rancho um cachorro sarnento – brinquinho, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de estilização iniciada com os remotíssimos avós. (Lobato, 2007, p. 163).

Numa sugestão cinematográfica, Lobato afirma que onde essa triste figura era avistada, logo poderia se ver destruição. Descreve de forma sucinta e viva o avançar da queimada, como se a grandeza e a complexidade do fogo fosse inversamente proporcional à pequenez de seu agente e à insignificância do homem que habita estas matas.

O sol quase a pino queima como chama. Um “sárcoptes” anda ali, ressabiado. Minutos após crepita a labareda inicial, medrosa, numa touça mais seca; oscila incerta; ondeia ao vento; mas logo encorpa, cresce, avulta, tumultua infrene e, senhora do campo, estruge fragorosa com infernal violência, devorando as tranqueiras, esturricando as mais altas frondes, despejando para o céu golfões de fumo estrelejado de faísca. É fogo de mato! E como não detém nenhum aceiro, esse fogo invade a floresta e caminha por ela adentro, ora frouxo, nas capetingas ralas, ora maciço, aos estouros, nas moitas de taquaruçu; caminha sem tréguas, moroso e túbio quando a noite fecha, insolente se o sol o ajuda. E vai galgando montes em arrancadas furiosas, ou descendo encostas a passo lento e traiçoeiro até que detenha a barragem natural dum rio, estrada ou grota noruega. (Lobato, 2007, p. 163).

Para Lobato, a queimada que destrói a riqueza natural do país e anula a fertilidade do solo é produto da ação do caboclo, um ser que age sob uma única regra, “a lei do menor esforço”, ensinamento que passa de geração a geração. Arredio à mudança, quando o ventre do solo seca, apenas muda de lugar, levando consigo seu fumo, cachorro, família, seu temperamento soturno e a destruição. Apenas no último parágrafo do referido artigo, Lobato o denomina: trata-se do Jeca Tatu, nome que se transforma em símbolo de um tipo social brasileiro, o caboclo.

Em entrevista à Silveira Peixoto, fornece importante e reveladora informação, a saber, a origem do nome Jeca Tatu:

– Na fazenda do Paraíso... é preciso dizer que a Fazenda do Paraíso era de meu pai. Ficava um pouco além de Tremembé (...). Ali, um dia, conheci nhá Gertrudes Reboque... uma velhinha que morava num rancho a beira da estrada... vivia falando num neto que significava para ela o maior homem do mundo. Votava-lhe admiração incondicional. O Jeca – assim se chamava o menino portento – era colosso aos seus olhos de avó. E de tanto falar no Jeca nós quisemos conhecê-lo. Devia ser uma coisa de extraordinário, o tal neto de nhá Gertrudes. E pedimos-lhe que aparecesse com o Jeca na casa da Fazenda... Apareceu. Que decepção! Um bichinho feio, magruço, barrigudo, arisco, desconfiado, sem jeito de gente. Algo horrível! Por isso mesmo, o seu nome ficou na minha cabeça. Anos mais tarde, precisando dar nome a um personagem caboclo, logo me veio à tona a figura desajeitada do Jeca – o mais jeca de todos os jecas que tenho visto (...). A princípio eu lhe havia dado outro sobrenome. Chamei-lhe Jeca Peroba. Não soou bem. Mas lembrei-me de que poucos minutos antes um capataz da fazenda – o Chico – me falara nuns tatus que andavam estragando uma roça de milho. Adotei o Tatu. Curioso: Jeca, eu o conhecera de vinte anos: dos tatus só meia hora antes o capataz me havia falado. Dessa mistura, através dos anos, foi que surgiu o Jeca Tatu. (Lobato, 1948, Vol. 13, p. 190-191).¹¹⁸

O artigo teve uma notável e prolongada repercussão no público leitor da região de São Paulo e, indiretamente, das outras regiões do país, como assinala o próprio autor, em carta de 1915, ao seu amigo Godofredo Rangel: “(...) a **Velha Praga** não cessa a peregrinação. Já foi transcrito em sessenta jornais, conforme me informa redator dum jornal de Guaratinguetá. Acho muito, e se consigno é para frisar a ignorância em que andamos de nós mesmos: a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho” (Lobato, 1968, p. 10).

De acordo com Passiani, um dos principais alvos do criador do personagem Jeca Tatu era a idealização romântica do caboclo brasileiro.

¹¹⁸ Nota-se a forma como o biótipo do caboclo e seus modos ariscos impressionaram Lobato, assim como as características voltadas à ausência de humanidade e civilidade; por fim, a associação explícita à característica de destruição, seja da obra da natureza, seja da civilização.

O desejo de conhecer a “realidade” brasileira faz Lobato atacar frontalmente o romantismo: aqueles caboclos heroicos e fortes, decantados por alguns românticos, não correspondem aos de carne e osso que Lobato conheceria; o romantismo, segundo ele, tratou de falsear a realidade ao idealizar uma figura quase mítica, sem nenhum apego ao mundo concreto, atrapalhando, com isso, o acesso aos “verdadeiros” problemas nacionais. O caboclo, ao contrário do que o sertanismo e o indianismo românticos preconizavam, era, de acordo com Lobato, fraco, indolente, mal-cheiroso, supersticioso e feio. (Passiani, 2003, p. 121).

Portanto, o artigo inaugural sobre Jeca Tatu não é fruto apenas de uma reação espontânea a uma queimada, mas diz respeito a um conjunto de ideias construídas gradativamente e assentadas no imaginário social e na percepção do próprio Lobato sobre o caipira e os principais dilemas que desafiavam o campo intelectual do Brasil (Schwarz, 1993; Sevcenko, 1995).

Após percorrer as descrições, hábitos e a lógica da lavoura cafeeira na região do Paraíba, nota-se que as práticas condenadas por Lobato são as mesmas que seus antepassados do Vale do Paraíba reproduziam. A linguagem racista e determinista lembra a linguagem utilizada por esses antepassados para descrever os escravos e justificar a dureza de tratamento contra os negros e os agregados. Desse modo, fica a impressão de que o autor usa a figura do Jeca Tatu para verbalizar, também, seu rancor e ódio de fazendeiro falido, exorcizando os erros do passado rural paulista. As acusações feitas por ele mantêm a mesma retórica das críticas feitas às práticas pouco racionais dos cafeicultores da região do Vale do Paraíba em seu apogeu econômico.

A grande circulação do artigo, que de certa forma possuía ares panfletários, e os debates que gerou fizeram com que Lobato redigisse novo texto, onde apresenta com mais riqueza de detalhes o seu personagem. Em 23 de dezembro de 1914, nas páginas do *O Estado de São Paulo*, onde meses antes nascera Jeca Tatu, o personagem será batizado, em artigo com título “Urupês”. Em seguida, apresentaremos da forma mais sucinta possível o importante artigo.

Para descrever o caboclo, antes precisou destituir tudo que contribuía para a mitificação do homem do campo. Se a idealização do interiorano nasce com o romantismo e os homéricos heróis de José de Alencar¹¹⁹, ela tem continuidade na literatura regionalista produzida por homens urbanos. Contrapondo o romântico José

¹¹⁹ Como sugerem Lima (1999), Murari (2009) e Sussekind (1990), existiu uma plataforma política e cultural que pretendia atribuir uma nacionalidade ao povo brasileiro a partir da imagem fantasiosa do índio durante o Segundo Império. José de Alencar não foi o único a contribuir para esse tipo de literatura, contudo ficou como símbolo de ligação estreita entre Império, regime escravista e literatura nacional.

Alencar a Rondon, vislumbra a esperança de que um dia o país abandone as idealizações e encontre a população real. Como fez Rondon ao contrapor o índio de Alencar a “um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e covarde, traiçoeiro e ruim”, tão incapaz de força física como incapaz moralmente de amar, sendo mais fácil “o filho de araré a moquear a linda menina num braseiro de pau-brasil”.

Para Lobato, essa prática romântica fez escola no país; o indianismo não havia morrido, mas apenas se transformou em caboclo, definido por ele como a tendência de descrever aquilo que não se conhece, com tintas idealizadas e sem objetividade alguma. Desse modo, o caboclo fantasiado está mais próximo do bom selvagem de Rousseau do que da realidade brasileira, nada esclarecendo sobre a situação bárbara do interiorano.

O cocar de pena de arara passa a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé, o tacapá mudou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje a espingarda traxada, o raucisono¹²⁰ boré descaiu sordidamente para o piu do inhambu, a tanga ascendeu à dignidade de camisa aberta ao peito, mas o substrato psíquico permaneceu o mesmo¹²¹.

Assim como o indianismo fajuto de Alencar foi desbancado, viria a nova geração a desconstruir o caboclo. Entretanto, percebe Lobato a dificuldade em apresentar o real homem do campo ao país, pois “o caboclo é o menino Jesus nacional”, sendo frequente figurões da elite se orgulharem em afirmar: “Sou raça de caboclo”. Desse modo, ao reeditar a figura do caipira, firma o que a raça tem de pior, “metida de permeio entre o europeu transplantado, criador de artes e indústrias, e o selvagem de taboinhas no beijo, uma existência a vegetar de cócoras, insensível ao evoluir circunvolvente. E que nada a põe de pé”.

Nada despertava o caboclo de seu pobre mundo, seja a Independência, seja a abolição da escravidão ou a instauração da República. Assim, “quando Jeca Tatu – piraquara do Paraíba e maravilhoso epítome de carne onde se resumem todos os caracteres típicos da raça” – quer falar com o fazendeiro, bota-se de cócoras, pois só assim destrava a língua e a inteligência. Imagem permanentemente usada por Lobato como metáfora de um povo que vê a vida passar com assombro e sempre a se acocorar. Nessa mesma posição, à noite, em sua casinha de palha, fica ao redor do fogo para melhor “aqueotá-lo”, sendo imitado pela mulher e pelos filhos. Para comer, negociar

¹²⁰ Possui som rouco. Silva, 1838, p. 288.

¹²¹ *Estado de São Paulo*, 23/12/1914, p. 6

barganha, tomar um café, queimar cabo de foice, e no mercado onde vende um pequeno maço de palmitos e o cacho de brejaúva, insiste na mesma posição acocorada.

As quinquilharias que vende no mercadinho merecem atenção crítica, pois são um vislumbre de seu trato psicológico. Sempre prezando o menor esforço – a única lei que segue à risca –, só apresenta no mercado produtos que a natureza, por descuido, derramou nas matas, restando-lhe o trabalho de erguer os braços e apanhá-los: “cocos de tucum e jussára, guabirobas, bacuparis, maracujás, jatahy, pinhão, orquídeas, ou artefatos de taquara-pora, peneiras, castinhaes, samburás, pios de macuco, tipitis, ou utensílios de madeiras macias de talhe; gamelas, pilõezinhos, colherões de mexer marmelada”.

Em seguida, a moradia do Jeca é apresentada – “prodigioso libelo de sapé e barro que não pede meças à biboca dum bosquímero”. Não possui nenhuma mobília; a cama se resume a uma esteira de peri, sobre o chão de terra batida, não tendo mais que um banquinho de três pernas para os hóspedes. Se é possível se equilibrar com três pernas, economiza-se o trabalho de colocar uma quarta, pois não vê necessidade de melhores assentos, já que a natureza o dotou de grossos e rachados pés. Não usa talheres, pois “não é a munheca um talher completo, colher, garfo e faca a um tempo?”. Tudo somado a umas cuias, gamelinhas, um pote “embeijado”, a pichorra, a panela de feijão, desconhecendo armários e baús. Dessa maneira, guarda a roupa no corpo e os mantimentos num cantinho da casa. Para a banha, criou um cipó preso à cumeeira com um gancho na ponta e um disco de lata, onde pendura toucinho, ficando assim protegido de ratos e gatos.

Nas paredes vê-se encostada uma espingarda pica-pau, o polvarinho feito de chifre, uma imagem de São Benedito, o rabo de tatu e as palmas bentas, que segundo a ciência dos avós, ao serem queimadas acalmam as tempestades violentas. Das paredes caem pelotas de barros, abrindo fendas que ali ficam sem reforma. Se a palha do teto abre, deixando escorrer água da chuva, corre o Jeca a empurrar uma gamela para amparar a goteira. Por que gastar forças e arrumar a casa, se esta dura cinco anos e só faltam mais dois? Logo vai mudar de lugar e construir outra. Contudo, se as paredes ameaçam cair, o Jeca não espera, e fazendo uso do menor esforço, “coloca uma Nossa Senhorinha, adquirida a seis vinténs de um mascate. Um toco de pau dispensaria o milagre, mas entre apensar um santo e tomar foice, subir ao morro, deitar abaixo a canjarana, atirá-la, baldeá-la às costas, especar a parede, o sacerdote da grande lei não vacila”.

Um terreirinho calvo rodeia a casa, onde o mato já avizinha, sem pomar e sem jardim, visto que, segundo sua razão, por não ser sua terra, quando o tocarem adiante, que não fiquem coisas que a outro sirva. Porque boas frutas abundam no mato, porque a criação estraga, porque... sempre porque. Qualquer esforço não compensa, não paga a pena. O truísmo torna-se a filosofia oficial da “raça grulha” e o fatalismo torna-se uma lei; para o caboclo apenas o luxo não vale a pena.

Os alimentos principais são a mandioca, o milho e a cana – esses sim valem o esforço. O primeiro por ser pão já amassado pela natureza; é só arrancar a raiz e botar na brasa, que já sai o “pão” prontinho, não exige colheita nem celeiro. Seu plantio é o mais simples, com um pedaço de pau faz-se um buraco raso, deita três pedaços da planta, soterra e espera crescer, depois é só puxar a raiz e colher o “pão”. A lombeira que tem se deve à mandioca, entretanto, enquanto tiver nas mãos um pão que pede pouco esforço, o caboclo continuará assim, acocorado.

Para Lobato, a natureza e suas facilidades condenaram o pobre homem a uma vida parasitária.

O vigor das raças humanas está na razão inversa da hostilidade do ambiente. Se o holandês extraiu a Holanda, essa joia do esforço, de um brejo salgado, à força de estacas e diques, é que nada ali o favorecia (...). Há bens que vêm pra males; a mandioca ilustra esse avesso do provérbio.

A cana que dá rapadura, para o caboclo simplificador da vida, dá a garapa, pois, por não ter moenda, torce à mão o gomo da gramínea sobre a caneca de café, e assim adoça a bebida e se vê livre dos complicados trâmites que levam da cana à rapadura. Sobre os restolhos cresce ainda o bom pé de milho. Eis a base de sua dieta diária: mandioca na brasa, café adoçado com garapa e fubá de milho.

Nesta parte do artigo é apresentada outra figura do campo, “o sitiante, mas já com um pé fora da classe”. Descrito como o vizinho próspero do caboclo, o sitiante é dono da terra onde mora, ainda possuindo uma égua, um monjolo e uma espingarda de dois canos. Faz o país sentir seu peso na política, com seu voto, e na economia, com o polvilho que fabrica e vende na vila, conseguindo até economizar 500 mil-réis no fundo do baú. Com astúcia, barganhou um cavalo cego por uma égua manca, e com este ato despertou verdadeira admiração do nosso Jeca. Aos domingos, o invejado vizinho vai à vila, montado no lombo de uma égua, com seu filho, mais um potrinho a trotar com o recém-nascido enrolado no colo da mulher, e atrás o cachorro Brinquinho.

Prossegue Lobato:

O ato mais importante de sua vida é indubitavelmente votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta de casamento sarjão furadinho de traça e vincada de dobras, entala nos pés de botinas de bezerro, ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, rangendo e maneado, vai pegar diploma à casa do chefe que lhe o guarda para garantia da sua fidelidade partidária.

Não sabe muito bem em quem, mas sempre vota, ficando orgulhoso de seu dever; até se mete em briga com a oposição, que lhe gera dois galos na cabeça. Com heroísmo volta à fazenda para devolver-lhe o diploma e receber o abençoado aperto de mãos e a promessa de fazê-lo ocupar a inspetoria de quartirão. Após descrever prática corriqueira nos interiores do país, o voto de cabresto, Lobato volta a seu personagem principal, o caboclo.

A extrema simplificação de sua vida se expressa na moral e na mentalidade. Sua cabeça é recheada de superstições. Assim como sua casa é sua mente, os utensílios pobres de seu casebre têm seus representantes nas poucas ideias; suas noções práticas do cotidiano foram herdadas do pai e intactas passarão ao filho. Ignora tudo sobre o país, não sabe o que é pátria, logo desconhece o sentimento de patriotismo. Sabe que o mundo é vasto e que sempre haverá mais terras adiante – “muito longe está a corte, com os grandes, e mais distante a Bahia, donde chegam baianos pernósticos e cocos”. Do presidente sabe apenas que é quem manda em tudo, e em matéria de civismo mantém a mesma postura.

– Haverá guerra, vai você defender o país, Jeca?

– Guerra? T’sconjuro, meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar do “reclutamento” sou capaz de cortar o dedo como meu tio Pedro.

Tudo que remete ao governo – guerra, defesa nacional, ação administrativa – para o caboclo se resume em “reclutamento”. Chegou a fugir para o mato quando a República fez o recenseamento, achando que era um novo “reclutamento”. Na medicina segue a mesma qualidade de sua mobília e de seu civismo. Na escuridão em que emerge seu cérebro “lampejam apózemas, cerotos, ar robes e eletuários¹²²”, fazendo um compêndio que carrega em si, causando inveja a um Chernoviz. No entanto, a galhofa cessa ao ver a rede que dois caboclos usam para levar para a cova as últimas vítimas de tal “farmacopeia”. O curador ou o curandeiro, “de pés no chão e cérebro

¹²² São óleos e poções típicas da medicina rural do caipira, sabedoria esta adquirida pelos indígenas e atualizadas com as tradições da farmacologia popular do europeu (Holanda, 1992).

trancado como moita da taquaruçu”, aplica as mezinhas no doente. O veículo mais frequente da droga é a pinga, a deusa da roça, que conta com fiéis seguidores.

Para toda enfermidade tem sempre uma cura: se for bronquite, é só o doente cuspir na boca de um peixe vivo e soltá-lo, pois o mal afunda junto com o peixe; no “quebranto de ossos”, a cura requer mais capricho: junta três contas do rosário, três galhos de alecrim, três limas-de-bico, três galhinhos de arruda, três ovos de pata preta, com casca, e um saquinho de picumam, deita tudo em um gamela com água e molha o doente, fazendo-o beber três goles da mistura. Não tem quebranto que resista. Já para brotoeja basta cozinhar beijo de pote para o banho, sem esquecer que a mãe do doente molhe na água a ponta de sua trança. A invulnerabilidade a facadas e chumbo se adquire graças à flor da samambaia. Além da alopatia, ainda possuem a simpatia, baseada na “influxão misteriosa de objetos, palavras e atos sobre o corpo humano”. Rituais que dariam um in-fólio operoso a Silvio Romero.

A ideia de Deus e dos santos torna-se “caboclocêntrica”, uma vez que são estes que lá de cima interferem na vida do caboclo. Dessa maneira, a torcedura de pé, o pote que quebra, um estrepe, tudo advém da corte celeste. “Se tudo é movido pelos cordéis lá de cima, para que lutar, querer? Deus quer.”

Sobre sua arte, será que pelo menos essa se salva? Os camponeses europeus ucranianos, mujiques, franceses, em sua miséria, todos produziram – vestuário, utensílios domésticos, cerâmicas, bordados, móveis, cabos de armas talhados e as canções com ritmos sugestivos –, compondo uma arte rústica, que por sua força e grandeza serve de sugestão aos artistas de valor.

Até mesmo os trogloditas da pré-história, no fundo de suas cavernas foram arrastados por um sentimento maior, deixando marcas nas paredes e objetos cravados de arabescos. Entretanto, o Jeca Tatu foge à regra; nada em seu casebre denuncia um sentimento nobre, nem mesmo próximo ao de um troglodita pré-histórico. Às vezes surge um gênio da música: “ei-lo na viola; concentra-se, tosse, cuspilha e pigarra, fere as cordas e tempera. E... fica nisso, no tempero”. Poderiam questionar se isso não seria a modinha brasileira, mas a modinha, como as demais manifestações artísticas brasileiras, é obra do mulato, que tem sangue europeu, “marcado pela imprimadura selvagem, alegre e sã do negro”. O caboclo saturno não canta senão as rezas lúgubres, não dança senão o batuque monótono, não esculpe nem o cabo das facas, não compõe canções, nem mesmo assobia.

Em meio à natureza brasileira e sua deslumbrante fauna e flora, rica em formas e cores, com seus ipês, onde florescem os cedros repletos de tagarás, onde há abelhas de sol, cigarras, sabiás, perfume, céu, luz e uma vida dionisiaca, “o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a hibernar nos recessos úmidos da mata”. Em duras palavras, Lobato encerra seu artigo: “só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive”.

Os motivos pelos quais essas imagens foram produzidas e ganharam profunda aderência na memória social brasileira estão intrinsecamente interligados, podendo assim ser sintetizados: uma estrutura econômica (a economia do café) produzindo uma superestrutura política, social e cultural (uma República composta por uma sociedade urbana e modernizada), e assim permitindo compreender a trajetória de um personagem característico de seu tempo (Lobato e seu Jeca Tatu). Após a apresentação dos dois polêmicos artigos, voltamos à questão inicial: *quais foram os motivos que possibilitaram que o personagem Jeca Tatu, construído por Monteiro Lobato, tivesse tamanho impacto ao ponto de se cristalizar na memória social do brasileiro?*

Podemos sugerir, como vários autores já apontaram, que a criatividade artística e retórica de Lobato foi um fator crucial para o sucesso de seu personagem. Entretanto, percebe-se que o Jeca Tatu, que se refere ao caipira, também abarca consigo, indiretamente, toda a estrutura e superestrutura que o acompanha e fundamenta. A economia rural brasileira produziu, entre outros tipos sociais, o caipira e seu mundo. Esta realidade, o mundo rural, na época, fora interpretada a partir de várias óticas e clivagens. Trata-se de uma característica comum aos intelectuais da Primeira República refletir sobre tais problemas.

Lobato, com sua linguagem caricatural, econômica e pictórica, caracterizou com precisão e realismo o caipira na figura do Jeca Tatu, acrescentando ainda precisas generalizações em relação a padrões de comportamento, disposições psicossociais e práticas culturais típicas daquele mundo. Essa estrutura econômica foi responsável pela composição não apenas do mundo do caipira, mas, igualmente, da formação econômica e social do Brasil como um todo. Nesse sentido, as generalizações usadas para caracterizar o Jeca Tatu cabem não só ao caipira, mas ao fazendeiro, ao bandeirante, ao intelectual urbano, aos políticos, ao paulista, ao carioca, até mesmo a Monteiro Lobato. Enfim, o Jeca Tatu transforma-se no próprio brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenrolar da pesquisa, a documentação estudada e a produção historiográfica e sociológica sobre o período apontaram que o personagem Jeca Tatu representava não apenas o caipira paulista. Na própria linguagem usada por Lobato, nas suas metáforas, nas imagens, nos lugares-comuns, nos exemplos e na tipificação do meio natural e econômico, o autor menciona também toda uma estrutura econômica portadora de um conjunto de práticas sociais, políticas e culturais específicas de uma esfera da sociedade brasileira (o mundo rural). Toda essa infraestrutura teve como um dos resultados a figura do caipira (também chamado caboclo). No entanto, deste mesmo mundo resultou igualmente a consolidação da oligarquia rural, da miscigenação, da mentalidade provinciana brasileira, da literatura “sorriso da sociedade”, do patrimonialismo, do fenômeno de Canudos, do bacharelismo e da subserviência cultural da elite urbana cosmopolita. Em outros termos, a figura do Jeca Tatu sintetizava uma realidade brasileira que precisava ser superada para a consolidação de uma efetiva civilização e do progresso.

Para ilustrar esse caráter ambíguo do Jeca Tatu, vale relembrar um episódio envolvendo o então candidato à presidência, Rui Barbosa. Embora sabendo da pouca chance de vencer as eleições de 1919, aceitou a candidatura e usou a campanha eleitoral como espaço para propagar novas perspectivas políticas, econômicas e judiciais ao país. Fazia oposição a um sistema político que já se demonstrava desgastado, a lógica da política café-com-leite.

Consciente do fato de que significativa parcela do empresariado conservador optara pelo apoio à sua candidatura, decidiu que seu primeiro discurso seria proferido para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, que mesmo representando uma parcela conservadora da sociedade, parecia mais disposta a debater as mudanças desejadas pelo novo empresariado, neste caso, o paulista. Seu discurso serviu para registrar “um momento em que as coisas pareciam invertidas aos olhos da moral burguesa – e sem possibilidade de mudanças”. Era o cenário oligárquico ainda promiscuamente ligado ao Estado e com uma democracia de fachada.

Interessa-nos particularmente o segundo discurso, proferido no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, no dia 20 de março do mesmo ano, cuja plateia era formada por

operários. O político que um dia havia afirmado não conseguir se dirigir a uma turba de gente simples, abriu seu discurso com a seguinte questão:

Senhores: Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, “entre as formadoras da nossa nacionalidade”, se perpetua, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso”?¹²³

Diferentemente da conferência anterior, focada na modernização econômica e jurídica do país, para este público fez-se necessário utilizar uma imagem que fosse minimamente inteligível ao eleitor e potente em termos retóricos para o candidato. Com sua habilidade magistral em lidar com as palavras, Rui faz um preciso resumo do conto e do personagem Jeca Tatu:

Um fatalismo cego o acorrenta à inércia. Nem um laivo de imaginação ou mais longínquo rudimento d’arte, na sua imbecilidade. Mazorra e soturna, apenas rouqueja lúgubres toadas. “Triste como o curiango, nem sequer assobia.” No meio da natureza brasileira, das suas catadupas de vida, sons e colorido, “é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas. Não fala, não canta, não ri, não ama, não vive.”¹²⁴

O simples fato de Rui Barbosa ter citado o autor e a obra foi responsável diretamente por uma nova guinada nas vendas do livro *Urupês* e na consolidação definitiva da fama de Monteiro Lobato como intelectual e intérprete do país. Com isso o vale-paraibano atingirá maior notoriedade, alcançando prestígio em todos os rincões do Brasil e também no exterior. Gilberto Freyre¹²⁵ evoca o episódio, em artigo sobre Lobato, para reforçar o valor precursor e inédito da obra *Urupês* em apresentar o verdadeiro Brasil ao brasileiro.

Ao apontar para *Urupês* como livro vigorosamente revelador de um Brasil quase desconhecido, na sua realidade social mais crua, Ruy Barbosa juntara-se, em 1919, aos muitos brasileiros desconhecedores desse Brasil ignorado. E confessava-se esclarecido por Monteiro Lobato sobre uma angustiada realidade nacional que ele, Ruy, envelhecera, no alto do seu apolíneo gabinete de político, de parlamentar, de tribuno, de constitucionalista, de jurisperito, de purista, de sabedor da língua e dos clássicos, desconhecendo-a, tanto quanto, meio século antes dele, positivistas do Rio de Janeiro e de São Paulo haviam amadurecido nos seus saberes matemáticos, abstratamente sociológicos, de discípulos brasileiros de Comte, ignorando haver na Bahia

¹²³ Barbosa, 1999, p.367.

¹²⁴ Barbosa, 1999, p.368.

¹²⁵ Em sua particular forma de enaltecer Lobato, Freyre relembra, neste artigo, que fora o vale-paraibano o primeiro a publicar seus textos fora de Recife, quando ainda era estudante nos E.U.A, sendo o fato, por si só, exemplo da inteligência e perspicácia de Lobato.

sertanejos do tipo dos de Canudos. Dos revelados pelo grande autor de *Os Sertões*.¹²⁶

Portanto, Freyre sugere que a grande virtude de Lobato fora fazer o grande intelectual Rui Barbosa, no auge de sua maturidade, buscar no literato estreante informações precisas sobre o país. Haja vista que, Lobato, assim como Euclides da Cunha, foi, também, responsável por apresentar a dura realidade da gente do Brasil aos doutos brasileiros. Pontuando, dessa maneira, o aspecto não apenas descritivo, mas interpretativo do personagem Jeca Tatu.¹²⁷ Entretanto, mais curioso ainda é que nem Freyre nem Lobato fazem menção aos reais motivos para que o “águia de Haia” usasse *Urupês* como mote para se dirigir aos operários cariocas. Assim, o candidato Rui Barbosa, na sua reconhecida retórica, deixa de lado o livro e menciona diretamente o autor:

Não sei bem, senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e de tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma cousa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, *a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram*¹²⁸.

O Jeca Tatu surge para Rui Barbosa como uma imagem rica o suficiente para que os excluídos da modernidade, no caso, os operários, com ela se identificassem, e, na retórica estereotipada de Lobato, reconhecessem o próprio mundo. É também ilustrativo enquanto exemplo da maneira como operava a mente da elite brasileira. Torna-se significativo o contexto, pois, ciente de seu público, num momento de crise da elite oligárquica brasileira, Rui Barbosa distorce a interpretação mais comum sobre Jeca Tatu, tocando na ferida da elite intelectual do país. Que seria o seguinte impasse: constituir uma genuína nacionalidade brasileira, com base numa plena modernização econômica, política e cultural, alcançando, por fim, o Brasil ao patamar das grandes civilizações. No entanto, a custo de uma população miserável e excluída, fruto de uma estrutura econômica e social intrinsecamente desigual. Desse modo, para a elite, o problema nacional se encontrava na própria população pobre e/ou do interior, seja na formação étnica, seja na sua resistência à modernização, ou, seja pela sua própria

¹²⁶ Freyre, 1981, p.163.

¹²⁷ Quase um novo *Os Sertões*. Era realmente a afirmação de um escritor como não parecia haver outro, tão inovador, na língua portuguesa e de crítica social de uma violência que me lembrou a do estadunidense Henry L Mencken. Diferente. Pessoal. Insólito- Renovador. Inovador. E, muito à sua maneira, caricatural. Freyre, 1981, p.157.

¹²⁸ Barbosa, 1999, p.369.

existência. E, assim, de certa forma, ignorando um aspecto crucial, a forma como o país se constituiu, tendo como base a monocultura de exportação, o trabalho escravo e a permanente e necessária exclusão das camadas sociais marginalizadas – índios, negros, caboclos, interioranos, pobres e sertanejos. Como de costume, buscavam soluções fáceis para a difícil e complexa situação do país, tais como, a república, o saneamento básico, a reforma da educação, o petróleo, e, assim, se esquivando de questionar a estrutura econômica e social que sustentava, tão bem, seus privilégios.

Dessa, ao atravessar os textos de Lobato a partir de um conhecimento mais aproximado de seu meio social, fica-se com a mesma impressão de Barbosa: “o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente”, um quadro com cores fortes de uma realidade social que conhecia bem e que parecia interpretá-la muito mal. Este discurso e o próprio elogio de Freyre permitem refletir sobre o caráter polissêmico que o personagem Jeca Tatu representou em sua época. Serviu para Rui Barbosa, não para trazer o Brasil real aos brasileiros, como sugeriu Freyre, mas para problematizar a suposta validade de certas interpretações sociais produzidas sobre a “nossa nacionalidade” pelos “homens que a exploram”. E, neste caso, pela própria elite intelectual da época, à qual Barbosa, Freyre, Lobato e a maioria dos intérpretes do Brasil pertenciam.

O mérito de Lobato foi, então, oferecer uma interpretação do país de forma acessível o suficiente para que um maior número de pessoas pudesse entendê-lo, mas, também com engenho e sofisticação, para chamar a atenção da intelectualidade nacional em sua diversidade – seja na política, na pintura, na literatura ou nos intérpretes do país. Consequentemente, o Jeca Tatu tornou-se a corporificação do amálgama de ideias e imagens oriundas do mundo rural brasileiro e da mentalidade vinculada a ele, e que circulavam nos meios intelectuais urbanos. O “pensamento social” de Lobato foi condensado, com precisão e alcance, em seu personagem, obtendo, dessa maneira, uma receptividade calorosa e se fixando no imaginário social de época.

Não ignoramos as mudanças de percepção de Lobato em relação ao caipira, chegando a se desculpar publicamente na primeira edição de seu livro *Urupês*, em 1918. Apesar de pedir desculpas ao próprio Jeca por deixar de lado as condições sociais que tornaram possíveis os seus defeitos, Lobato nunca renegou sua dura caracterização desse personagem. Nunca renegou os artigos nem refutou suas caracterizações. É inegável que Lobato se tornou refém de seu personagem, mas sabemos que nunca fez questão de mudar sua lente estereotipada, caricatural, elitista, cientificista e racista ao

descrever o país. Também é inegável a sua precisão analítica ao falar do Brasil, mostrando uma permanente ambiguidade.

Singelamente, nossa pesquisa buscou tornar inteligível, a luz de seu tempo, o personagem Jeca Tatu. Enfatizando, de igual modo, a contribuição que literatura pode oferecer com o investigador social. Já que, pela obra de Lobato foi possível clarificar padrões de comportamento, oferecendo interpretações que tornam compreensíveis contextos sociais, em suma, usar a grande literatura como fonte de conhecimento e interpretação sociológica. Como já citado, o termo Jeca Tatu retrata aspectos da origem social de quem de seu criador, entretanto, do mesmo modo, enquanto conceito social permite, ao leitor, também, acessar o mundo social do caipira paulista, com seus padrões de comportamento, sua cultura e sua mentalidade. Talvez, o pobre Jeca de Lobato, ofereça mais informações significativas sobre o Brasil, em particular o homem interiorano, do que o conceito de “*homem cordial*” de Sérgio Buarque de Holanda¹²⁹, visto que, seu uso remete a um quadro teórico que, muitas vezes, mais embaraça que clarifica os significados sociais de ser brasileiro. No entanto, o que se pode afirmar, com mais propriedade, é que a partir da análise crítica do personagem Jeca Tatu tornou-se possível rastrear e compreender os principais dilemas intelectuais da época. E, igualmente, o personagem de Lobato, ainda hoje, constitui fonte de informação valiosa sobre os significados sociais de nossa nacionalidade.

¹²⁹ Sabemos da complexidade do tema e do conceito de Holanda, fora seu valor inestimável para a história e a sociologia brasileira, a citação de seu conceito, neste contexto, foi usada, apenas, para apontar o valor interpretativo do personagem Jeca Tatu se comparado a conceitos sociológicos clássicos. Sendo importante frisar que, Sérgio Buarque de Holanda ao investigar a formação do Estado de São Paulo, do bandeirante e do caipira, faz com grande profundidade descritiva e analítica. Nossa citação não tem o tom polêmico, mas apenas comparativo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf>. Acesso 27/07/2014.

ALVES FILHO, Aluizio. As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

AZEVEDO, Carmem Lucia de. CAMARGOS, Márcia. SACCHETTA, Vladimir. Monteiro lobato: furação da botocúndia. São Paulo: Editora Senac, 1997.

BANDINTER, Elizabeth. O infante Parma: a educação de um príncipe iluminista; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BERLIN, Isaiah, Sir. Karl Marx: tradução Hélio Pólvora. São Paulo: Siciliano. 1991.

BOSI, Alfredo, A escravidão entre dois liberalismos. Estud. av. v.2 n.3 São Paulo set./dez. 1988.

BOTELHO, André. De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O Senso Prática; tradução de Maria Ferreira – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (coleção sociologia).

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica, in FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALDEIRA, Jorge. Júlio de Mesquita e seu tempo: o jornal no prelo, locomotores da República (1862 – 1897). São Paulo: Mameluco, 2015. Vol. I

_____. Júlio e seu tempo: o jornal de rotativo dança e democracia (1897 - 1908). São Paulo: Mameluco, 2015. Vol. II

_____. Júlio e seu tempo: o jornal moderno, sertão e capitalismo (1908 – 1927). São Paulo: Mameluco, 2015. Vol.III

CAMPOS, André Luiz. A República do Picapau Amarelo. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CANDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Ed. Livraria Duas Cidades.

CARONE, Edgard. O pensamento industrial no Brasil: (1880-1945). Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. A República Velha I: Instituições e Classes Sociais. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

_____. A República Velha

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ – UCAM, 1998.

CAVALHEIRO, Edgard. Monteiro Lobato vida e obra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1955.

CUNHA, Euclides da, Os Sertões: (campanha de Canudos); edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CHIARELLI, Tadeu. Um Jeca nos Vernissages: Monteiro Lobato e o Desejo de uma Arte Nacional no Brasil. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1995.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920; tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DIWAN, Pietra. Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FERREIRA, Antônio Celso. A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRAGOSO, João. Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do sul. Rio de Janeiro (1830 – 1888). Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

FREYRE, Gilberto. Monteiro lobato revisitado. *Ciência e Trópico, recife*, v. 9, n.2, p.155-167, jul./dez. 1981.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Editora Fundo de Cultura. 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1993.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais – Morfologia e História – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERODETTI, João Emílio. Lembranças de São Paulo: o interior paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2003.

GRAHAM, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. Ed. Brasiliense, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. Ed, Difusão Europeia. 1971.

_____. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Caminhos e Fronteiras. São Paulo; Companhia das Letras, 1994.

LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato, livro a livro: Obra adulta. São Paulo: editora Unesp, 2014.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LOBATO, Monteiro. Prefácios e entrevistas. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. A Barca de Gleyre I. 11ª edição, Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, Literatura Geral, volume 11. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. A Barca de Gleyre II. 11ª edição, Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, Literatura Geral, volume 12. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital. 11ª edição publicada na 1ª série das Obras Completas de Monteiro Lobato, São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. Cidades Mortas, 8ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Ideias de Jeca Tatu. 13ª edição, Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, Literatura Geral, volume 4. São Paulo: Brasiliense,

_____. Urupês. 1ª edição revisada, 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. Literatura do Minarete. 11ª edição publicada na 1ª série das Obras Completas de Monteiro Lobato, volume 14, São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. Prefácios e Entrevistas. 11ª edição publicada na 1ª série das Obras Completas de Monteiro Lobato, volume 13, São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. Mundo da Lua e Miscelanea. 11ª edição publicada na 1ª série das Obras Completas de Monteiro Lobato, volume 10, São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. Conferências, Artigos e Crônicas. 11ª edição publicada na 1ª série das Obras Completas de Monteiro Lobato, volume 15, São Paulo: Brasiliense, 1964.

LIMA, Nísia Trindade. Uma sertão chamado Brasil: intelectuais e representações geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

- LIMA, Ruy Cirne. Pequena história do Brasil: sesmaria e terras devolutas. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura, 1990.
- LUSTOSA, Isabela. As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: editora Hucitec. 1986.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. A terra como invenção: espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MAIA, Tom. Vale do paraíba: velhas cidades (por) Tom Maia e Thereza Regina de Camargo Maia. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.
- MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil – São Paulo: Alameda, 2009.
- NUNES, Cassiano. O patriotismo difícil, a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva. São Paulo, 1981.
- _____. Monteiro Lobato: O editor do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRAS. 2000.
- _____. Novos estudos sobre Monteiro Lobato. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.
- PENNA, Belisario. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro: revista dos tribunais, 1918.
- PETERS, Gabriel. Percurso na teoria das práticas sociais, Ed. Annablume, 2015.
- PIMENTEL, Alessandra, O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica, Cadernos de Pesquisa, n.114, p. 179 – 195, novembro/2001.
- PRADO, Paulo. Retratos do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PRADO JR, Caio. Evolução política do Brasil. Ed. Brasiliense, 1975.
- _____. Formação do Brasil contemporâneo. Ed. Brasiliense, 1973.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo; tradução e introdução de Afonso de E, Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- _____. Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História do Brasil nação: Abertura para o mundo-1889-1930. Editora Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz - Biografia como gênero e problema. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/1577/1083> (acesso 05/12/2017).

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social no início do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco-Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

SEVCENKO, Nicolau Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na I República. São Paulo: Brasiliense, 1983: 4ª Ed., 1995.

_____. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Cintia Rufino Franco da. Intelectuais e integralismo: Belisário Penna e o sanitarismo no Brasil dos anos 1930. In. http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v5_cintia_GIX.pdf. Acesso 13/08/2014.

SILVA, Luciana Meire. O Brasil rural nas obras de Monteiro lobato nas décadas de 1910 a 1930. Tese de Doutorado apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, 2013.

STEIN, Stanley. Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba: Com referência especial ao município de Vassouras. Ed. Brasiliense, 1969.

SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. - São Paulo, 1990.

WINTER, José W. Partido Republicano Federal (1893 – 1897). Ed. Brasiliense, 1987.